

CHEFAS DE FAMÍLIA

PERFIL DA MONOPARENTALIDADE FEMININA NA BAHIA

RECORTES
SOCIAIS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

RECORTES SOCIAIS

CHEFAS DE FAMÍLIA

PERFIL DA MONOPARENTALIDADE
FEMININA NA BAHIA



Salvador - Bahia
Março de 2018

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Julietta Palmeira

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

João Leão

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas

Armando Castro

Coordenação de Pesquisas Sociais

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação Editorial

Lucigleide Nery Nascimento

Equipe de Elaboração - SEI

Antonio Marcos Barreto

Armando Affonso de Castro Neto

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Luiz Fernando Araújo Lobo

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Lucigleide Nery Nascimento

Equipe de Elaboração - SPM

Tânia Maria Portugal da Silva

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

Revisão de Flexão de Gênero - SPM

Maria Amélia Ferreira Almeida

Coordenação de Disseminação de Informações

Cezar Orrico

Coordenação de Produção Editorial Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico

Vinicius Luz

Editoração

Nando Cordeiro

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Impressão: EGBA

Tiragem: 200 exemplares



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB

Salvador (BA) Cep: 41.745-002

Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Chefas de família: perfil da monoparentalidade feminina na
Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia – Salvador : SEI, 2018.
104 p. il. (Recortes sociais, 1).

ISBN 978-85-8121-020-9

1. Monoparentalidade feminina. 2. Família. 3. Direitos.
I. Título. II. Série.

CDU 396.6(813.8)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1

Distribuição percentual das chefas de famílias monoparentais por território de identidade – Bahia – 201024

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Chefas de família, em percentual, segundo tipo de arranjo familiar – Bahia – 2015.....26

Gráfico 2

Número médio de filhos e/ou filhas residentes, segundo tipo de arranjo familiar – Bahia – 2007/201527

Gráfico 3

Chefia de família (em %), segundo faixa etária e tipo de arranjo familiar – Bahia – 2007/201529

Gráfico 4

Taxa de analfabetismo de chefias e chefas de família, segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Bahia – 2007/201535

Gráfico 5

Frequência escolar bruta dos filhos e/ou filhas, segundo tipo de arranjo familiar e faixa etária – Bahia – 2007/2015.....37

Gráfico 6

Percentual de chefas de famílias monoparentais com acesso a bens duráveis selecionados, meio rural – Bahia – 2007/2015.....84

Gráfico 7

Taxa de analfabetismo das chefias de família de 18 a 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, por situação censitária – Bahia – 2007/2015..... 86

Gráfico 8

Frequência escolar bruta (%) dos filhos e/ou filhas em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade, segundo faixa etária – Bahia – 2007/201588

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....**25**

Tabela 2

Chefas de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.**26**

Tabela 3

Número médio de filhos e/ou filhas das mulheres, segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....**28**

Tabela 4

Chefia de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar, faixa etária e cor/raça – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.**30**

Tabela 5

Chefia de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e presença de filho(s) e/ou filha(s) por corte etário selecionado – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.**31**

Tabela 6

Filhos e/ou filhas (em milhares), residentes no domicílio, segundo tipo de arranjo familiar e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....**32**

Tabela 7

Chefia de família, segundo tipo de arranjo familiar, condição de alfabetização e taxa de analfabetismo por situação censitária – Bahia – 2007/2015.**36**

Tabela 8

População (em milhares) cuja posição na família era filha ou filho, segundo tipo de arranjo familiar, frequência à escola e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.**38**

Tabela 9

Anos de estudo (média) da chefia de família com 18 anos ou mais de idade, segundo tipo de arranjo familiar e cor/raça – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.**39**

Tabela 10

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e grau de instrução mais elevado alcançado – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....**40**

Tabela 11

População (em milhares), segundo sexo e chefas de famílias monoparentais femininas, por perfil no mercado de trabalho – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....**44**

Tabela 12

População (em milhares), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Brasil e Bahia – terceiros trimestres de 2012-2017. **45**

Tabela 13

População estimada (em mil), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Região Metropolitana de Salvador e Salvador – quartos trimestres de 2012-2017. **47**

Tabela 14

População estimada (em mil) das chefas de famílias monoparentais, segundo perfil no mercado de trabalho – Região Metropolitana de Salvador e Salvador – quartos trimestres de 2012-2017. **49**

Tabela 15

População de 14 anos ou mais de idade (em milhares), ocupada, segundo posição na família, tipo de arranjo familiar e posição na ocupação – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **51**

Tabela 16

Percentual da população de 14 anos ou mais de idade, ocupada, segundo posição na família, tipo de arranjo e posição na ocupação – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **52**

Tabela 17

Chefia de família (em milhares), com 14 anos ou mais de idade, ocupada, segundo tipo de arranjo familiar e grau de informalidade – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **53**

Tabela 18

População de 5 a 13 anos de idade (em milhares), na condição familiar de filhos ou filhas residentes, segundo tipo de arranjo familiar, condição de trabalho e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015. **54**

Tabela 19

Horas trabalhadas e dedicadas a afazeres domésticos (média), por semana, segundo arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015. **55**

Tabela 20

Rendimento médio domiciliar per capita (em R\$ de 2015), segundo condição de pobreza e extrema pobreza, por tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015. **58**

Tabela 21

População (1) (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e rendimento domiciliar per capita, por faixa de salário mínimo – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **59**

Tabela 22

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **61**

Tabela 23

Percentual de pessoas, segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015. **62**

Tabela 24

População (em milhares), segundo posição no arranjo familiar e condição de pobreza, por situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015. 64

Tabela 25

Percentual de pessoas, segundo posição no arranjo familiar e condição de pobreza, por situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015. 65

Tabela 26

Hiato médio do rendimento domiciliar per capita (em R\$ de 2015), segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015..... 66

Tabela 27

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015), segundo decis e tipo de arranjo familiar – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....67

Tabela 28

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o tipo de domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015. 70

Tabela 29

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o tipo de domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015. 70

Tabela 30

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a condição de ocupação do domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015.71

Tabela 31

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a condição de ocupação do domicílio, por situação censitária – Bahia – 2007/2015.....71

Tabela 32

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o material predominante na cobertura (telhado) do domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015.72

Tabela 33

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o material predominante na cobertura (telhado) do domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015.73

Tabela 34

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o material predominante na construção das paredes externas do prédio e situação censitária – Bahia – 2007/2015.74

Tabela 35

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o material predominante na construção das paredes externas do prédio e situação censitária – Bahia – 2007/2015....74

Tabela 36

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de iluminação do domicílio e zona - Bahia - 2007/2015.75

Tabela 37

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a forma de iluminação do domicílio e zona - Bahia - 2007/2015.75

Tabela 38

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de abastecimento de água, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.76

Tabela 39

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a forma de abastecimento de água, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.76

Tabela 40

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.77

Tabela 41

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.78

Tabela 42

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares) que têm banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.79

Tabela 43

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares) que têm banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, por situação censitária - Bahia - 2007/2015.79

Tabela 44

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o destino do lixo domiciliar e situação censitária - Bahia - 2007/2015.80

Tabela 45

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o destino do lixo domiciliar e situação censitária - Bahia - 2007/2015.80

Tabela 46

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo os itens duráveis no domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015.81

Tabela 47

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo os itens duráveis no domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015.83

Tabela 48

Chefia de família de 18 a 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, condição de alfabetização e taxa de analfabetismo, por situação censitária – Bahia – 2007/2015.87

Tabela 49

Filhos e/ou filhas (em milhares) em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, frequência à escola e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.88

Tabela 50

População (em milhares) de 18 a 49 anos de idade, segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Brasil e Bahia – 2007/2015.90

Tabela 51

Horas trabalhadas e dedicadas a afazeres domésticos (média) pelas pessoas de 18 a 49 anos de idade, por semana, segundo arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015.91

Tabela 52

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015) considerando chefias de 18 a 49 anos, segundo decis e tipo de arranjo familiar – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015.....92

Tabela 53

Chefias de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e acesso a microcomputador no domicílio, por situação censitária. Brasil e Bahia, 2007/2015.94

Sumário

LISTA DE FIGURAS	3	Perfil do mercado de trabalho segundo a PNADC, por gênero, para o Brasil e a Bahia	45
LISTA DE GRÁFICOS	3	Perfil do mercado de trabalho segundo a PED, por gênero, para a Região Metropolitana de Salvador e Salvador	47
LISTA DE TABELAS	4	Perfil do mercado de trabalho das chefas de famílias monoparentais segundo a PED, para a Região Metropolitana de Salvador e Salvador	49
EDITORIAL	11	Posição na ocupação	49
APRESENTAÇÃO	13	Provedor/provedora	49
BREVE REVISÃO DE LITERATURA	15	A prole	50
Família e monoparental feminina na perspectiva de gênero	15	Provedor/provedora e prole	50
Monoparentalidade	18	Grau de informalidade	53
Políticas ou proposições voltadas à chefia de famílias monoparentais	20	Trabalho infantil	54
No Brasil	20	Horas trabalhadas e afazeres domésticos	55
Em outros países	21	RENDIMENTO	57
DEMOGRAFIA	23	CONDIÇÕES DE MORADIA	69
EDUCAÇÃO	35	Tipo de domicílio por zona	69
MERCADO DE TRABALHO	43	Condição de ocupação do domicílio por zona	70
Perfil do mercado de trabalho segundo a PNAD anual, por gênero, para o Brasil, a Bahia e a RMS	43	Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio por zona	72
		Material predominante na construção das paredes externas do prédio por zona	73
		Forma de iluminação do domicílio por zona	75

Forma de abastecimento de água por zona	75
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário por zona.....	77
Banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade por zona	78
Destino do lixo domiciliar por zona	79
Itens duráveis por zona.....	81
Condição de moradia em síntese	84
 CHEFIA DE FAMÍLIA DE 18 A 49 ANOS DE IDADE	85
Educação.....	85
Mercado de trabalho.....	89
Horas trabalhadas e afazeres domésticos.....	91
Rendimento	91
Acesso a microcomputador	94
 À GUIA DE CONCLUSÃO	95
 REFERÊNCIAS.....	99
 APÊNDICES	102

EDITORIAL

Um dos papéis mais relevantes da SEI é a análise da realidade social do estado da Bahia. Nos últimos anos, a instituição vem aprofundando sistematicamente seus trabalhos voltados para as questões sociais, colaborando, portanto, com o planejamento de políticas públicas. Nessa linha, estamos iniciando uma nova publicação, denominada *Recortes Sociais*, em parceria com secretarias de estado, para justamente apurar o olhar sobre temas relevantes para o desenvolvimento de ações governamentais que interfiram diretamente sobre a realidade pesquisada. Este primeiro número é uma parceria que atende a um anseio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) relacionado ao conhecimento da realidade das famílias chefiadas por mulheres, sem presença de companheiro, ou seja, as famílias monoparentais femininas. Entender as dificuldades das mães solteiras no mercado de trabalho, na educação de seus filhos, no acesso a bens e serviços é de fundamental importância para que se pense como o estado pode atuar no sentido de apoiar a luta diária dessas mães. Esse tema é, para mim, de suma

importância, pois minha atuação política tem sido dedicada a uma luta permanente de melhoria das condições de vida da população feminina da Bahia.

Para a consecução deste estudo foi necessário trabalhar com os microdados do IBGE, em especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do Censo Demográfico, e de nosso levantamento primário, a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador. É relevante ressaltar que nosso desejo de expandir a discussão foi limitado pela impossibilidade de identificar as famílias monoparentais em importantes bases de dados, em especial na área de saúde. Fizemos a opção de sistematizar as estatísticas por temas, mas sem deixar de analisá-las transversalmente, identificando, por exemplo, a influência demográfica sobre todas as áreas estudadas, impactando diferenças entre as famílias monoparentais femininas e as demais.

Por fim, gostaria de agradecer a preciosa colaboração da equipe da SPM, cuja experiência sobre a temática foi de suma

importância para o estudo. Desejo uma boa leitura e reafirmo o compromisso da SEI na construção de informação para o planejamento de políticas públicas.

Eliana Boaventura

Diretora-Geral da Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

APRESENTAÇÃO

Esta publicação vem para contribuir com o desafio de se implementar políticas públicas que contemplem a diversidade de arranjos familiares. Seu foco é o estudo do perfil da família composta pela figura da mãe – que pode estar na condição de solteira, separada, divorciada ou viúva – e de suas filhas e filhos, a denominada família monoparental feminina. A Constituição Federal¹, frente às mudanças ocorridas na estrutura familiar brasileira, reconhece como entidade familiar o núcleo composto por qualquer um dos pais e seus descendentes.

Contudo, os parâmetros das políticas públicas ainda não se adequaram para contemplar os vários tipos de arranjo familiar, a exemplo daquele delineado pela monoparentalidade feminina e que, por sinal, faz parte do contingente de mulheres chefas de família².

1 Brasil (1988).

2 A PNAD revela que, no Brasil, 40% dos lares são chefiados por mulheres. Destes, existe presença de cônjuge somente em 34% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2018; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017).

No segundo semestre de 2017, à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM), fiz uma provocação à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), com o objetivo de traçar o perfil da família monoparental feminina na Bahia. Agradeço a acolhida da diretoria-geral e de toda a equipe técnica, que encampou a solicitação com entusiasmo e determinação, resultando nessa publicação pioneira. À equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia envolvida com o projeto agradeço a dedicação.

Este estudo revelou, por exemplo, que as chefas de famílias monoparentais na Bahia totalizavam aproximadamente 1 milhão de mulheres em 2015, que majoritariamente se autodeclararam negras ou pardas e que chegaram somente até o ensino fundamental incompleto. Além disso, ganhavam um salário mínimo ou menos, sendo que quase 10% viviam em condição de pobreza extrema.

Em 2015, de acordo com este estudo, quase 3 milhões de pessoas na Bahia integravam

famílias monoparentais femininas, o que representava 44% das composições familiares. A quase totalidade vivia em região classificada como urbana. Em torno de um terço dessas famílias se encontrava na Região Metropolitana de Salvador.

As evidências apontaram para a vulnerabilidade em que vive a maioria dessas famílias. Obviamente, não se busca questionar esse tipo de arranjo familiar, mas compreender como vivem essas famílias e, dessa maneira, avançar em políticas que as contemplem.

Trata-se de entidade familiar em que a mãe tem que dividir sozinha sua atenção entre as obrigações de cuidado e de sustento de sua prole. Uma parte significativa dessas mulheres possui vínculos empregatícios precários, realiza trabalho intermitente e não dispõe de creches ou escolas de tempo integral para seus filhos e filhas. E, além de tudo, ao conseguir se inserir no mercado de trabalho, a oferta salarial costuma ser menor do que a do homem na mesma função porque o contexto é de desigualdade de gênero. A dupla jornada de trabalho dessas mulheres também se apresenta de forma acentuada. Além de exercer atividade remunerada, realizam os afazeres domésticos e cuidam da prole (atividade

não remunerada). Essas chefas de família são mais do que as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, como acontece ainda na maioria dos lares, fruto da desigualdade de gênero³. Elas são as únicas responsáveis.

É uma premência desencadear medidas voltadas para a construção de políticas públicas que contemplem esse tipo de arranjo familiar e que garantam, assim, qualidade de vida para essas mulheres.

Julieta Palmeira

Secretaria de Políticas para as Mulheres

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017).

BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Família e monoparental feminina na perspectiva de gênero

Historicamente, a família vem mudando, tanto em relação ao seu papel social quanto às suas funções internamente à organização. Da família patriarcal extensa à família nuclear, tais transformações sempre refletiram mudanças conjunturais e estruturais de ordem social, econômica e cultural, resultando, em maior ou menor medida, na superação de tradições e alteração de comportamentos e mentalidades, substituindo e/ou repondo as forças normativas e os padrões hegemônicos presentes na família – considerada a célula *mater* ou base de sustentação da sociedade. A família vem, portanto, assumindo novas configurações, representadas por outras formas de convivência entre os indivíduos, que vão desde relações consensuais, famílias com proles reduzidas, relações com pessoas do mesmo sexo, até domicílios

unipessoais. Ante tais configurações, não é possível, inclusive na sociedade brasileira, se fazer referência a um padrão de família, mas sim a famílias, no plural, visto que se trata de uma pluralidade de arranjos familiares.

A família monoparental pode ser entendida a partir do momento em que apenas um dos pais convive com filhos e/ou filhas, fato que pode ocorrer por variadas motivações – tais como divórcio, viuvez, abandono, adoção – ou pode ser opcional, devido a mudanças de valores sociais em relação ao casamento. Historicamente, esse tipo de família foi tratado estatisticamente como desdobramento de dados demográficos, sempre relacionados aos indicadores relativos às desigualdades socioeconômicas e às explicações de fenômenos outros, tais

como morbidade, fertilidade e expectativa de vida. Nesses estudos, como nos demais campos do conhecimento, as mulheres sempre foram igualmente ignoradas, mencionadas tão somente para compor as estatísticas sobre o fenômeno.

Entretanto, a partir das três últimas décadas, o significativo crescimento dos arranjos monoparentais, extensivo a todas as camadas sociais, passou a imprimir uma nova visibilidade a essa temática. Variáveis como o crescimento desses casos entre mulheres pertencentes às denominadas classes médias do país e a consideração deste fato no universo social acadêmico contribuíram igualmente para suscitar interesse, trazendo maior visibilidade e valorização a este fenômeno (MACEDO, 2008).

Conquanto não se possa descartar os impactos da pobreza quando articulados ao fenômeno da monoparentalidade, notadamente entre as mulheres, a visão homogeneizante que associa a chefia familiar à pobreza é reducionista e não explica a questão em sua complexidade. Macedo (2008), por exemplo, ressalta que encontrou elevada frequência de estudos atestando a vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios chefiados por mulheres, o

que indica uma tendência universalizante e simplificadora de categorização das mulheres chefas de família. A esse respeito, Lavinhas e Nicoll (2006) afirmaram que a presença de crianças amplia a probabilidade de vulnerabilidade em qualquer tipo de família.

A denominação de chefia feminina engloba múltiplas situações que influenciam a variedade de trajetórias das mulheres e, conseqüentemente, dos que delas dependem. Nessa circunstância podem estar mulheres solteiras, casadas, separadas e viúvas, que coabitam com companheiros, filhos e filhas, parentes ou outros. As mulheres chefas de família assumem a chefia familiar, principalmente, por serem mães, sendo que, na maioria desses domicílios, o esposo-pai encontra-se ausente (MACEDO, 2008).

Sem dúvida, a despeito das persistentes desigualdades sociais e de gênero e de seus efeitos nefastos na vida das mulheres, a ampliação dos domicílios chefiados por elas provoca transformações nas relações intrafamiliares, muitas das quais positivas do ponto de vista do seu reposicionamento social. Fatores como o aumento da escolarização e da participação feminina no mercado de trabalho refletem-se

em mudanças de papéis e responsabilidades, ampliando a autoconfiança, as experiências e aprendizados, enfim, o senso de cidadania e protagonismo social das mulheres, trazendo mudanças nas relações de poder.

De forma concreta, percebe-se que a perspectiva de gênero é central nessa discussão. Os estudos de gênero promovidos pelos movimentos feministas permitiram uma releitura das concepções usuais e normativas relacionadas às temáticas da família, trazendo uma crítica aos modelos idealizados e conhecidos de família (extensa ou nuclear), de concepção patriarcal, ainda presentes no imaginário social. Paralelamente, possibilitaram o entendimento do papel e da posição social das mulheres – historicamente subordinadas e oprimidas – nesses contextos. Gênero é uma categoria relacional de análise que contribui para o entendimento das relações de poder entre homens e mulheres. Sardenberg e Macedo (2011) assinalam que gênero constrói, organiza e legitima a divisão sexual do trabalho, os papéis sociais, assim como a distribuição social de direitos e responsabilidades, tendo-se, em consequência, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades

de trabalho, bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e crédito, capital, conhecimentos e educação, a instâncias decisórias e ao poder. Homens e mulheres, portanto, têm trajetórias sociais diferenciadas e vivenciam experiências, inclusive relativas à monoparentalidade, de forma diversa.

Na análise desse fenômeno, não se pode perder de vista que as experiências das mulheres são marcadas pelas relações de gênero, que têm com base de apoio a família patriarcal – base institucional de sustentação das relações autoritárias e da violência de gênero –, sob a qual são criados, instituídos e legitimados os instrumentos de dominação social das mulheres, através de leis, costumes, imagens, símbolos e de todas as formas de organização social, política e cultural que atuam na sociedade. Tais mecanismos expressam-se principalmente através das restrições à participação política das mulheres, da expropriação de seu corpo, da divisão sexual do trabalho e da violência contra a mulher. Esses instrumentos funcionam e atuam de forma articulada e inter-relacionada na produção e reprodução das desigualdades, bem como na manutenção da posição social subordinada das mulheres.

Tais elementos representam concretamente barreiras de gênero, de forma que a chefia da família se expressa diferencialmente para homens e mulheres. Às mulheres chefas de família é requerido que rompam heranças patriarcais, socialmente arraigadas e que se expressam mediante os simbolismos, as representações, impondo-lhes um cotidiano de enfrentamentos frente às severas restrições de quem vive ou pretende escapar do rígido modelo familiar normativo.

Além disso, a análise posicional das mulheres chefas de família a partir do gênero possibilita que se desvelem as assimetrias, os conflitos e as transformações que se produzem no contexto familiar. Dessa forma, evidenciam-se aspectos como a organização e a divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, o lazer, as sociabilidades, o exercício e o controle da sexualidade e da reprodução, e os mecanismos de controle e poder econômico, social e cultural. A dupla jornada de trabalho, o cuidado com a prole e as diferenças em nível de renda entre homens e mulheres desempenhando mesma função e com a mesma escolaridade são exemplos dos entraves gerados pela desigualdade de gênero, encontrados pelas mulheres no dia a dia. A esse respeito, Macedo (2008, p. 397) argumenta:

[...] a desigualdade de gênero não é fictícia, pois as mulheres chefes de família enfrentam dificuldades suplementares, ao terem que administrar sua dupla participação nas esferas da produção e da reprodução, em condições desfavoráveis quando comparadas aos homens que também são chefe de domicílio, tanto na tradicional esfera dos cuidados domésticos como no mundo da produção.

Por outro lado, e para além da identificação dos diferentes níveis hierárquicos de gênero interatuantes no universo familiar, a análise sob as lentes de gênero permite, igualmente, a visualização de outros marcadores sociais que se entrecruzam e se articulam, tais como classe, raça ou etnia, idades e gerações, posicionando diferencialmente as famílias, além de iluminar nosso entendimento sobre as mudanças e as continuidades nas representações e padrões de comportamento social, oriundos dos novos arranjos familiares, das novas configurações de família e dos novos estilos de vida nesses contextos.

Em 2011, nos Estados Unidos da América, a articulação entre gênero, raça e classe social revelou que entre as chefias de famílias, a mulher era a única ou a principal provedora em quatro de 10 famílias com

crianças com idades abaixo de 18 anos. Essas chefas de famílias eram mães solteiras (63%) ou recebiam mais do que os maridos (37%). Em comparação com todas as mulheres com crianças de até 18 anos, as mulheres casadas chefas de família, ou seja, que recebiam mais que os maridos, eram mais velhas, brancas e com educação superior. Já as mães denominadas solteiras assumindo o papel de pessoas de referência da família eram mais jovens, possuíam maior possibilidade de ser de um grupo populacional não branco, como negros e hispânicos (latinos), e apresentavam probabilidade menor de deter um diploma superior (WANG; PARKER; TAYLOR, 2013).⁴

Ainda sobre aquele país da América do Norte, existia um enorme *gap* na renda. As denominadas mães solteiras possuíam o menor rendimento entre todos os tipos de famílias com crianças. Mas, dentre essas mães, as que nunca se casaram eram as que estavam mais vulneráveis economicamente (WANG; PARKER; TAYLOR, 2013). Segundo relatório do Banco Mundial (2011, p. VII), “[...] [o] desenvolvimento econômico não é suficiente

para reduzir todas as disparidades de gênero – políticas corretivas que focam na persistência de hiatos de gênero são essenciais”.

No Brasil, também, quando o quesito raça é introduzido, a situação se torna ainda mais complexa para as mulheres. Segundo Marcondes e outros (2013), especialmente para as autodeclaradas negras, ainda persistem formas diferenciadas de participação no mercado de trabalho, que despontam tanto na busca do emprego quanto na conquista de espaços nas esferas de poder. Por exemplo, com base nos dados da PNAD (1995-2009), Marcondes e outros (2013, p.76) concluem que, apesar das conquistas na esfera da escolaridade, as mulheres autodeclaradas negras, no geral, possuem baixa participação nas categorias “[...] mais estáveis e de maior *status* social, como empregados com carteira e empregadores”. E as desigualdades se refletem na renda.

Monoparentalidade

Diversos são os entendimentos do termo família. Nos Estados Unidos, a família é definida como grupo de duas ou mais

pessoas residindo juntas, relacionadas por nascimento, casamento ou adoção (UNITED STATES, 2011). No Brasil, segundo o Censo de 2010 (2012, p.36), família é entendida como “[...] o conjunto [de] pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica”.

Existe o modelo descrito como de “[...] um pai provedor, uma mãe dona de casa e seus filhos, como garantia intergeracional do futuro e da reprodução contínua do mesmo tipo de célula familiar” (ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2010, p.8).⁵ Na referida disposição, homem e mulher desempenham papéis diferenciados. Enquanto ele é o responsável pelo sustento familiar, ela cuida da casa e dos filhos (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994). No entanto, cada vez mais essa mãe dona de casa vem desempenhando um duplo papel, inserindo-se, também, no mercado de trabalho. Na atualidade, há uma diversidade de arranjos familiares, entre os quais está a família monoparental. Nela existe apenas um responsável, que se constitui chefe ou chefe de família. E, além de possuir essa pessoa de

4 A pesquisa foi realizada com dados do censo americano e de *survey* da Pew Research Center, conduzida por telefone com amostra representativa (WANG; PARKER; TAYLOR, 2013).

5 Esse estudo da SEI não faz nenhum julgamento de valor a respeito do que seria o modelo ideal de família.

referência no comando, incorpora outras particularidades.⁶ As comparações com as famílias formadas por casais revelaram a diversidade das características das famílias monoparentais na França, nos anos 1980 (LEFAUCHEUR; MARTIN, 1993).

As famílias monoparentais podem ser chefiadas por mulheres ou homens. Nos Estados Unidos, em 2008, mais pessoas de 15 anos ou mais residiam em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge (14%) do que chefiados por homens sem cônjuge (6%) (UNITED STATES, 2011). Na Bahia, segundo o Censo de 2010, mas sem a restrição na variável idade, o percentual das famílias monoparentais femininas (16,6%) também superava o índice das famílias monoparentais masculinas (2,3%) (CENSO DEMOGRÁFICO..., 2012). A Europa segue a mesma tendência de predominância da família monoparental feminina em relação à liderada por homem (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017).

Mas o que é uma família monoparental? Santos e Santos (2009) delimitam a família monoparental pelas seguintes

6 A expressão “famílias monoparentais” (*familles monoparentales, lone parent families*) surgiu no final dos anos 1970, na França (LEFAUCHEUR; MARTIN, 1993).

características: existência da prole; convivência dos filhos e/ou filhas com apenas um dos genitores, ou seja, presença de apenas um desempenhando papel duplo no convívio cotidiano; e diversidade de origem, como sendo voluntária ou involuntária. Nesse contexto, “[...] [o] genitor guardião deve suprir tanto as necessidades econômicas, quanto as afetivas [...]”. Os filhos, pertencentes a esta entidade, são obrigados a conviver, diariamente, sem a presença contínua de um dos pais” (SANTOS; SANTOS, 2009, p.28).⁷ Então, um dos casos típicos das mães declaradas solteiras – a maternidade de coabitantes, na qual a mulher decide com o coabitante ter e educar um filho ou filha – está excluído da classificação constitucional de monoparentalidade, pois o filho ou filha não está na presença de um dos pais apenas (SANTOS; SANTOS, 2009).

O estoque de famílias monoparentais não é estático ao longo do tempo. A quantidade é alterada, por exemplo, quando há o

7 No presente estudo da SEI sobre famílias monoparentais femininas, interpretou-se como prole os filhos e/ou filhas de qualquer idade e sexo. Não foi realizado nenhum filtro de idade, mas houve agrupamento em intervalos etários, quando apropriado à análise. Com base na definição das famílias monoparentais, considerou-se apenas os filhos e/ou filhas residentes.

casamento ou inclusão de um companheiro ou companheira por outra forma na família antes monoparental; não há mais crianças – elas se tornam independentes, partem; a criança vai morar com o outro responsável e possivelmente altera o tipo de monoparentalidade de feminina para masculina ou vice-versa (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017). Nesse sentido, para algumas famílias, ser monoparental é um estado transitório (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017).

No Brasil, a legitimação da família monoparental advém do direito constitucional (SANTOS; SANTOS, 2009). O Artigo 226, § 4º, da Constituição do Brasil de 1988 define, também, como entidade familiar “[...] a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988). Segundo Santos e Santos (2009), o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 reconhece e define a família monoparental. O Artigo 25 do referido instrumento legal apresenta conceito similar ao da Constituição de 1988, pois entende que a família natural pode ser “[...] formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” (BRASIL, 1990).

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (2012), em relação às famílias únicas e os

conviventes principais, dois são os tipos de composição familiar que se referem à monoparentalidade feminina.⁸ A formada por mulher sem cônjuge com filho(s) e/ou filha(s) ou enteado(s) e/ou enteada(s) é considerada como monoparental feminina com filho(s) e/ou filha(s). E a constituída por mulher sem cônjuge com filho(s) e/ou filha(s) ou enteado(s) e/ou enteada(s) e com parente(s) é denominada como monoparental feminina com filho(s) e/ou filha(s) e com parente(s).

Na *Síntese de Indicadores Sociais* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), encontra-se, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, também a classificação do IBGE do grupo Mulher sem cônjuge com filhos e/ou filhas (com ou sem outros parentes) como tipo de núcleo familiar dos arranjos residentes em domicílios particulares.

“[A] maioria dos problemas da monoparentalidade são enfrentados pela ala

8 “Para a composição dos tipos de família, não se consideraram as pessoas na condição de convivente, agregado(a), pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a) em famílias únicas e conviventes principais” (CENSO DEMOGRÁFICO..., 2012, p. 37).

feminina. Estes são expressos nos planos econômico, social e emocional dessas “chefes de família” (SANTOS; SANTOS, 2009, p. 25). Além dos condicionantes de saúde que surgem associados à pobreza e à desigualdade econômica e social, existe o estresse do acúmulo de atividades de trabalho e do cuidado sobre uma única pessoa, seja homem ou mulher (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017; CAMPBELL et al., 2016). Há também outras questões específicas de gênero, em especial na monoparentalidade feminina, por se associarem à desigualdade de gênero e ao patriarcado no atual sistema. E os desafios são compartilhados com a prole (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017).

Nos contextos acadêmicos e políticos, com base em evidências, uma das associações mais fortes do cuidar do(s) filho(s) e filha(s) por apenas um responsável é com a pobreza (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017). As famílias monoparentais femininas integravam a categoria que possuía menor rendimento familiar entre todos os tipos de família, em 1988 e 2008, nos Estados Unidos (UNITED STATES, 2011), enquanto as famílias com dois cônjuges tinham o maior rendimento (UNITED STATES, 2011).

Políticas ou proposições voltadas à chefia de famílias monoparentais

No Brasil

Tramita por comissões da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 6475, de 2013, sobre o auxílio à mãe solteira em situação de miséria ou hipossuficiência (BRASIL, 2013; BRASIL, 2017). A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou proposta de auxílio de até R\$ 300 à mãe solteira sem provisão para o próprio sustento, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União.

Vale o registro de que políticas denominadas de redistribuição de renda, iniciadas em 2003/2004, se referem às chefias de família no geral, com cônjuge ou sem cônjuge. Portanto, não contemplam especificamente a família monoparental feminina.

Em outros países

No exterior, as características das políticas que beneficiam as famílias monoparentais e/ou seus integrantes são diversas (BUDLENDER, 2015). Por exemplo, as políticas disponibilizam assistência de acordo com a faixa etária das crianças e do intervalo de renda das famílias, e até condicionam o recebimento do benefício a treinamento e busca por emprego pela pessoa de referência (BUDLENDER, 2015; CAMPBELL et al., 2016). Essas ações não têm, necessariamente, as famílias monoparentais femininas como público-alvo. Geralmente focam na prevenção ou redução da pobreza dos lares e especialmente das crianças (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2017).

Nos Estados Unidos, a Assistência Temporária para Famílias de Baixa Renda (TANF) (Temporary Assistance for Needy Families), de 1996, substituiu a Assistência para Famílias com Crianças Dependentes (AFDC) (Aid to Families with Dependent Children), programa de ajuda às famílias pobres com criança(s) dependente(s) (GABE, 2014). Naquele país, o debate sobre a questão inclui duas vertentes: a melhoria da qualidade de vida dessas crianças e a redução da dependência dessas famílias,

encorajando o trabalho (GABE, 2014).⁹ Por esses motivos, o tempo de recebimento do TANF é limitado a um máximo de cinco anos (com exceções), e há preparação dos beneficiários do programa para o mercado de trabalho através de educação e treinamento. Mas cada estado desenvolve a própria política (GABE, 2014), que, assim como o TANF federal, não é específica para a família monoparental feminina.

As estatísticas justificam o TANF, já que uma pesquisa sobre as mulheres americanas, para o período 1988-2008, revelou que “[...] cerca de 63% dos rendimentos das famílias com chefas do sexo feminino, com crianças, na pobreza, advinham das transferências de renda governamentais” (UNITED STATES, 2011, p. 34)¹⁰. Em 2013, nos Estados Unidos, as famílias chefiadas por mulheres com criança e sem companheiro estavam em risco de pobreza, e as crianças nesse tipo de família totalizavam índices acima da metade (57%) de todas as crianças pobres naquele país (GABE, 2014). Entretanto, a política está obtendo

9 Políticas de aumento da renda mínima do trabalho e de restituição de impostos são exemplos das que encorajam o trabalho (GABE, 2014).

10 “About 63 percent of nonearned income for female-headed families with children in poverty is government cash transfer income” (UNITED STATES, 2011, p.34).

êxito na execução das suas propostas. Houve uma diminuição no número de chefas de família monoparentais recebendo auxílio do governo e um aumento no emprego entre 1987 e 2013 (GABE, 2014).

A ajuda do TANF nem sempre é totalmente revertida em assistência em dinheiro, pois o recurso pode se transformar também em cuidados infantis, custos administrativos e atividades de trabalho (GABE, 2014). E outras políticas, cujo foco não está na família monoparental, acabam beneficiando esse grupo: ampliação do valor da restituição do imposto de renda, redução temporária dos impostos pagos para a seguridade social, liberação do seguro desemprego, e aumento do benefício de alimentação (*food stamp*) (GABE, 2014).

Na França, o Estado assiste às famílias monoparentais com dois tipos de auxílio (SANTOS; SANTOS, 2009). Mas as políticas não englobam apenas mulheres chefas de família (BUDLENDER, 2015). O Abono de Sustento Familiar (ASF) (Family Benefit for Young Children: Higher Income Disregard) focaliza as famílias com crianças de até três anos. Já o Abono de Genitor Só (API) (Sole Parents Benefit) pode ser de curta (um ano) ou longa duração (máximo de três anos) (BUDLENDER, 2015).

Na Suécia, o genitor guardião recebe apoio financeiro do Estado, caso o outro genitor seja devedor (SANTOS; SANTOS, 2009), além de outros benefícios, como assistência médica e dentária, educação e creche subsidiadas (WELLS; BERGNEHR, 2014). Uma lei de 1938, hoje modificada, já garantia auxílio às mulheres declaradas solteiras, caso o pai das crianças não pagasse a pensão (WELLS; BERGNEHR, 2014).

Em um país com histórico de leis pró-igualdade de gênero, os pais possuem os mesmos direitos que as mães a remuneração para deixar o trabalho e cuidar das crianças (WELLS; BERGNEHR, 2014). Nesse contexto, o Estado incentiva a mulher a procurar emprego e o homem a realizar o trabalho doméstico (WELLS; BERGNEHR, 2014). Ainda assim, a maioria das famílias em situação de vulnerabilidade é monoparental feminina ou estrangeira (WELLS; BERGNEHR, 2014).

No Japão, até agosto de 2010, apenas as chefas de famílias monoparentais com crianças de até 18 anos de idade, inclusive, podiam receber o benefício denominado Child Rearing Allowance for Single-parent Households (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014). O auxílio depende

também da renda de outros integrantes da família e é calculado com base no número de crianças no domicílio (BUDLENDER, 2015). Porém, desde agosto de 2010, o benefício foi ampliado para incluir homens em condições similares (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014).

Em qualquer país, nas políticas que requerem o emprego das chefias de famílias monoparentais, é relevante a questão da responsabilidade da pessoa de referência com os filhos e/ou filhas. Consequentemente, a redução da vulnerabilidade das famílias com crianças perpassa a ampliação e o fortalecimento das redes de proteção social, como a oferta de serviços voltados ao cuidado das crianças, para ampliar a autonomia das mulheres, e a possibilidade de alcance do estudo e do trabalho remunerado condizente com o nível educacional e a experiência de cada pessoa (LAVINAS; NICOLL, 2006).

Na prática, na revisão sistemática de estudos qualitativos de cinco países de renda elevada (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia), com sistemas diferenciados de regime de assistência, Campbelle e outros(2016) revelaram que as demandas do trabalho geralmente conflitavam com a necessidade de tempo para cuidar da prole. Além disso, os trabalhos eram precários e de baixa remuneração, apesar de trabalho e treinamento estarem associados à autovalorização da pessoa.

[As] diferenças de gênero quanto ao acesso às oportunidades econômicas se devem em parte às diferenças no uso do tempo que resulta de normas profundamente enraizadas de distribuição de responsabilidade pelos cuidados e trabalhos de casa. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.26).

DEMOGRAFIA

A Bahia é um estado populoso e extenso. Em 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), havia cerca de 15,220 milhões de pessoas nos quase 565 mil km² do território baiano. Do total de habitantes no estado naquele ano, 2,898 milhões faziam parte de famílias monoparentais femininas, ou seja, aproximadamente 19,0% da população baiana integravam uma entidade familiar chefiada por mulher sem cônjuge e com pelo menos um descendente convivente. A Bahia, assim, encerrava 8,6% do total de pessoas nesse tipo de arranjo no Brasil, de 33,768 milhões à época.

A concentração das famílias monoparentais femininas na Bahia, de acordo com o Censo Demográfico 2010 (2012), se dava em maior grau no território de identidade Metropolitano de Salvador (30,3%), reforçando o caráter urbano do tipo de arranjo familiar (Figura 1).

Nos últimos anos, o número de integrantes partícipes de famílias monoparentais femininas tem aumentado na Bahia – aliás, no país como um todo também. De 2007 a 2015, como se pode acompanhar pela

Tabela 1, esse montante cresceu 7,9% no estado, passando de 2,686 milhões para 2,898 milhões, e 7,8% no Brasil, ao sair de 31,337 milhões para 33,768 milhões. Enquanto isso, o total de integrantes de famílias com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) caiu nesse período: de 9,022 milhões para 8,376 milhões em terras baianas, indicando uma queda de 7,2%, e de 120,155 milhões para 117,087 milhões no país, apontando um encolhimento de 2,6%. A Região Metropolitana de Salvador (RMS), por sinal, repercutiu o ocorrido nas esferas estadual e federal, mas em proporções distintas: aumento de 9,0% no primeiro conjunto de pessoas (de 848 mil para 924 mil) e recuo de 3,3% no segundo agrupamento (de 2,055 milhões para 1,988 milhão).

Em 2015, na Bahia, a maior parte das pessoas pertencentes a grupos monoparentais femininos se encontrava em ambiente urbano, 83,9% do total. No território brasileiro, esse percentual chegou a 90,7% naquele ano. Tais porções se mostraram, por sinal, acima daquelas de oito anos antes. De 2007 a 2015, no estado, o número de integrantes de famílias monoparentais femininas exibiu

Distribuição percentual das chefes de famílias monoparentais por território de identidade – Bahia – 2010



A monoparentalidade feminina, por sua vez, é a disposição familiar mais frequente entre as chefes de família. Em 2015, na Bahia, 44,4% dessas mulheres estavam à frente de uma família sem a presença de cônjuge e com pelo menos um filho ou filha residente – percentual acima do encontrado nacionalmente, de 40,3%. Na RMS, tal proporção havia sido maior, de 46,3%. Os demais

TABELA 1

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Integrantes de famílias monoparentais femininas	31.337	33.768	28.042	30.613	3.295	3.154
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	120.155	117.087	97.148	97.012	23.006	20.075
Bahia						
Integrantes de famílias monoparentais femininas	2.686	2.898	2.120	2.432	566	466
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	9.022	8.376	5.796	5.950	3.226	2.426
RMS						
Integrantes de famílias monoparentais femininas	848	924	837	909	11	15
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	2.055	1.988	2.021	1.951	34	37

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

arranjos familiares sob chefia feminina, portanto, possuíam menor representatividade no estado naquele ano: 10,0%, casal sem filhos ou filhas; 21,1%, casal com filhos e/ou filhas; e 24,6%, outros tipos de famílias. No entanto, de 2007 a 2015, em qualquer das esferas geográficas supramencionadas, o arranjo familiar formado por mãe chefe de família sem cônjuge e com pelo menos um filho ou filha convivente foi o de menor crescimento¹¹ – sinalizando que, no início

11 Por outro lado, a família monoparental feminina havia sido o tipo de arranjo familiar que mais se expandiu de 1981 a 1987 no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1989).

do período analisado, a parcela referente a esse tipo de composição era ainda mais expressiva (52,9% no Brasil; 58,1% na Bahia; e 54,5% na RMS).

Em 2015, na Bahia, como se pode acompanhar pela Tabela 2, o número de chefas de família sem cônjuge e pelo menos um filho ou filha residente ou, equivalentemente, o estoque de composições monoparentais femininas havia sido de 1,015 milhão (ou 44% das chefas de famílias, conforme o Gráfico 1) – 17,3% a mais que o existente em 2007, quando foi de 865 mil. No Brasil, esse total passou de 10,477 milhões para

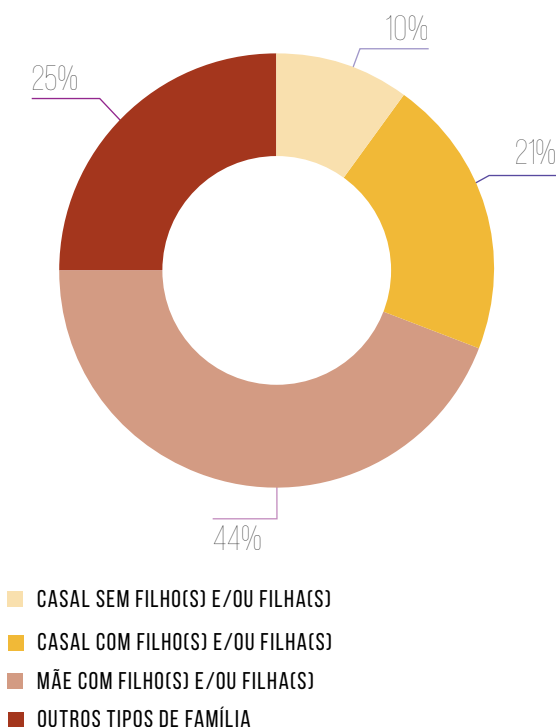
11,639 milhões de 2007 a 2015, representando uma ampliação de 11,1%. Na RMS, perante um crescimento de 19,3%, o número de mulheres à frente de arranjos monoparentais passou de 280 mil para 334 mil nesse período¹².

Independentemente da situação censitária, urbana ou rural, de 2007 a 2015, seja no Brasil ou na Bahia, o quantitativo de mulheres capitaneando composições monoparentais se manteve como o mais numeroso comparativamente aos outros arranjos familiares sob chefia feminina. Ao fim desse íterim, entretanto, somente a zona urbana passou a abrigar um montante maior, fortalecendo esse espaço como o de maior concentração desse grupo de mulheres. No intervalo considerado, o percentual dessas mulheres presente no meio urbano brasileiro e baiano passou de 90,1% para 91,2% e de 79,8% para 85,3%, respectivamente. A análise dos dados das PNADs de 1981 e 1987 também já apontava proporções mais elevadas de famílias chefiadas por mulher sem cônjuge e com filho(s) e/ou filha(s) no meio urbano do

12 Interessante notar que, de 1987 a 2011, nos Estados Unidos, grande parte do acréscimo no número de famílias monoparentais femininas ocorreu devido ao aumento no número das mulheres que nunca haviam se casado (GABE, 2014).

GRÁFICO 1

Chefas de família, em percentual, segundo tipo de arranjo familiar – Bahia – 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

que na zona rural do território brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1989). Não à toa, Macedo (2008) descreveu a monoparentalidade feminina principalmente como um fenômeno urbano.

TABELA 2

Chefas de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil	19.801	28.886	18.010	26.313	1.792	2.573
Casal sem filho(s) e/ou filha(s)	1.101	3.127	1.029	2.831	72	296
Casal com filho(s) e/ou filha(s)	3.273	6.791	3.022	6.131	251	660
Mãe com filho(s) e/ou filha(s)	10.477	11.639	9.441	10.613	1.036	1.027
Outros tipos de família	4.950	7.328	4.517	6.739	433	590
Bahia	1.489	2.287	1.198	1.919	291	368
Casal sem filho(s) e/ou filha(s)	58	228	49	178	10	49
Casal com filho(s) e/ou filha(s)	224	482	193	404	31	78
Mãe com filho(s) e/ou filha(s)	865	1.015	690	866	175	149
Outros tipos de família	341	562	267	471	74	91
RMS	514	722	507	712	x	x
Casal sem filho(s) e/ou filha(s)	28	73	28	72	x	x
Casal com filho(s) e/ou filha(s)	104	145	103	143	x	x
Mãe com filho(s) e/ou filha(s)	280	334	276	329	x	x
Outros tipos de família	103	170	101	168	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

O número médio de filhos e/ou filhas por mulher tem se reduzido nos anos recentes no país. Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), a taxa de fecundidade total para o Brasil recuou 17,7% de 2005 a 2015, passando de 2,09 filhos para 1,72 filho por mulher, conforme se observa no Gráfico 2. Quando a mulher se encontra na condição de chefe de família monoparental ou na de chefe

de família com cônjuge, independentemente do trato geográfico aqui analisado e da situação censitária, o referido indicador também exibiu recuo – proporcionalmente maior para o segundo grupo que para o primeiro. Na Bahia, de 2007 a 2015, o número médio de filhos e/ou filhas recuou 8,9% no caso das chefas de famílias monoparentais e 10,5% no das chefas de famílias com cônjuge – acima das quedas no Brasil, de 4,1% e 5,2%, respectivamente.

Os recuos na RMS, por outro lado, foram maiores: 9,5% e 18,2%, nessa ordem.

Em 2015, para os dois arranjos familiares da Tabela 3, a despeito da maior queda relativa na Bahia do que no Brasil no período, o número médio de filhos e/ou filhas ainda se mostrava maior naquela unidade territorial que nesta – de 3,27 contra 3,02 para os grupos das chefas de famílias monoparentais e de 2,63 frente a 2,55 no caso das chefas de famílias com cônjuge, respectivamente. Na RMS, por sua vez, sob o

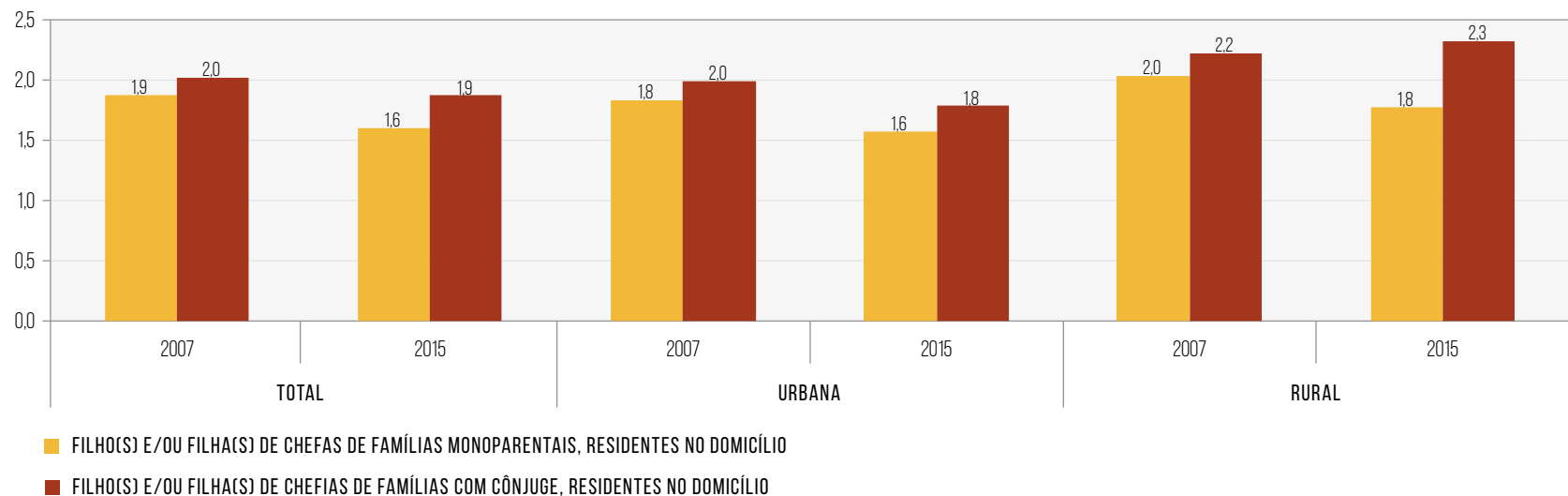
reforço de recuos maiores que os observados nos demais espaços geográficos, cada composição familiar continuou exibindo uma média de filhos e/ou filhas abaixo das médias brasileira e baiana ao final do intervalo, de 2,76 e 2,16.

Como se pode certificar pela Tabela 3, no período retratado, em qualquer das esferas geográficas observadas e das regiões censitárias, as mulheres no posto de chefia de família monoparental possuíam, em média, mais filhos e/ou filhas que aquelas na

posição de chefia de unidade familiar com cônjuge – ainda mais em 2015, posto que o número médio de filhos e/ou filhas reduziu-se mais para o segundo grupamento que para o primeiro desde 2007. No entanto, sob o mesmo enquadramento temporal e espacial, quando se considera apenas a prole residente, a inferência se inverte: as chefas de família monoparental possuíam, em média, menos filhos e/ou filhas residentes que aquelas de família com cônjuge – de 1,61 e 1,80 no Brasil, de 1,61 e 1,87 na Bahia, e de 1,56 e 1,61 na RMS, respectivamente.

GRÁFICO 2

Número médio de filhos e/ou filhas residentes, segundo tipo de arranjo familiar – Bahia – 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

TABELA 3

Número médio de filhos e/ou filhas das mulheres, segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais	3,15	3,02	3,02	2,90	4,32	4,16
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais, residentes no domicílio	1,75	1,61	1,72	1,60	1,96	1,79
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge	2,69	2,55	2,63	2,47	3,43	3,21
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge, residentes no domicílio	1,92	1,80	1,91	1,77	2,11	2,02
Bahia						
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais	3,59	3,27	3,36	3,06	4,47	4,45
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais, residentes no domicílio	1,88	1,61	1,84	1,58	2,04	1,77
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge	2,94	2,63	2,83	2,47	3,57	3,45
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge, residentes no domicílio	2,03	1,87	2,00	1,78	2,23	2,33
RMS						
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais	3,05	2,76	3,04	2,75	x	x
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias monoparentais, residentes no domicílio	1,81	1,56	1,81	1,55	x	x
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge	2,64	2,16	2,63	2,14	x	x
Filho(s) e/ou filha(s) de chefas de famílias com cônjuge, residentes no domicílio	1,95	1,61	1,94	1,59	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

Tanto no Brasil quanto na Bahia, em qualquer dos anos investigados, como se pode ver na tabela logo abaixo, o número médio de filhos e/ou filhas se mostrou sempre maior na zona rural do que na urbana, estivesse a mulher chefiando uma família monoparental ou uma família com presença de cônjuge. O mesmo ocorre quando se trata apenas de filhos e/ou filhas residentes no domicílio. Em território baiano, por sinal, a distância só fez se ampliar, já que tais indicadores encolheram mais no contexto urbano do que no rural de 2007 a 2015.

Em 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), a população brasileira possuía mais pessoas autodeclaradas negras do que de qualquer outra raça ou cor, com um percentual próximo de 54,0% – proporção que aumenta quando se volta ao palco baiano – 79,5% no estado como um todo e 85,7% na RMS¹³. Em qualquer desses espaços geográficos, naquele ano, também eram de maioria autodeclarada negra as chefas de arranjos monoparentais e os homens e mulheres na chefia de famílias com presença de cônjuge e pelo menos um filho ou filha – marca

13 Foram consideradas pessoas negras as que se autodeclararam pretas ou pardas.

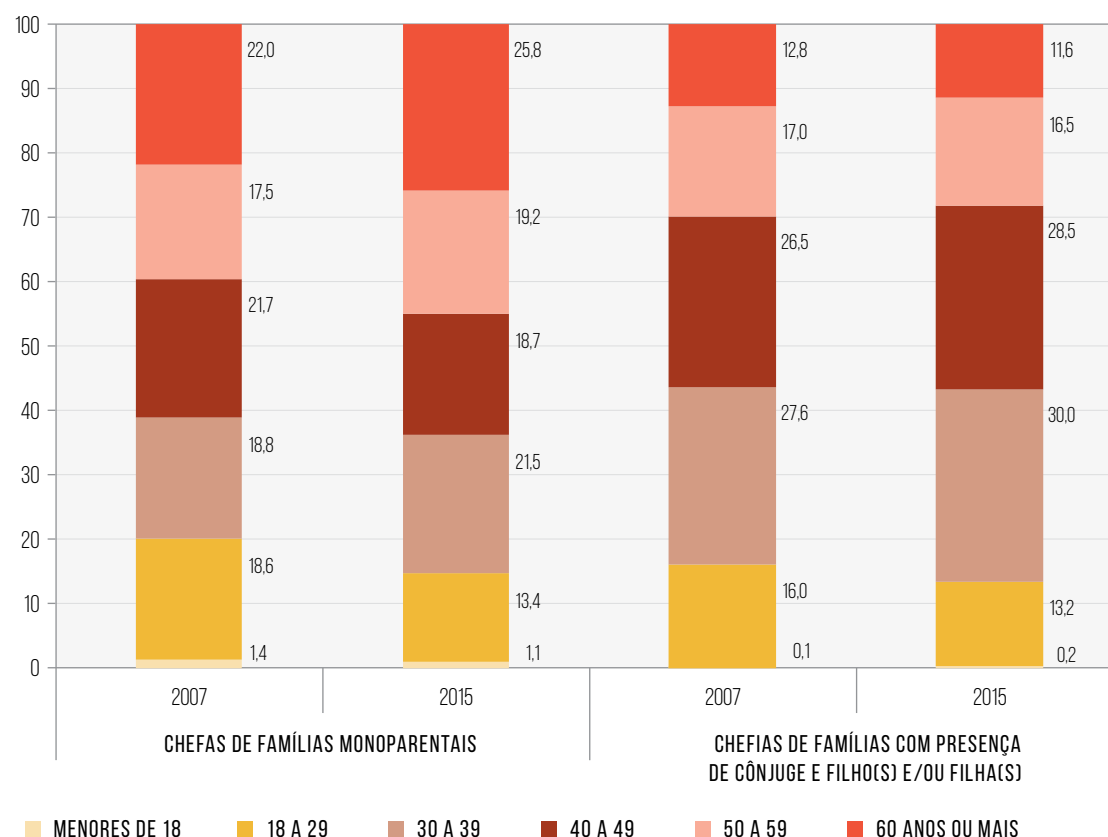
ainda mais destacada quando comparada à de 2007, já que o quantitativo de população autodeclarada negra evoluiu mais do que o de população autodeclarada branca nos dois grupos analisados no período¹⁴.

Na Bahia, por exemplo, com base na Tabela 4, de 2007 a 2015, enquanto o número da população autodeclarada negra cresceu 19,9% (de 688 mil para 825 mil) entre as chefas de composições monoparentais e 2,5% (de 1,671 milhão para 1,712 milhão) entre as chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), o quantitativo de população autodeclarada branca expandiu-se 7,1% (de 170 mil para 182 mil) e recuou 5,4% (de 426 para 403 mil) em cada um dos arranjos mencionados, respectivamente. No Brasil, nesse mesmo intervalo, seguindo a mesma ordem dos grupos familiares indicada acima, enquanto o total da população autodeclarada negra se ampliou em 21,3% (de 5,592 milhões para 6,785 milhões) e 12,4% (de 14,824 milhões para 16,666 milhões), o da população autodeclarada branca reduziu-se 0,7% (de 4,845 milhões para 4,811 milhões) e 8,0% (de 14,510 milhões para 13,352 milhões).

14 Apenas para contextualizar, nos Estados Unidos, em 2008, 43% das mulheres negras (15 anos ou mais) residiam em famílias monoparentais femininas (UNITED STATES, 2011).

GRÁFICO 3

Chefia de família (em %), segundo faixa etária e tipo de arranjo familiar - Bahia - 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Interessante constatar que, em 2015, na Bahia, a maior parte das chefas em famílias monoparentais integrava o grupo etário de 60 anos ou mais, fossem da

população autodeclarada negra ou branca (25,8%, conforme o Gráfico 3) - diferentemente, portanto, do observado para o conjunto de chefias de famílias com

cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), já que a maioria estava na faixa etária de 30 a 39 anos, entre a população autodeclarada negra, e de 40 a 49 anos entre a população autodeclarada branca. É assim, também, quando o olhar se volta para a cena brasileira. Conforme a Tabela 4, das 825 mil autodeclaradas negras chefiando composições monoparentais no estado no referido ano, 197 mil, ou 23,9%, tinham pelo menos 60 anos de idade.

Entre as autodeclaradas brancas baianas, que eram 182 mil à época, 62 mil, ou 34,1%, se enquadravam nesta faixa etária. Na RMS, por outro lado, pelo menos para o arranjo monoparental feminino, o padrão não se repete, já que os estratos de 30 a 39 anos e de 50 a 59 anos eram aqueles nos quais se encontrava a maioria das autodeclaradas negras e brancas, respectivamente.

Seja em famílias monoparentais femininas ou naquelas com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), conforme a Tabela 5, em qualquer dos espaços geográficos, de 2007 a 2015, expandiu-se a participação do arranjo com todos os filhos e/ou filhas tendo 14 anos ou mais e recuaram as porções do grupo com todos os filhos e/ou filhas menores de 14 anos e daquele com filhos e/ou filhas menores de 14 anos e de 14 anos

TABELA 4

Chefia de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar, faixa etária e cor/raça – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS				CHEFIAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)			
	NEGRAS		BRANCAS		NEGRAS		BRANCAS	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil	5.592	6.785	4.845	4.811	14.824	16.666	14.510	13.352
Menores de 18	75	55	33	18	23	26	11	10
18 a 29	1.080	907	671	445	2.516	2.288	1.718	1.287
30 a 39	1.120	1.386	886	790	4.474	5.012	4.000	3.585
40 a 49	1.228	1.463	1.137	1.002	4.000	4.654	4.254	3.813
50 a 59	987	1.308	907	1.025	2.292	2.802	2.865	2.768
60 anos ou mais	1.101	1.664	1.211	1.531	1.520	1.884	1.662	1.889
Bahia	688	825	170	182	1.671	1.712	426	403
Menores de 18	12	11	X	X	X	X	X	X
18 a 29	138	117	21	19	275	231	59	48
30 a 39	125	183	36	34	472	527	108	108
40 a 49	151	160	35	28	429	483	126	120
50 a 59	118	157	32	37	280	278	77	72
60 anos ou mais	144	197	45	62	213	190	55	54
RMS	234	286	44	47	423	473	84	62
Menores de 18	X	X	X	X	X	X	X	X
18 a 29	42	37	X	X	70	47	10	X
30 a 39	43	66	8	6	129	151	22	17
40 a 49	62	59	12	10	113	138	26	20
50 a 59	41	60	11	14	75	92	17	12
60 anos ou mais	42	62	9	14	35	45	10	10

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: "X" – dado não apresentou significância estatística.

Foram consideradas brancas as pessoas que se autodeclararam brancas ou amarelas. E negras as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas.

ou mais¹⁵. Ainda assim, mesmo com mudança nas proporções, a disposição das três categorias em cada arranjo familiar permaneceu a mesma com o passar do tempo.

Nas famílias monoparentais femininas, como se pode observar pela Tabela 5, em qualquer dos anos tratados, o agrupamento com todos os filhos e/ou filhas com 14 anos ou mais era o de maior dimensão. Em 2015, as proporções desse grupo foram de 62,4% no Brasil, 59,8% na Bahia e 61,6% na RMS. No caso das famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), o conjunto mais expressivo era aquele com todos os filhos e/ou filhas menores de 14 anos – com proporções de 43,8% no país, 46,3% no estado e 45,5% na RMS no último ano do período. Independentemente do arranjo familiar, tanto em 2007 quanto em 2015, a categoria composta por filhos e/ou filhas menores de 14 anos e de 14 anos ou mais era a de menor expressão.

Em relação aos montantes absolutos, vale destacar que, de 2007 a 2015, a variação positiva observada nos grupos em que todos os filhos e/ou filhas possuíam pelo menos 14 anos se revelou maior nos arranjos monoparentais femininos do que naqueles com

15 Importante esclarecer que o número de chefias de famílias, como exposto na Tabela 5, equivale ao número de arranjos com a mesma delimitação.

TABELA 5

Chefia de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e presença de filho(s) e/ou filha(s) por corte etário selecionado – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	2007		2015	
	PESSOAS	%	PESSOAS	%
Brasil				
Chefias de famílias monoparentais	10.477	100,0	11.639	100,0
Mãe com todos os filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos	3.468	33,1	3.083	26,5
Mãe com todos os filho(s) e/ou filha(s) de 14 anos ou mais	5.694	54,3	7.267	62,4
Mãe com filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	1.315	12,5	1.289	11,1
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	29.437	100,0	30.151	100,0
Casal com todos os filho(s) e ou filha(s) menores de 14 anos	13.884	47,2	13.197	43,8
Casal com todos os filho(s) e ou filha(s) de 14 anos ou mais	9.919	33,7	11.838	39,3
Casal com filho(s) e ou filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	5.634	19,1	5.116	17,0
Bahia				
Chefias de famílias monoparentais	865	100,0	1.015	100,0
Mãe com todos os filho(s) ou filha(s) menores de 14 anos	302	35,0	310	30,5
Mãe com todos os filho(s) ou filha(s) de 14 anos ou mais	453	52,4	607	59,8
Mãe com filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	109	12,6	98	9,7
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	2.105	100,0	2.125	100,0
Casal com todos os filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos	1.021	48,5	984	46,3
Casal com todos os filhos e/ou filha(s) de 14 anos ou mais	663	31,5	748	35,2
Casal com filho(s) e ou/filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	421	20,0	393	18,5
RMS				
Chefias de famílias monoparentais	280	100,0	334	100,0
Mãe com todos os filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos	93	33,2	100	29,9
Mãe com todos os filho(s) e/ou filha(s) de 14 anos ou mais	155	55,5	206	61,6
Mãe com filho(s) e/ou filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	32	11,4	29	8,6
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	510	100,0	539	100,0
Casal com todos os filhos e/ou filha(s) menores de 14 anos	252	49,4	245	45,5
Casal com todos os filho(s) e/ou filha(s) de 14 anos ou mais	176	34,5	216	40,1
Casal com filho(s) e ou filha(s) menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	82	16,1	78	14,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: o corte etário em 14 anos de idade foi realizado pela própria metodologia da PNAD, por se tratar de uma idade limite para entrada no mercado de trabalho.

cônjuges e filho(s) e/ou filha(s), independentemente da arena geográfica analisada. Na Bahia, no referido período, por exemplo, o aumento foi de 34,0% no caso das famílias monoparentais femininas, passando de 453 mil para 607 mil, e foi de apenas 12,8% no contexto das composições familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), ao sair de 663 mil para 748 mil.

De 2007 a 2015, em qualquer dos espaços geográficos trabalhados, como se pode conferir pela Tabela 6, enquanto o número de filhos e/ou filhas residentes sob a égide de arranjos monoparentais femininos se dilatou, o de filhos e/ou filhas residentes em famílias com presença de cônjuge encolheu. Nas famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, o total de filhos e/ou filhas que residiam no domicílio aumentou 2,8% (de 17,605 milhões para 18,095 milhões) no Brasil, 0,9% (de 1,544 milhão para 1,558 milhão) na Bahia e 1,4% (de 483 mil para 490 mil) na RMS no período em questão. No caso de famílias formadas por casais, respeitando essa mesma ordem territorial, os recuos foram de 8,5% (de 57,472 milhões para 52,570 milhões), 13,9% (de 4,482 milhões para 3,857 milhões) e 11,6% (de 969 mil para 857 mil).

Em 2015, independentemente do arranjo familiar e do espaço geográfico, a população

TABELA 6

Filhos e/ou filhas (em milhares), residentes no domicílio, segundo tipo de arranjo familiar e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES - ARRANJOS MONOPARENTAIS FEMININOS		FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES - CASAIS COM FILHO(S) E/OU FILHA(S)	
	2007	2015	2007	2015
Brasil	17.605	18.095	57.472	52.570
0 a 17	9.612	8.855	41.729	36.467
18 a 29	5.016	5.004	13.207	12.528
30 a 39	1.621	2.243	1.876	2.571
40 a 49	931	1.244	539	779
50 a 59	356	600	112	202
60 anos ou mais	71	149	9	23
Bahia	1.544	1.558	4.482	3.857
0 a 17	853	817	3.265	2.808
18 a 29	461	396	1.017	832
30 a 39	135	188	159	158
40 a 49	67	102	31	44
50 a 59	23	46	10	13
60 anos ou mais	6	10	X	X
RMS	483	490	969	857
0 a 17	241	244	667	575
18 a 29	169	144	259	221
30 a 39	44	59	32	48
40 a 49	23	30	7	12
50 a 59	5	11	X	X
60 anos ou mais	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

de filhos e/ou filhas residentes pertencia, em sua maioria, ao grupo etário de 0 a 17 anos, apesar do recuo na participação em relação a 2007 – entretanto, tanto neste quanto naquele ano, em maiores proporções no caso dos casais com filhos e/ou filhas. Para

as demais faixas de idade, seja em 2007 ou em 2015, a estrutura monoparental feminina exibiu as maiores parcelas em relação ao total. Assim, pode-se deduzir que, em média, os filhos e/ou filhas residentes integrantes de arranjos monoparentais femininos eram

mais velhos que aqueles sob a tutela de um casal em qualquer dos anos analisados. A maior presença de filhos e/ou filhas mais velhos nas famílias monoparentais femininas é explicada pelo perfil etário das chefas da família. Como explicitado no Gráfico 3, 45% das chefas de famílias monoparentais possuíam 50 anos ou mais em 2015. Para a chefia de famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas, essa proporção era de somente 28% em 2015.

Além do mais, agora transversalmente ao tempo, com ênfase somente nas composições monoparentais femininas, pode-se inferir que a idade média do conjunto populacional de filhos e/ou filhas residentes pertencentes a esse tipo de arranjo familiar apresentou aumento em todas as esferas geográficas analisadas. Como se pode observar na Tabela 6, tanto no Brasil quanto na Bahia, de 2007 a 2015, houve redução do contingente populacional pertencente aos dois grupos mais jovens (o de 0 a 17 anos e o de 18 a 29 anos) e aumento nas categorias etárias mais avançadas. Na RMS, por outro lado, o quantitativo daqueles de 0 a 17 anos passou por uma ligeira ampliação no intervalo, porém aparentemente insuficiente para impedir que a idade média fosse puxada para cima.

EDUCAÇÃO

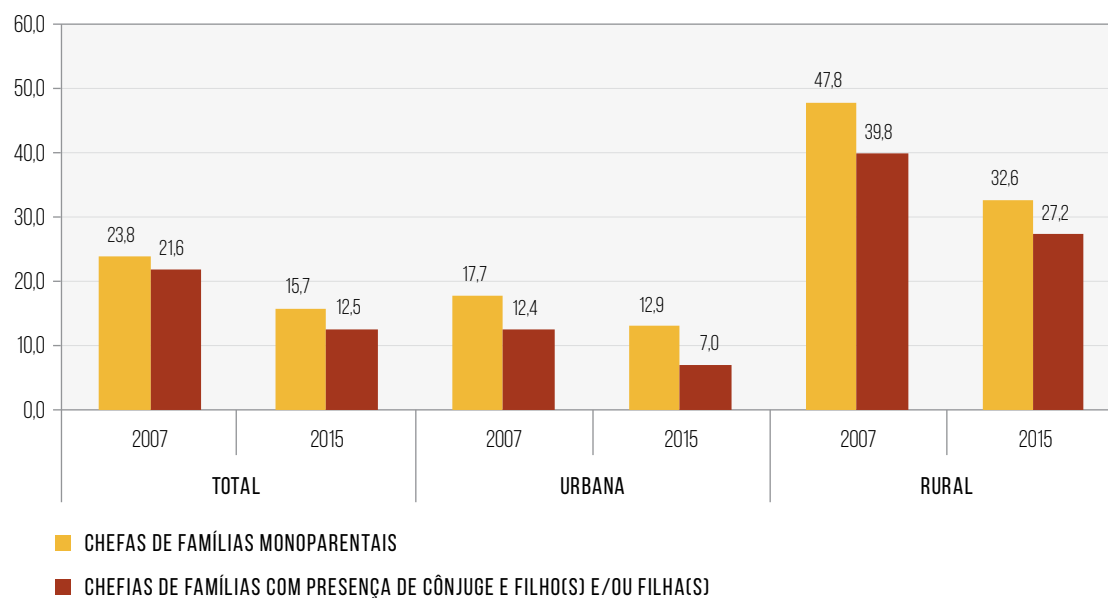
A taxa de analfabetismo na Bahia diminuiu tanto para as chefes de famílias monoparentais, quanto para as chefes de famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas. Contudo, as chefes de famílias monoparentais exibem uma taxa superior à do

arranjo familiar em comparação, conforme se observa no Gráfico 4.

Como o analfabetismo é concentrado nas faixas etárias mais avançadas da população, a diferença na taxa de analfabetismo

GRÁFICO 4

Taxa de analfabetismo de chefias e chefas de família, segundo tipo de arranjo familiar e situação censitária - Bahia - 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

entre famílias monoparentais e não monoparentais é explicada justamente pelo perfil demográfico dos grupos de análise.

A Tabela 7 apresenta a condição de alfabetização e a taxa de analfabetismo das chefias de famílias com 15 anos ou mais. Quando comparada à média nacional de 7,2% para famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas, a taxa de analfabetismo dessas chefias de família da Bahia (12,5%) é superior, quase o dobro da média nacional, em 2015. Porém, o mesmo não ocorre com as chefias de famílias não monoparentais da RMS, pois a taxa de analfabetismo alcançou apenas 6,2%. Para as chefas de famílias monoparentais, a taxa de analfabetismo da Bahia (15,7%) supera a nacional (11,1%) e a da RMS (6,2%) para 2015.

As chefas de famílias monoparentais apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas do que as chefias de famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas. Em 2015, por exemplo, para a Bahia, a diferença foi de 3,2 pontos percentuais. O Brasil (3,9 pontos percentuais) e a RMS (4,3 pontos percentuais) apresentaram condições mais desfavoráveis para as chefas de famílias do que para as chefias de famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas.

TABELA 7

Chefia de família, segundo tipo de arranjo familiar, condição de alfabetização e taxa de analfabetismo por situação censitária – Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Chefas de famílias monoparentais	10.472	11.636	9.437	10.610	1.035	1.026
Sabem ler	9.032	10.350	8.347	9.632	685	717
Não sabem ler	1.440	1.287	1.090	978	350	309
Taxa de analfabetismo (%)	13,8	11,1	11,6	9,2	33,9	30,1
Chefas de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	29.436	30.151	24.226	25.263	5.210	4.888
Sabem ler	26.231	27.980	22.486	24.139	3.745	3.840
Não sabem ler	3.205	2.171	1.741	1.123	1.465	1.048
Taxa de analfabetismo (%)	10,9	7,2	7,2	4,4	28,1	21,4
Bahia						
Chefas de famílias monoparentais	864	1.013	689	865	175	148
Sabem ler	659	854	567	754	92	100
Não sabem ler	205	160	122	111	84	48
Taxa de analfabetismo (%)	23,8	15,7	17,7	12,9	47,8	32,6
Chefas de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	2.105	2.125	1.396	1.538	710	587
Sabem ler	1.650	1.858	1.222	1.431	427	427
Não sabem ler	456	266	173	107	282	159
Taxa de analfabetismo (%)	21,6	12,5	12,4	7,0	39,8	27,2
RMS						
Chefas de famílias monoparentais	280	334	276	329	X	X
Sabem ler	252	313	249	309	X	X
Não sabem ler	27	21	26	19	X	X
Taxa de analfabetismo (%)	9,8	6,2	9,6	5,9	X	X
Chefas de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	510	539	503	529	X	X
Sabem ler	489	528	482	520	X	X
Não sabem ler	21	10	21	9	X	X
Taxa de analfabetismo (%)	4,1	1,9	4,2	1,7	X	X

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

Outro dado nesta análise é a constatação dos altos índices de analfabetismo no meio rural comparados com os do meio urbano. Esse fenômeno atinge tanto as famílias monoparentais femininas quanto os arranjos familiares com a presença de cônjuge e filhos e/ou filhas.

Quanto à presença na escola, na Bahia, observa-se que os filhos e/ou filhas das

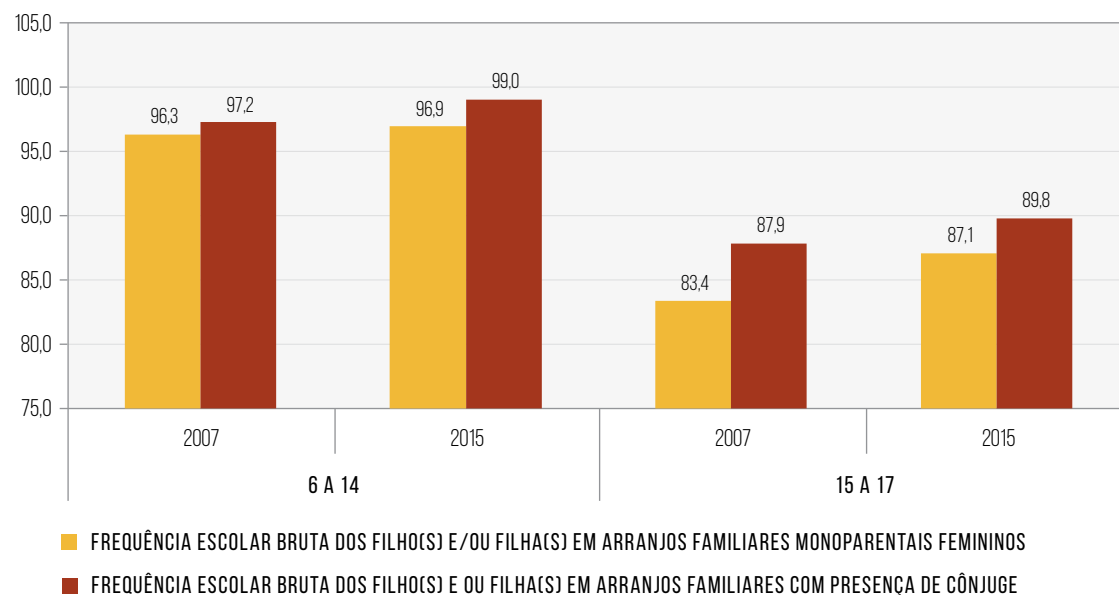
famílias monoparentais femininas estão presentes na escola numa intensidade muito próxima à dos filhos e/ou filhas das famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas, conforme se observa no Gráfico 5.

Quando se observa a faixa etária de 0 a 3 anos, verifica-se a necessidade de implementação de políticas públicas que

atendam a este público em creches. Os indicadores de frequência escolar bruta dos filhos e/ou filhas em arranjos familiares monoparentais femininos, nesta faixa etária, apontaram, em 2015, no Brasil (26,8%), na Bahia (17,8%) e na RMS (29,7%), índices inferiores, se comparados com as faixas etárias de 4 a 5 anos – idade pré-escolar –, 6 a 14 anos – idade de frequência em escola de ensino fundamental – e 15 a 17 anos – idade de alunos/as no ensino médio. Isto quando não há defasagem entre idade/série, conforme a Tabela 8.

GRÁFICO 5

Frequência escolar bruta dos filhos e/ou filhas, segundo tipo de arranjo familiar e faixa etária – Bahia – 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Outro elemento que merece destaque é que a oferta e a ampliação de vagas em creches se refletem também na vida profissional dessas mulheres, com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, quando os filhos e/ou as filhas são acolhidos na rede escolar. No que diz respeito a esta oferta de creches, constitucionalmente, compete prioritariamente aos municípios implementar as ações e programas que reflitam uma política pública de atendimento a esse nível de escolaridade. No entanto, isso não exime a União, estados e Distrito Federal de organizarem, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

TABELA 8

População (em milhares) cuja posição na família era filha ou filho, segundo tipo de arranjo familiar, frequência à escola e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	0 A 3		4 E 5		6 A 14		15 A 17	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	1.778	1.523	915	795	5.163	4.599	1.756	1.937
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	369	408	660	673	4.982	4.515	1.463	1.654
Frequência escolar bruta dos filhos e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	20,8	26,8	72,1	84,6	96,5	98,2	83,4	85,4
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	8.171	7.506	4.354	3.721	22.570	18.741	6.634	6.499
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) frequentando a escola	1.317	1.941	3.040	3.144	21.999	18.549	5.801	5.796
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	16,1	25,9	69,8	84,5	97,5	99,0	87,4	89,2
Bahia								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	169	146	90	86	438	426	156	158
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	21	26	68	76	422	413	130	138
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	12,2	17,8	75,6	88,5	96,3	96,9	83,4	87,1
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) ou filha(s)	627	562	360	258	1.759	1.477	520	512
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e ou filha(s) frequentando a escola	72	88	266	231	1.710	1.463	457	460
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	11,4	15,6	73,9	89,3	97,2	99,0	87,9	89,8
RMS								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	48	43	20	25	126	124	46	52
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	11	13	17	24	122	122	40	47
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	23,3	29,7	84,1	94,7	97,1	98,9	86,5	90,9
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	137	110	67	57	360	296	103	112
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) frequentando a escola	29	24	59	51	350	293	95	99
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	20,9	21,9	87,7	89,9	97,3	99,2	92,2	88,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Outro destaque nesta tabela é que, na faixa etária de 0 a 3 anos, os percentuais entre os dois arranjos familiares diferem quando dizem respeito à manutenção de crianças e jovens em escolas. Em termos relativos, havia mais crianças de arranjos familiares monoparentais femininos frequentando creches/escolas na RMS do que de arranjos não monoparentais. A diferença alcançou 7,7 pontos percentuais em 2015, ante 2,5 pontos percentuais em 2007. Em 2015, na Bahia, no arranjo familiar monoparental feminino (17,8%) e no arranjo familiar não monoparental (15,6%), os percentuais são muito próximos.

O crescimento da frequência nos quatro níveis de faixa etária, comparativamente entre 2007 e 2015, também merece destaque, pois ocorreu para os dois tipos de arranjo familiar, nas três unidades geográficas estudadas, havendo apenas um decréscimo na faixa etária de 15 a 17 anos no arranjo familiar não monoparental na RMS.

No Brasil e na Bahia, de maneira relativa, o fator idade revelou diferencial. Para o período, havia maior presença dos filhos e/ou filhas de arranjos não monoparentais do que das famílias monoparentais femininas nas escolas, nas faixas etárias de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos.

TABELA 9

Anos de estudo (média) da chefia de família com 18 anos ou mais de idade, segundo tipo de arranjo familiar e cor/raça – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	NEGRAS				BRANCAS			
	CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS		CHEFIAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)		CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS		CHEFIAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil	5,7	6,8	5,9	7,4	7,5	8,3	7,9	9,1
Bahia	5,3	6,6	5,1	6,8	6,0	7,6	6,0	7,4
RMS	7,0	8,5	8,0	9,1	8,9	9,9	9,8	10,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

A Tabela 9 revela que o nível de escolaridade das chefas de famílias monoparentais autodeclaradas negras é menor do que o das mulheres autodeclaradas brancas. Assim, enquanto que, em 2015, as mulheres brasileiras autodeclaradas negras chefas de família tinham 6,8 anos de estudo, as autodeclaradas brancas chefas de família possuíam 8,3 anos de estudo. Na Bahia e na RMS, a situação, em 2015, permaneceu com a mesma característica. Enquanto, no âmbito do estado, as mulheres autodeclaradas negras chefas de família alcançaram 6,6 anos de estudos, as autodeclaradas brancas possuíam 7,6 anos. Já na RMS esse indicador foi de 8,5 anos para as mulheres autodeclaradas negras e de 9,9 anos para as autodeclaradas brancas do mesmo estrato familiar. Este quadro também causa impacto na vida

profissional dessas pessoas, pois, sem escolarização adequada, a inserção no mercado de trabalho ocorre geralmente em ocupações com baixa remuneração. Outro destaque a se fazer é que o crescimento, comparando 2007 a 2015, é pequeno, refletindo um cenário que exige políticas públicas de inserção e permanência de chefas de famílias monoparentais femininas nas redes públicas de ensino. No entanto, a baixa escolarização é uma característica comum a ambos os arranjos familiares, pois, na média, nenhum atingiu sequer os anos necessários para conclusão da educação básica.

Existe diferença, também, no nível de escolaridade entre as chefas de famílias em arranjos monoparentais femininos e as chefas de famílias não monoparentais dentro

do mesmo grupo racial. Os anos de estudos das chefiadas autodeclaradas da cor negra em famílias não monoparentais ultrapassam os das chefiadas de famílias autodeclaradas negras em arranjos monoparentais femininos. O mesmo ocorre entre pessoas autodeclaradas da cor branca. Importante destacar que, mais uma vez, a diferença etária entre os grupos exerceu influência sobre as diferenças dos grupos no quesito anos de estudo, visto que a escolarização é menor nas faixas etárias maiores.

Entre todos os grupos (chefias de famílias monoparentais femininas autodeclaradas negras ou brancas e as chefiadas de famílias não monoparentais autodeclaradas da cor negra ou branca) analisados, as autodeclaradas negras chefiadas de famílias em arranjos monoparentais femininos são as que apresentam a menor escolaridade medida por anos de estudos (média).

Apesar das diferenças entre os estratos, no período estudado, houve aumento na média dos anos de estudo entre as chefiadas de famílias monoparentais femininas e nos arranjos familiares com cônjuges.

Os indicadores da Tabela 10 mostram o percentual mais alto na categoria sem instrução e ensino fundamental incompleto

TABELA 10

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e grau de instrução mais elevado alcançado – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	CHEFIAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS				CHEFIAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)			
	2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%
Brasil	10.477	100,0	11.639	100,0	29.437	100,0	30.151	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	5.767	55,0	5.360	46,1	15.530	52,8	11.920	39,5
Fundamental completo ou médio incompleto	1.585	15,1	1.812	15,6	4.571	15,5	4.941	16,4
Médio completo ou superior incompleto	2.376	22,7	3.285	28,2	6.979	23,7	9.721	32,2
Superior completo	697	6,6	1.151	9,9	2.243	7,6	3.497	11,6
Não determinado	53	0,5	31	0,3	115	0,4	71	0,2
Bahia	865	100,0	1.015	100,0	2.105	100,0	2.125	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	561	64,8	525	51,7	1.386	65,8	1.090	51,3
Fundamental completo ou médio incompleto	97	11,2	130	12,8	247	11,7	275	12,9
Médio completo ou superior incompleto	178	20,6	293	28,9	392	18,6	633	29,8
Superior completo	27	3,1	62	6,1	73	3,5	123	5,8
Não determinado	x	x	x	x	7	0,3	x	x
RMS	280	100,0	334	100,0	510	100,0	539	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	134	47,9	114	34,0	192	37,6	148	27,5
Fundamental completo ou médio incompleto	50	17,9	53	15,9	91	17,8	87	16,1
Médio completo ou superior incompleto	77	27,5	132	39,4	184	36,0	248	46,0
Superior completo	17	6,2	34	10,1	42	8,2	56	10,4
Não determinado	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

das chefas de famílias monoparentais, no Brasil (46,1%) e na Bahia (51,7%), em 2015. Apesar da redução desses percentuais em relação a 2007, esses índices refletem uma defasagem acentuada no que diz respeito à escolarização das chefas de família. Para o mesmo ano, na Região Metropolitana de Salvador, o índice mais elevado era o da categoria médio completo ou superior incompleto (39,4%), o que revela um grau de escolaridade superior dessas chefas de famílias monoparentais nessa unidade geográfica em relação ao total do estado e do Brasil.

Em valores relativos, a comparação entre as chefas de famílias monoparentais e as chefias de famílias com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas revela que, na Bahia, a diferença entre os dois grupos não era significativa em 2015.

MERCADO DE TRABALHO

Perfil do mercado de trabalho segundo a PNAD anual, por gênero, para o Brasil, a Bahia e a RMS

Segundo dados da PNAD anual (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2018), no período em análise (2007-2015), no Brasil, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador (RMS), houve uma ampliação da População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais) e dos seus componentes (População Não Economicamente Ativa (PNEA) e População Economicamente Ativa (PEA)) para os totais, ambos os sexos e para as chefas de famílias monoparentais femininas (Tabela 11). De forma relativa, no período, para a Bahia, a ampliação na PIA (14 anos ou mais) (17,3%), na PEA (10,6%), na população ocupada (7,1%) e na população desocupada (39,4%) das chefas de famílias monoparentais femininas superou a das outras categorias (total, masculino e

feminino). A exceção ocorreu na PNEA, na qual o percentual de ampliação da população masculina (34,1%) superou até mesmo o das chefas de famílias monoparentais femininas (27,3%).

A População em Idade Ativa feminina ultrapassou a masculina no Brasil, na Bahia e na RMS. Todavia, a População Não Economicamente Ativa, para o sexo feminino, nas três unidades geográficas, superou a do sexo masculino. Isso significa que, apesar de o total de mulheres em idade ativa exceder o total masculino, elas não constituíram o grupo mais ocupado em termos absolutos.

Em relação à População Economicamente Ativa, considerando a parcela em busca

de ocupação (desocupados), a desagregação por gênero revelou que a taxa de desemprego foi superior para o sexo feminino em relação ao masculino, no Brasil, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador. As taxas de desemprego da RMS, para os anos de 2007 e 2015, superaram os respectivos índices para o estado e o país. Todavia, essa região foi a única unidade geográfica estudada que revelou uma redução no período. A taxa do grupo feminino da RMS passou de 19,6%, em 2007, para 19,2%, em 2015, enquanto a das chefas de famílias monoparentais femininas da RMS se reduziu de 15,7% para 13,7%. É importante salientar que, para o recorte efetuado, as taxas de desemprego mais elevadas ocorreram para as mulheres da Região Metropolitana de Salvador, para 2007 e 2015.

Nos Estados Unidos, as chefas de família estão mais propícias do que as casadas a trabalhar (GABE, 2014). Em 2015, em relação à RMS e ao Brasil, as chefas de famílias monoparentais femininas na Bahia foram as que mais buscaram ocupação. No mesmo ano, a taxa de desemprego para as chefas de famílias monoparentais femininas da RMS (13,7%) superou a do total do Brasil (10,8%), mas não ultrapassou a da Bahia (13,9%).

TABELA 11

População (em milhares), segundo sexo e chefas de famílias monoparentais femininas, por perfil no mercado de trabalho – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		MASCULINO		FEMININO		CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	145.057	165.184	69.711	79.102	75.346	86.082	10.477	11.639
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	47.353	60.040	14.688	19.948	32.665	40.093	3.963	4.867
População Economicamente Ativa (PEA)	97.704	105.144	55.023	59.155	42.681	45.989	6.513	6.773
População ocupada	89.759	95.047	51.701	54.465	38.059	40.582	5.884	6.043
População buscando ocupação (desocupados)	7.945	10.097	3.322	4.689	4.623	5.407	629	730
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	8,1	9,6	6,0	7,9	10,8	11,8	9,7	10,8
Bahia								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	10.754	12.037	5.247	5.686	5.507	6.351	865	1.015
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	3.555	4.512	1.100	1.475	2.456	3.038	347	441
População Economicamente Ativa (PEA)	7.199	7.525	4.148	4.211	3.051	3.314	518	574
População ocupada	6.523	6.704	3.866	3.867	2.656	2.836	461	494
População buscando ocupação (desocupados)	676	822	281	344	395	478	57	80
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	9,4	10,9	6,8	8,2	12,9	14,4	11,0	13,9
RMS								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	2.829	3.256	1.316	1.473	1.513	1.783	280	334
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	850	1.014	284	340	566	675	94	119
População Economicamente Ativa (PEA)	1.979	2.241	1.031	1.133	947	1.108	186	215
População ocupada	1.676	1.887	914	991	762	896	157	186
População buscando ocupação (desocupados)	303	354	117	142	185	213	29	30
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	15,3	15,8	11,4	12,5	19,6	19,2	15,7	13,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Perfil do mercado de trabalho segundo a PNADC, por gênero, para o Brasil e a Bahia

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (2018b) revelou que as taxas de desemprego para a Bahia superaram as do Brasil para todos os terceiros trimestres analisados (2012-2017). Também as taxas de desemprego para as mulheres ultrapassaram as dos homens e dos totais para as duas unidades geográficas investigadas (Tabela 12).

Entre os terceiros trimestres de 2012 e de 2017, apesar de a taxa de desemprego das mulheres regredir nos terceiros trimestres iniciais (2013 e 2014) da medição, a partir de 2015.3, houve uma inversão da tendência, sendo que o índice passou a trilhar caminho ascendente, alcançando 19,4%

(Continua)

TABELA 12

População (em milhares), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Brasil e Bahia – terceiros trimestres de 2012-2017

PAÍS / UF	2012.3			2013.3			2014.3		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Brasil									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	157.532	75.043	82.489	159.685	76.090	83.595	162.446	77.472	84.975
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	60.594	20.249	40.345	61.714	20.601	41.113	63.472	21.366	42.106
População Economicamente Ativa (PEA)	96.938	54.794	42.144	97.971	55.489	42.482	98.974	56.106	42.868
População ocupada	90.082	51.637	38.444	91.175	52.362	38.813	92.269	52.935	39.334
População buscando ocupação (desocupados)	6.856	3.157	3.699	6.796	3.127	3.669	6.705	3.170	3.534
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	7,1	5,8	8,8	6,9	5,6	8,6	6,8	5,7	8,2
Bahia									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	11.619	5.512	6.107	11.703	5.578	6.125	11.853	5.684	6.169
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	4.455	1.431	3.023	4.672	1.547	3.125	4.597	1.512	3.085
População Economicamente Ativa (PEA)	7.165	4.081	3.084	7.031	4.032	2.999	7.255	4.172	3.084
População ocupada	6.398	3.726	2.672	6.286	3.683	2.602	6.549	3.812	2.737
População buscando ocupação (desocupados)	767	355	412	745	348	397	707	360	346
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	10,7	8,7	13,4	10,6	8,6	13,2	9,7	8,6	11,2

(Conclusão)

TABELA 12

População (em milhares), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Brasil e Bahia – terceiros trimestres de 2012-2017

PAÍS / UF	2015.3			2016.3			2017.3		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Brasil									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	164.507	78.473	86.034	166.499	79.681	86.818	168.722	80.468	88.254
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	63.438	21.662	41.776	64.642	22.329	42.314	64.464	22.509	41.954
População Economicamente Ativa (PEA)	101.069	56.811	44.258	101.857	57.352	44.504	104.258	57.958	46.300
População ocupada	92.090	52.433	39.656	89.835	51.352	38.482	91.297	51.575	39.722
População buscando ocupação (desocupados)	8.979	4.378	4.601	12.022	6.000	6.022	12.961	6.383	6.578
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	8,9	7,7	10,4	11,8	10,5	13,5	12,4	11,0	14,2
Bahia									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	12.009	5.762	6.247	12.153	5.758	6.396	12.335	5.831	6.504
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	4.507	1.551	2.956	4.919	1.681	3.238	5.163	1.843	3.320
População Economicamente Ativa (PEA)	7.502	4.211	3.291	7.234	4.077	3.157	7.172	3.988	3.184
População ocupada	6.539	3.743	2.796	6.083	3.524	2.560	5.975	3.408	2.566
População buscando ocupação (desocupados)	963	467	495	1.151	553	598	1.197	579	618
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	12,8	11,1	15,1	15,9	13,6	18,9	16,7	14,5	19,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018b). Elaboração da SEI.

em 2017.3, ante 13,4% em 2012.3, na Bahia. O mesmo ocorreu com os índices para o Brasil. No referido trimestre de 2012, o percentual de mulheres economicamente ativas em busca de ocupação (mulheres) no país era de 8,8%, passando a 14,2% no terceiro trimestre de 2017.

Em 2017.3, a diferença entre a População Economicamente Ativa masculina e a feminina que buscava ocupação (taxa de desemprego) era de 4,9 pontos percentuais para a Bahia e 3,2 pontos percentuais para o Brasil.

Apesar de a População em Idade Ativa feminina superar a masculina, a população ocupada masculina ultrapassou a feminina em todos os terceiros trimestres analisados (2012.3-2017.3) e nas duas unidades geográficas. Sabe-se que, “[...] em qualquer segmento social, o acesso ao emprego não é intercambiável entre os diferentes membros da família, uma vez que as posições no seu interior impõem diferentes pressões e limitações para cada um” (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994, p. 33).

Até 2008, as mulheres totalizavam mais de 40% da força de trabalho mundial. Além disso, houve progresso na América Latina

(Banco Mundial, 2011). Na Bahia, em 2017.3, a População Economicamente Ativa feminina era de 44,4%, similar à média feminina nacional (44,4%).

Perfil do mercado de trabalho segundo a PED, por gênero, para a Região Metropolitana de Salvador e Salvador

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018), os valores para a série da População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA)

(Continua)

TABELA 13

População estimada (em mil), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Região Metropolitana de Salvador e Salvador – quartos trimestres de 2012-2017

REGIÃO METROPOLITANA / CAPITAL	2012.4			2013.4			2014.4		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
RMS									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	2.870	1.316	1.554	2.927	1.310	1.617	2.984	1.353	1.631
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	1.016	347	669	1.068	349	720	1.134	386	748
População Economicamente Ativa (PEA)	1.854	969	885	1.859	961	897	1.850	967	883
População ocupada	1.547	837	709	1.544	835	710	1.549	833	715
População buscando ocupação (desocupados)	308	132	176	314	127	187	302	134	168
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	16,6	13,6	19,9	16,9	13,2	20,9	16,3	13,8	19,0
Salvador									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	2.231	1.235	1.490	2.265	1.218	1.532	2.299	1.236	1.538
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	781	493	781	820	482	822	871	505	842
População Economicamente Ativa (PEA)	1.450	742	709	1.445	736	710	1.428	732	696
População ocupada	1.220	647	573	1.214	644	570	1.209	641	569
População buscando ocupação (desocupados)	231	94	136	231	92	139	218	91	128
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	15,9	12,7	19,2	16,0	12,5	19,6	15,3	12,4	18,3

(Conclusão)

TABELA 13

População estimada (em mil), segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Região Metropolitana de Salvador e Salvador – quartos trimestres de 2012-2017

REGIÃO METROPOLITANA / CAPITAL	2015.4			2016.4			2017.4		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
RMS									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	3.043	1.369	1.673	3.102	1.388	1.714	3.163	1.419	1.743
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	1.174	398	776	1.201	405	795	1.218	417	800
População Economicamente Ativa (PEA)	1.868	971	897	1.902	983	919	1.945	1.002	943
População ocupada	1.496	796	700	1.422	749	673	1.482	797	685
População buscando ocupação (desocupados)	372	175	197	479	234	245	463	205	258
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	19,9	18,0	21,9	25,2	23,8	26,7	23,8	20,4	27,4
Salvador									
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	2.334	1.249	1.551	2.369	1.259	1.566	2.405	1.268	1.582
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	899	514	850	898	505	848	916	517	845
População Economicamente Ativa (PEA)	1.436	735	700	1.471	754	718	1.489	752	737
População ocupada	1.173	617	556	1.123	588	535	1.157	609	548
População buscando ocupação (desocupados)	263	118	145	349	166	183	332	143	189
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	18,3	16,1	20,6	23,7	22,0	25,4	22,3	19,0	25,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Elaboração da SEI a partir dos microdados.

feminina da RMS e de Salvador superaram as respectivas populações masculinas, em termos absolutos, em todos os quartos trimestres de 2012 a 2017. Entretanto, em relação à População Economicamente Ativa, os totais para os homens ultrapassaram os totais para as mulheres (Tabela 13).

Para Salvador e Região Metropolitana, para os quartos trimestres compreendidos no mesmo período, houve taxas mais elevadas de desemprego para as mulheres do que para os homens. Tanto para a RMS (7,7 pontos percentuais) quanto para Salvador (7,1 pontos percentuais), as maiores diferenças entre as taxas de desocupação entre os gêneros foram encontradas no quarto trimestre de 2013.

Em síntese, segundo a PED (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018), para a RMS e Salvador, o grupo composto pelas mulheres é maioria na População em Idade Ativa e na População Não Economicamente Ativa, mas não na população ocupada. Todavia, possui maior proporção da População Economicamente Ativa buscando ocupação.

Perfil do mercado de trabalho das chefas de famílias monoparentais segundo a PED, para a Região Metropolitana de Salvador e Salvador

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018) relativos a Salvador e sua respectiva Região Metropolitana demonstram que, para os quartos trimestres dos anos de 2012 a 2017, a exceção foi o ano de 2014, quando as taxas de desemprego retrocederam de forma mais significativa e atingiram 11,9% para Salvador e 12,5% para a sua região metropolitana (Tabela 14).

TABELA 14

População estimada (em mil) das chefas de famílias monoparentais, segundo perfil no mercado de trabalho - Região Metropolitana de Salvador e Salvador - quartos trimestres de 2012-2017

REGIÃO METROPOLITANA / CAPITAL	2012.4	2013.4	2014.4	2015.4	2016.4	2017.4
RMS						
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	242	260	272	287	292	291
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	108	123	125	134	136	141
População Economicamente Ativa (PEA)	134	137	147	153	156	150
População ocupada	113	118	128	130	125	119
População buscando ocupação (desocupados)	21	20	18	23	31	31
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	15,4	14,5	12,5	15,3	19,8	20,3
Salvador						
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	241	252	259	268	273	267
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	132	138	142	149	150	148
População Economicamente Ativa (PEA)	109	114	117	119	123	119
População ocupada	93	97	103	102	99	97
População buscando ocupação (desocupados)	16	16	14	17	24	22
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	14,3	14,2	11,9	14,2	19,5	18,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Elaboração da SEI a partir dos microdados.

Posição na ocupação

Provedor/provedora

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), em 2007 e 2015, entre as chefias de famílias com cônjuge e filhos e/ou filhas, no Brasil e na Região Metropolitana de Salvador, predominavam os Empregados com carteira de

trabalho assinada, os por Conta própria e os Empregados sem carteira de trabalho assinada, nessa ordem. No Brasil, cerca de 9.425 mil (40,3%) eram Empregados com carteira assinada em 2015. Na RMS, no mesmo ano, 210 mil (50,7%) pessoas ocupavam essa mesma posição. Em 2007 e 2015, na Bahia, os trabalhadores por Conta própria, ou seja, explorando o próprio empreendimento, sem empregado, mas com ajuda ou não de trabalhador não remunerado, eram a maioria no quesito posição na ocupação das chefias de famílias com cônjuge

e filhos e/ou filhas. A segunda posição foi preenchida pelos Empregados com carteira de trabalho assinada, seguidos pelos Empregados sem carteira de trabalho assinada. Em 2015, 585 mil pessoas (35,3%) trabalhavam por Conta própria no estado (Tabelas 15 e 16).

No mesmo período em análise, no Brasil, para as chefas de famílias monoparentais, a posição na ocupação dominante era ainda a de Empregados com carteira de trabalho assinada. Todavia, em relação à chefia de famílias não monoparentais, a segunda e terceira posições se inverteram e eram, respectivamente, Empregados sem carteira de trabalho assinada e Conta própria. A Região Metropolitana de Salvador continuou seguindo a tendência nacional em relação à posição de ocupação dessas chefas de famílias. Porém, enquanto houve um incremento nacional no percentual de Empregados com carteira de 5,5 pontos percentuais, na RMS ocorreu uma elevação relativa mais expressiva, de 12,5 pontos percentuais.

No estado, entre 2007 e 2015, para as chefas de famílias monoparentais, predominaram, nessa ordem, as posições Empregados sem carteira de trabalho assinada, Conta própria e Empregados com carteira de trabalho assinada. É interessante salientar

que, enquanto as chefas das monoparentais femininas predominavam na categoria Empregados sem carteira, ou seja, sem benefícios, entre a chefia de famílias com cônjuge e filhos e/ou filhas, a maioria estava na condição de Conta própria, na Bahia.

A prole

No Brasil e na RMS, em 2007 e 2015, os filhos e/ou filhas em arranjos familiares com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) eram maioria na posição de ocupação Empregados com carteira de trabalho assinada, seguida por Empregados sem carteira de trabalho assinada. Já na Bahia, também para os filhos e/ou filhas das famílias com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), a primeira e segunda posições se invertem. Em 2015, na Bahia, 34,7% dos filhos e/ou filhas das famílias não monoparentais estavam em Empregados sem carteira de trabalho assinada, enquanto 29,4% dos filhos e/ou filhas dessas mesmas famílias estavam em Empregados com carteira de trabalho assinada. Na RMS, os filhos e/ou filhas dessas famílias na posição de Empregados com carteira de trabalho assinada chegavam a 53,8%, para esse mesmo ano, seguidos por 26,8% para os Empregados sem carteira de trabalho assinada.

O percentual de filhos e/ou filhas em arranjos familiares com presença de cônjuge e filhos e/ou filhas na posição Não remunerados e trabalhando na produção para o próprio consumo e próprio uso foi mais elevado na Bahia do que no Brasil e na RMS. Em 2007, esse índice chegou a 30,9%, enquanto que em 2015 caiu para 16,4% no estado. De fato, os percentuais de filhos e/ou filhas das famílias não monoparentais superavam os das famílias monoparentais femininas na RMS, na Bahia e no Brasil, tanto em 2007 quanto em 2015, nessa categoria. Isso significa que, nas famílias com casais e filhos e/ou filhas, a prole está relativamente mais sujeita a posições não remuneradas e a produção para o próprio uso e consumo do que nas monoparentais femininas, principalmente no total da Bahia, onde a diferença entre essas e aquelas alcançou 18,1 pontos percentuais em 2007 e 9,8 pontos percentuais em 2015.

Provedor/provedora e prole

Para o período e regiões geográficas estudadas nessa seção, com base nas tabelas 15 e 16, ocorreu acréscimo no percentual de Empregados com carteira de trabalho assinada para chefia de família com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s);

TABELA 15

População de 14 anos ou mais de idade (em milhares), ocupada, segundo posição na família, tipo de arranjo familiar e posição na ocupação – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		MILITARES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS		EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		CONTA PRÓPRIA		EMPREGADOR		NÃO REMUNERADOS E TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO OU PRÓPRIO USO	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil														
Chefas de famílias monoparentais	5.884	6.043	608	623	1.749	1.641	1.930	2.316	1.143	1.131	115	104	339	228
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	5.868	6.124	298	372	1.884	1.523	2.403	2.999	828	964	75	72	381	194
Chefias de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	24.719	23.384	1.606	1.740	4.158	3.314	9.514	9.425	7.107	6.764	1.575	1.432	760	708
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	12.984	11.132	456	558	4.024	2.736	4.951	5.284	1.245	1.337	145	137	2.163	1.080
Bahia														
Chefas de famílias monoparentais	461	494	39	51	159	158	91	141	127	114	8	x	38	26
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	491	468	18	26	193	153	130	154	83	100	x	x	63	31
Chefias de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	1.756	1.658	84	110	441	345	456	457	611	585	82	85	81	76
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	959	693	28	19	326	241	193	204	111	112	5	4	296	114
RMS														
Chefas de famílias monoparentais	157	186	13	15	47	47	49	82	44	39	x	x	x	x
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	155	156	4	8	50	37	67	80	28	30	x	x	x	x
Chefias de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	404	415	28	31	55	45	200	210	99	103	20	24	x	x
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	196	175	8	6	61	47	87	94	26	22	x	x	12	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

TABELA 16

Percentual da população de 14 anos ou mais de idade, ocupada, segundo posição na família, tipo de arranjo e posição na ocupação – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		MILITARES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS		EMPREGADOS SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		CONTA PRÓPRIA		EMPREGADOR		NÃO REMUNERADOS E TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO OU PRÓPRIO USO	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil														
Chefas de famílias monoparentais	100,0	100,0	10,3	10,3	29,7	27,1	32,8	38,3	19,4	18,7	2,0	1,7	5,8	3,8
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	100,0	100,0	5,1	6,1	32,1	24,9	41,0	49,0	14,1	15,7	1,3	1,2	6,5	3,2
Chefas de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	6,5	7,4	16,8	14,2	38,5	40,3	28,8	28,9	6,4	6,1	3,1	3,0
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	3,5	5,0	31,0	24,6	38,1	47,5	9,6	12,0	1,1	1,2	16,7	9,7
Bahia														
Chefas de famílias monoparentais	100,0	100,0	8,5	10,3	34,4	32,1	19,8	28,5	27,5	23,1	1,7	0,7	8,2	5,3
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	100,0	100,0	3,7	5,5	39,2	32,6	26,4	33,0	17,0	21,4	0,8	0,9	12,8	6,6
Chefas de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	4,8	6,6	25,1	20,8	26,0	27,6	34,8	35,3	4,6	5,2	4,6	4,6
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	2,9	2,7	34,0	34,7	20,1	29,4	11,6	16,2	0,5	0,5	30,9	16,4
RMS														
Chefas de famílias monoparentais	100,0	100,0	8,1	8,0	29,8	25,3	31,6	44,1	28,0	21,0	1,9	1,1	0,6	0,5
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	100,0	100,0	2,8	4,9	32,3	23,4	43,1	51,2	17,9	18,9	0,6	0,6	3,3	0,9
Chefas de famílias com filho(s) e/ou filha(s) e presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	6,9	7,4	13,5	10,9	49,3	50,7	24,4	25,0	5,0	5,7	0,8	0,4
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	100,0	100,0	4,1	3,3	31,1	26,8	44,7	53,8	13,1	12,3	0,9	0,8	6,1	3,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

chefas de famílias monoparentais; filho(s) e/ou filha(s) em arranjos monoparentais femininos; e filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Todavia, a mais expressiva variação relativa (12,5 pontos percentuais) entre as pessoas de referência ocorreu para as chefas de famílias monoparentais femininas na Região Metropolitana de Salvador, cujo percentual de Empregados com carteira de trabalho assinada passou de 31,6% para 44,1%, devido, principalmente, à redução do percentual dos que trabalhavam na condição de Conta própria e como Empregados sem carteira de trabalho assinada.

Em relação à prole, a modificação significativa ocorreu na Bahia, com a redução de 14,5 pontos no percentual dos filhos e/ou filhas em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) na posição de ocupação Não remunerados e Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou próprio uso. As estatísticas revelaram que, para a Bahia, os filhos e/ou filhas nos arranjos monoparentais femininos (6,6%) não estavam mais engajados do que os dos arranjos familiares com presença de cônjuge (16,4%) nessa posição de ocupação em 2015.

Grau de informalidade

Entre 2007 e 2015, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual (2018), houve uma redução do grau de informalidade das chefas dos dois tipos de famílias em análise, das monoparentais femininas e das compostas por casais com filhos e/ou filhas, no Brasil, na Bahia e na RMS. No período, a maior retração ocorreu para as chefas

de famílias monoparentais femininas, na Região Metropolitana de Salvador, passando de 59,3%, em 2007, para 47,1%, em 2015, ou seja, redução de 12,2 pontos percentuais. O arrefecimento no estado para as chefas de famílias monoparentais foi de 9,9 pontos percentuais, e no Brasil foi 4,8 pontos percentuais (Tabela 17) e para as famílias com casais superavam os percentuais da RMS e do Brasil. Em 2015, por exemplo, aproximadamente 62,1% (930 mil) da chefia de famílias não monoparentais estava ocupada em atividades informais, enquanto o percentual para as chefas de famílias monoparentais

TABELA 17

Chefia de família (em milhares), com 14 anos ou mais de idade, ocupada, segundo tipo de arranjo familiar e grau de informalidade – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		FORMAIS		INFORMAIS		GRAU DE INFORMALIDADE (%)	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
Famílias monoparentais femininas	5.430	5.711	2.538	2.939	2.893	2.772	53,3	48,5
Casais com filho(s) e/ou filha(s)	22.385	21.244	11.121	11.165	11.264	10.079	50,3	47,4
Bahia								
Famílias monoparentais femininas	416	464	130	192	285	273	68,6	58,7
Casais com filho(s) e/ou filha(s)	1.593	1.497	540	567	1.052	930	66,1	62,1
RMS								
Famílias monoparentais femininas	153	183	62	97	91	86	59,3	47,1
Casais com filho(s) e/ou filha(s)	381	389	228	241	153	148	40,3	38,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: foi utilizado o conceito cunhado pelo IPEA Grau de informalidade – definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)/(trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

1 Foram considerados empregados formais os trabalhadores ditos “protegidos”, ou seja, os funcionários públicos estatutários, militares, empregados com carteira e empregados domésticos com carteira.

2 Foram considerados informais os trabalhadores sem carteira e os por conta própria.

femininas era de 58,7% (273 mil). Entretanto, na RMS e no Brasil, o grau de informalidade entre as chefas de famílias monoparentais femininas superou o das do outro tipo de arranjo familiar mencionado em 2015.

Trabalho infantil

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual (2018), no período avaliado, em ambos os tipos de famílias

e unidades geográficas, houve uma redução do percentual de jovens (5 a 13 anos) engajados no trabalho infantil, ou seja, em situação de trabalho. O fato ocorreu, principalmente, em virtude do Programa Bolsa Família, tanto pelas condicionalidades quanto pela ampliação de renda familiar, assim como devido às ações conjuntas de erradicação do trabalho infantil. A maior redução ocorreu na Bahia rural (5,5 pontos percentuais) para os filhos e/ou filhas em famílias com presença de cônjuge. Todavia, o percentual dos jovens em

situação de trabalho era elevado na zona rural do estado (11,3%), mas ainda um pouco abaixo da média nacional rural (12,3%) em 2007 (Tabela 18).

É importante salientar que, em 2007, no total do Brasil e da Bahia, o percentual dos filhos e/ou filhas em famílias com presença de cônjuge superou o percentual dos filhos e/ou filhas em arranjos monoparentais femininos em situação de trabalho. Em 2015, a condição permaneceu superior no Brasil, mas, na Bahia, havia mais filhos e/ou

TABELA 18

População de 5 a 13 anos de idade (em milhares), na condição familiar de filhos ou filhas residentes, segundo tipo de arranjo familiar, condição de trabalho e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	TOTAL				URBANA				RURAL			
	FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS)		FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE)		FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS)		FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE)		FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS)		FILHO(S) E/OU FILHA(S) (FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE)	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil	5.012	4.373	22.333	18.385	4.438	3.882	17.356	14.651	574	491	4.977	3.734
Em situação de trabalho (1)	143	50	953	300	96	34	343	104	47	16	610	197
Fora de situação de trabalho	4.869	4.323	21.380	18.085	4.342	3.848	17.013	14.548	527	475	4.367	3.537
Percentual de crianças em situação de trabalho	2,9	1,1	4,3	1,6	2,2	0,9	2,0	0,7	8,1	3,3	12,3	5,3
Bahia	443	406	1.747	1.429	342	329	1.057	979	101	77	691	450
Em situação de trabalho (1)	21	11	118	33	15	X	40	7	6	X	78	26
Fora de situação de trabalho	421	395	1.629	1.396	327	324	1.017	972	94	71	613	424
Percentual de crianças em situação de trabalho	4,8	2,7	6,7	2,3	4,4	X	3,8	0,7	6,2	X	11,3	5,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: 1 foram considerados em situação de trabalho os jovens de 5 a 13 anos que trabalharam na semana de referência da pesquisa.

"X" – dado não apresentou significância estatística.

filhas em arranjos monoparentais femininos (2,7%) trabalhando do que em famílias com presença de cônjuge (2,3%).

Tanto no Brasil quanto na Bahia, a população de 5 a 13 anos de idade estava residindo predominantemente em meio urbano nos dois tipos de agregação familiar. Porém, em geral, era a zona rural a localização dos maiores percentuais de crianças em situação de trabalho em 2007 e 2015.

Horas trabalhadas e afazeres domésticos

Segundo Bernardi, Mortelmans e Larenza (2018), em relação às famílias monoparentais na Europa, largamente chefiadas por mulheres, três variáveis eram interdependentes: trabalho, cuidado e renda. “Maior o número de crianças e menor a idade delas, é menos provável que essa chefe de família vai trabalhar. O efeito é encontrado consistentemente na literatura e é plausível” (BERNARDI; MORTELMANS; LARENZA, 2018, p.10).

A População em Idade Ativa feminina era maior que a masculina na Bahia, e a População Não Economicamente Ativa (PNEA) feminina superava a masculina no estado. De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual (2018) revelaram que a população feminina ocupada da PEA não constituiu o maior grupo em comparação com a referida população masculina.

A Tabela 19 revela o predomínio das horas dedicadas ao trabalho não doméstico exercido pelos homens e das horas dedicadas aos afazeres domésticos realizados pelas mulheres. Ou seja, os chefes do

sexo masculino de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) totalizaram o maior valor médio de horas dedicadas ao trabalho. Em 2015, no Brasil, o valor correspondeu a 42,9 horas por semana, e, na Bahia, representou 41,3 horas por semana. Os números foram superiores em 2007, respectivamente, 46,1 e 43,7 horas por semana. Em contrapartida, os chefes do sexo masculino em famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) eram os que menos dedicavam tempo aos afazeres domésticos, com variações muito pequenas entre 2007 e 2015. No Brasil, em 2015, os chefes do sexo masculino de famílias com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s)

TABELA 19

Horas trabalhadas e dedicadas a afazeres domésticos (média), por semana, segundo arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS		CHEFES, DO SEXO MASCULINO, DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)		CHEFAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)		CÔNJUGES MULHERES, DAS CHEFAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE FILHO(S) E/OU FILHA(S)	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
Horas dedicadas a trabalho(s)	38,0	36,5	46,1	42,9	38,1	36,0	34,3	34,5
Horas dedicadas a afazeres domésticos	26,5	24,2	10,0	10,5	30,6	28,0	32,2	28,9
Bahia								
Horas dedicadas a trabalho(s)	35,8	35,1	43,7	41,3	37,0	32,3	30,2	29,9
Horas dedicadas a afazeres domésticos	24,8	23,8	9,2	9,8	28,5	26,7	30,1	29,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

contribuíram com apenas 10,5 horas semanais no trabalho doméstico. Na Bahia, esse total era de 9,8 horas semanais.

Ainda na Bahia, entre as mulheres, em 2007, as que mais trabalhavam em atividades não domésticas eram as chefas de famílias com presença de cônjuge e/ou filho(s) ou filha(s) (37,0 horas por semana). Porém, em 2015, o total de horas trabalhadas fora de casa era superior entre as chefas de famílias monoparentais (35,1 horas por semana).

Também em relação à Bahia, para 2007 e 2015, os cônjuges mulheres dos chefes de famílias com presença de filhos e/ou filhas eram os que mais se dedicavam às atividades domésticas entre as mulheres e os homens avaliados.

RENDIMENTO

De 2007 a 2015, o rendimento médio domiciliar per capita apresentou elevação real tanto para as famílias monoparentais femininas quanto para aquelas compostas por cônjuges e filho(s) e/ou filha(s), estivessem em condição de extrema pobreza ou de pobreza¹⁶. De forma geral, no entanto, no Brasil ou na Bahia, o aumento foi proporcionalmente maior para as composições familiares em situação de extrema pobreza do que para aquelas em condição de pobreza, no intervalo analisado.

No comparativo entre os arranjos, quando enquadrados na extrema pobreza, conforme se pode inferir da Tabela 20, independentemente do cenário geográfico avaliado, a variação positiva ocorrida no rendimento médio domiciliar por morador no período foi maior para as famílias chefiadas por mulher sem a presença de cônjuge e com pelo menos um filho ou filha residente do que para aquelas com

presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Entretanto, quando considerado o âmbito da pobreza, o que se constatou foi uma ampliação maior neste do que naquele arranjo.

Dessa forma, em 2015, diferentemente de 2007, independentemente da cena geográfica, os arranjos chefiados por mulher sem cônjuge e com filho(s) e/ou filha(s) passaram a contar com um rendimento médio domiciliar per capita maior do que o daqueles com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) quando a condição era de extrema pobreza. Sob a circunstância de pobreza, assim como em 2007, as famílias compostas por cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) exibiram um rendimento médio superior ao das famílias monoparentais femininas naquele ano, tanto no Brasil quanto na Bahia¹⁷.

¹⁶ A linha de extrema pobreza aqui considerada é de R\$ 70, em junho de 2011, tal como estipulado no Decreto 7492 (Brasil sem Miséria). A linha de pobreza corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza.

¹⁷ Em 1988 e em 2008, nos Estados Unidos, as famílias monoparentais femininas possuíam o menor rendimento familiar entre todos os tipos de família, enquanto os casais tinham o maior (UNITED STATES, 2011). Na França, estudos nos anos de 1980 sobre a renda das famílias monoparentais e as constituídas por casais demonstraram a situação desfavorável das constituídas por apenas um provedor (LEFAUCHEUR; MARTIN, 1993).

Segundo a Tabela 20, para as famílias em condição de extrema pobreza, o rendimento médio domiciliar per capita se revelou maior na Bahia do que no Brasil em 2015. O contrário foi observado para aquelas em situação de pobreza. No caso das famílias monoparentais femininas, no estado e no país, nesta ordem, os rendimentos haviam sido de R\$ 65,6 e R\$ 58,2, na circunstância de extrema pobreza, e de R\$ 149,0 e R\$ 151,2, no âmbito da pobreza, naquele ano. Para as famílias formadas por casais com filho(s) e/ou filha(s), seguindo a mesma hierarquia geográfica, os valores foram de R\$ 62,2 e R\$ 57,6 na extrema pobreza e de R\$ 152,1 e R\$ 154,7 na pobreza.

Com base na desagregação censitária, no intervalo em questão, vê-se que o rendimento médio domiciliar por residente somente não se ampliou para as famílias monoparentais femininas em situação de pobreza da zona rural. Pela Tabela 20, focando 2015, nota-se que o rendimento médio das famílias em situação de extrema pobreza foi maior na zona rural do que na área urbana. Por outro lado, para as famílias em situação de pobreza, a zona urbana foi a que exibiu os maiores valores. Naquele ano, entre as organizações monoparentais sob a chefia feminina, o rendimento médio domiciliar per capita da Bahia foi, quase

sempre, superior ao do Brasil – a exceção ficou por conta das famílias da zona urbana em condição de pobreza.

Na Bahia, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018), tanto nos arranjos monoparentais chefiados por mulher quanto naqueles formados com

cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), a proporção de pessoas que moravam em domicílio com até um salário mínimo per capita caiu de 2007 a 2015. No Brasil e na RMS, no entanto, somente ocorreu recuo no segundo grupamento familiar – indicando uma melhora relativa dos arranjos monoparentais femininos na Bahia comparativamente

TABELA 20

Rendimento médio domiciliar per capita (em R\$ de 2015), segundo condição de pobreza e extrema pobreza, por tipo de arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Extrema pobreza						
Famílias monoparentais femininas	51,2	58,2	51,2	56,8	51,1	63,5
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	52,4	57,6	49,4	52,4	55,5	62,6
Pobreza						
Famílias monoparentais femininas	147,5	151,2	147,2	152,2	148,6	145,9
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	149,4	154,7	151,9	158,0	145,5	150,3
Bahia						
Extrema pobreza						
Famílias monoparentais femininas	52,9	65,6	51,4	64,2	57,2	69,7
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	59,3	62,2	59,5	62,1	59,2	62,3
Pobreza						
Famílias monoparentais femininas	146,6	149,0	145,3	149,3	150,8	147,8
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	147,0	152,1	150,2	154,8	144,0	149,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

àqueles no país como um todo e àqueles no interior baiano, em relação aos situados na seção metropolitana do estado.

Em 2015, independentemente do espaço geográfico e do contexto familiar, a imensa maioria das pessoas morava em domicílio com até um salário mínimo per capita. No entanto, como se pode extrair da Tabela 21, em proporção maior nos arranjos monoparentais chefiados por mulher do que naqueles formados com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Na Bahia, por exemplo, 81,9% dos integrantes de famílias monoparentais femininas viviam em lares com até um salário mínimo per capita – o que abarcava 2,374 milhões de pessoas à época. Nas famílias em que havia presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), essa proporção, ligeiramente menor, foi de 80,7%. Naquele mesmo ano, Brasil e RMS se mostraram em situação melhor nesse quesito, com percentuais de 66,8% e 73,9%, para o primeiro tipo de arranjo familiar, e de 61,6% e 66,3% para o segundo tipo, respectivamente.

Na Bahia, ao final do intervalo analisado, dos integrantes de famílias monoparentais femininas, a maior parcela morava em domicílios com mais de meio até um salário mínimo por morador – em 2007, no entanto, a maior parte se encontrava em lares

TABELA 21

População (1) (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e rendimento domiciliar per capita, por faixa de salário mínimo – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	INTEGRANTES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS				INTEGRANTES DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)			
	2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%
Brasil	31.337	100,0	33.768	100,0	120.155	100,0	117.087	100,0
Sem rendimento	448	1,4	124	0,4	1.076	0,9	347	0,3
Até 1/4 salário mínimo	4.220	13,5	4.583	13,6	15.630	13,0	12.549	10,7
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo	7.005	22,4	7.482	22,2	25.447	21,2	23.527	20,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	9.000	28,7	10.378	30,7	32.909	27,4	35.727	30,5
Mais de 1 até 2 salários mínimos	6.177	19,7	6.999	20,7	24.759	20,6	27.297	23,3
Mais de 2 até 3 salários mínimos	1.820	5,8	1.699	5,0	7.718	6,4	7.299	6,2
Mais de 3 até 5 salários mínimos	1.075	3,4	1.064	3,2	5.589	4,7	4.528	3,9
Mais de 5 salários mínimos	613	2,0	522	1,5	3.847	3,2	2.942	2,5
Sem declaração	978	3,1	917	2,7	3.180	2,6	2.872	2,5
Bahia	2.686	100,0	2.898	100,0	9.022	100,0	8.376	100,0
Sem rendimento	35	1,3	X	x	77	0,9	13	0,1
Até 1/4 salário mínimo	658	24,5	628	21,7	2.401	26,6	1.857	22,2
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo	837	31,2	854	29,5	2.841	31,5	2.525	30,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	679	25,3	892	30,8	2.101	23,3	2.365	28,2
Mais de 1 até 2 salários mínimos	304	11,3	350	12,1	923	10,2	1.035	12,4
Mais de 2 até 3 salários mínimos	75	2,8	64	2,2	235	2,6	236	2,8
Mais de 3 até 5 salários mínimos	40	1,5	44	1,5	195	2,2	161	1,9
Mais de 5 salários mínimos	25	0,9	27	0,9	113	1,3	88	1,0
Sem declaração	28	1,0	37	1,3	134	1,5	96	1,1
RMS	848	100,0	924	100,0	2.055	100,0	1.988	100,0
Sem rendimento	18	2,2	X	x	23	1,1	X	x
Até 1/4 salário mínimo	152	17,9	119	12,9	213	10,4	147	7,4

(Conclusão)

TABELA 21

População (1) (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e rendimento domiciliar per capita, por faixa de salário mínimo – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	INTEGRANTES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS				INTEGRANTES DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)			
	2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%
Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo	218	25,7	241	26,0	503	24,5	448	22,5
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	224	26,4	324	35,0	631	30,7	723	36,4
Mais de 1 até 2 salários mínimos	138	16,3	141	15,2	343	16,7	414	20,8
Mais de 2 até 3 salários mínimos	34	4,0	33	3,6	109	5,3	105	5,3
Mais de 3 até 5 salários mínimos	22	2,6	31	3,3	98	4,8	71	3,5
Mais de 5 salários mínimos	18	2,1	16	1,7	84	4,1	59	3,0
Sem declaração	24	2,8	20	2,2	51	2,5	22	1,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: "X" – dado não apresentou significância estatística.

1 Não foram consideradas no cálculo as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

com mais de um quarto a meio salário mínimo por componente. Em 2015, a porção de viventes em domicílios com mais de meio até um salário mínimo por morador correspondia a 892 mil pessoas, ou 30,8%. Nas demais faixas de rendimento domiciliar, 29,5% (854 mil) dos integrantes residiam em moradas com mais de um quarto a meio salário mínimo por cabeça; 21,7% (628 mil), em residências com até um quarto de salário mínimo per capita; 12,1% (350 mil), em lares com mais de um até dois salários mínimos por domiciliado; e 4,7% (135

mil), em habitações com mais de dois salários mínimos por residente. Do total, 1,3% (37 mil) não declarou rendimento no referido ano, além de ter sido pouco significativo o número daqueles sem rendimento.

De 2007 a 2015, independentemente do recinto geográfico e da zona censitária, houve uma queda no número de pessoas vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza nas famílias monoparentais femininas e naquelas formadas por cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Em termos

relativos, tanto no Brasil quanto na Bahia, o recuo foi maior no segundo grupamento familiar. Na RMS, pelo menos no contexto da extrema pobreza, a redução foi mais ampla entre os integrantes do primeiro arranjo do que entre os do segundo.

No Brasil e na Bahia, dos integrantes de famílias monoparentais femininas, houve uma diminuição mais ampla entre aqueles em condição de pobreza do que de extrema pobreza, no período analisado. Na RMS, ocorreu o contrário. Entre os considerados pobres, como se pode atestar pela Tabela 22, a queda foi mais visível no estado do que no país, de 34,7% (de 553 mil para 361 mil) e 22,8% (de 3,723 milhões para 2,874 milhões), respectivamente. Na categoria dos extremamente pobres, o território baiano exibiu um recuo ligeiramente menor do que o observado nacionalmente, de 20,5% (de 336 mil para 267 mil) e 20,8% (de 2,216 milhões para 1,754 milhão), nessa ordem. A RMS, por sua vez, revelou desempenho relativamente melhor, já que o número de entes em condição de extrema pobreza encolheu 55,3% (de 85 mil para 38 mil) e o daqueles em situação de pobreza caiu 36,7% (de 128 mil para 81 mil).

Na Bahia, especificamente quanto aos arranjos monoparentais femininos, os

números de pobres e de extremamente pobres caíram mais na zona rural do que na urbana de 2007 a 2015¹⁸. Com base na Tabela 22, as variações negativas foram de 17,6% (de 239 mil para 197 mil) e 33,7% (de 424 mil para 281 mil) na região urbana e de 27,8% (de 97 mil para 70 mil) e 37,5% (de 128 mil para 80 mil) na zona rural, na passagem entre os referidos anos no estado, respectivamente. Na esfera nacional, em termos relativos, embora o montante de integrantes em situação de pobreza tenha se reduzido mais na área rural do que na urbana, o daqueles em condição de extrema pobreza recuou mais nesta que naquela zona.

Além do mais, ainda levando em conta a situação censitária, cabe destacar que, tanto para o conjunto de pobres quanto para o de extremamente pobres, o recuo no cinturão rural foi proporcionalmente mais expressivo na Bahia do que no país. No entanto, o mesmo não foi verificado para a zona urbana, pois o recuo nas trincheiras urbanas do estado somente se mostrou maior do que o observado no Brasil como um todo no âmbito da pobreza e não da extrema pobreza.

18 Por sinal, o mesmo aconteceu para o conjunto de integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) no estado.

TABELA 22

População (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	2.216	1.754	1.804	1.377	411	377
Em condição de pobreza	3.723	2.874	3.051	2.387	672	487
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	7.244	4.132	3.475	1.964	3.769	2.168
Em condição de pobreza	15.665	8.548	9.624	4.894	6.041	3.654
Bahia						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	336	267	239	197	97	70
Em condição de pobreza	553	361	424	281	128	80
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	1.005	608	389	291	615	317
Em condição de pobreza	2.368	1.253	1.121	605	1.247	648
RMS						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	85	38	84	37	X	X
Em condição de pobreza	128	81	128	75	X	X
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	81	37	81	35	X	X
Em condição de pobreza	273	110	261	102	X	X

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: "X" – dado não apresentou significância estatística.

Não foram consideradas no cálculo as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

O percentual de pessoas vivendo em condição de extrema pobreza ou de pobreza reduziu-se de 2007 a 2015, seja o de integrantes de famílias monoparentais femininas ou o daqueles de arranjos com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Em 2015, assim como em 2007, a Bahia continuou com percentuais maiores do que os do Brasil. A RMS, por sua vez, exibiu uma situação melhor do que a do território baiano como um todo e, em relação ao país, somente não apresentou percentual menor no que se refere aos arranjos chefiados por mulher sem cônjuge e com filho(s) e/ou filha(s), em situação de pobreza.

No confronto entre os dois arranjos em exame, vê-se que, em 2015, considerando-se todas as unidades geográficas avaliadas, as composições monoparentais femininas se mostraram, quase sempre, em maior vulnerabilidade no quesito proporção de pessoas pobres ou extremamente pobres. Com exceção das famílias em situação de pobreza no perímetro baiano, o percentual de pessoas pobres se revelou menor em arranjos monoparentais femininos do que naqueles com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Na Bahia, no caso, como consta na Tabela 23, os percentuais foram de 9,2% de pobres e 12,5% de extremamente pobres nos arranjos monoparentais

femininos e de 7,3% e 15,0%, respectivamente, nas composições com cônjuge e filho(s) e/ou filha(s).

Também nas zonas urbana e rural, do Brasil ou da Bahia, como se pode acompanhar pela Tabela 23, o percentual de pobres e

TABELA 23

Percentual de pessoas, segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	7,1	5,2	6,4	4,5	12,5	11,9
Em condição de pobreza	11,9	8,5	10,9	7,8	20,4	15,4
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	6,0	3,5	3,6	2,0	16,4	10,8
Em condição de pobreza	13,0	7,3	9,9	5,0	26,3	18,2
Bahia						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	12,5	9,2	11,3	8,1	17,1	15,0
Em condição de pobreza	20,6	12,5	20,0	11,5	22,7	17,3
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	11,1	7,3	6,7	4,9	19,1	13,1
Em condição de pobreza	26,2	15,0	19,3	10,2	38,7	26,7
RMS						
Integrantes de famílias monoparentais femininas						
Em condição de extrema pobreza	10,1	4,1	10,1	4,1	X	X
Em condição de pobreza	15,1	8,8	15,3	8,2	X	X
Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)						
Em condição de extrema pobreza	4,0	1,9	4,0	1,8	X	X
Em condição de pobreza	13,3	5,5	12,9	5,2	X	X

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: "X" – dado não apresentou significância estatística.

Não foram consideradas no cálculo as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

extremamente pobres em ambos os arranjos familiares passou por redução de 2007 a 2015. Com quedas menores no intervalo, exceto entre os integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) em condição de extrema pobreza no estado, a zona rural continuou exibindo percentuais acima dos da área urbana ao final do período, sob qualquer recorte.

Comparativamente aos setores censitários da esfera nacional, os da Bahia exibiram percentuais maiores no último ano – fato, aliás, também verificado em 2007. Em 2015, agora entre os arranjos, excluindo-se aqueles em situação de pobreza na zona rural, as famílias monoparentais femininas expuseram percentuais de integrantes pobres e extremamente pobres em dimensões superiores aos dos arranjos com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), seja no estado ou no país.

O total de chefas de famílias monoparentais femininas e de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), assim como o número de filhos e/ou filhas residentes pertencentes a esses arranjos, seja em situação de pobreza ou de extrema pobreza, diminuiu ao longo do tempo, como se pode checar na Tabela 24. No Brasil e na Bahia, tanto entre os pobres quanto entre

os extremamente pobres, o quantitativo de chefias e de filhos residentes dos arranjos com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) reduziu-se mais do que os correspondentes das composições monoparentais femininas de 2007 a 2015. E mais, exceto para filhos integrantes de famílias monoparentais femininas na esfera nacional, o montante de pobres caiu mais do que o de extremamente pobres para cada uma das posições dentro dos arranjos familiares.

Como esperado, independentemente da posição na estrutura familiar e do ano examinado, levando-se em conta até mesmo a situação censitária, o número de pessoas em condição de extrema pobreza se mostrou menor do que o daquelas em situação de pobreza. Especificamente na seara da monoparentalidade feminina, em 2015, como se pode verificar na Tabela 24, havia, na Bahia, por exemplo, 77 mil chefas e 171 mil filhos e/ou filhas residentes em quadro de extrema pobreza, e 114 mil e 219 mil, em estado de pobreza, respectivamente.

Na circunscrição baiana, seja chefia ou filho e/ou filha residente, em arranjo monoparental ou naquele composto por cônjuges e filho(s) e/ou filha(s), o número de pobres e o de extremamente pobres caíram percentualmente mais na zona rural

do que na urbana, de 2007 a 2015. Para o país, porém, não pode ser dito o mesmo, já que tal fato somente ocorreu nas categorias dos arranjos monoparentais femininos em situação de pobreza.

Interessante observar que, de 2007 a 2015, na Bahia, parte do que aconteceu no todo reproduziu-se nos setores censitários: diminuição do total de chefias e de filhos e/ou filhas residentes de cada arranjo familiar em situação de pobreza ou extrema pobreza; e queda mais ampla do número de chefias e de filhos e/ou filhas residentes dos arranjos com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) do que das composições monoparentais femininas. No entanto, quanto ao recuo do número de pobres ter se revelado acima do de extremamente pobres, tal fato apenas não se verificou para a categoria de filhos e/ou filhas residentes na zona rural.

Através da Tabela 25, pode-se atestar que, no Brasil e na Bahia, tanto no contexto das famílias monoparentais femininas quanto no daquelas com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s), o percentual de chefias e de filhos e/ou filhas residentes vivendo em condição de extrema pobreza ou de pobreza reduziu-se no período considerado. No fim do intervalo, assim como no início, vale ressaltar, o estado baiano permaneceu com

TABELA 24

População (em milhares), segundo posição no arranjo familiar e condição de pobreza, por situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Extrema pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	615	516	505	406	110	110
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	1.445	1.089	1.162	849	283	240
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	1.414	890	705	437	709	453
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	4.256	2.251	1.981	1.027	2.275	1.224
Pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	1.048	816	858	680	190	137
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	2.260	1.747	1.830	1.434	430	313
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	3.226	1.840	1.990	1.047	1.236	792
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	8.722	4.586	5.343	2.597	3.379	1.989
Bahia						
Extrema pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	90	77	67	58	23	19
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	222	171	150	126	72	45
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	195	131	77	62	118	69
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	596	329	225	153	371	176
Pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	159	114	121	89	38	24
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	332	219	252	166	80	53
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	491	281	234	136	257	145
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	1.309	662	621	317	688	345

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: os filhos e/ou filhas aqui considerados(as) foram aqueles(as) residentes.

tais percentuais acima dos encontrados no contexto brasileiro – aliás, também numa comparação entre as zonas censitárias. Além do mais, para qualquer dos recortes, o percentual de pessoas em condição de extrema pobreza se confirmou menor do que o daquelas em situação de pobreza.

Em 2015, no Brasil e na Bahia, o percentual de chefas e de filhos e/ou filhas residentes em condição de extrema pobreza nas famílias monoparentais femininas se mostrou superior ao encontrado nos arranjos com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s). Em circunstância de pobreza, tal constatação se mantém no território brasileiro e se inverte na cena baiana. Na Bahia, naquele ano, como se pode ver na Tabela 25, em extrema pobreza, os percentuais de chefas foram de 7,7% e 6,2%, e os de filhos e/ou filhas residentes foram de 11,1% e 8,6%, nos arranjos monoparentais femininos e naqueles com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s), respectivamente. No contexto de pobreza, por sua vez, mantendo o ordenamento exposto há pouco, tais porções foram de 11,3% e 13,4% para chefas e de 14,2% e 17,3% no caso de filhos e/ou filhas residentes no estado em 2015.

Sob o recorte censitário, de 2007 a 2015, a redução dos percentuais de chefas e de

filhos e/ou filhas residentes extremamente pobres ou pobres constatada para o todo das unidades geográficas apenas não ocorreu no caso das provedoras de famílias monoparentais das zonas rurais no país. Tais percentuais, por sinal, mostraram-se bem maiores na zona rural do que na zona urbana – ainda mais em 2015, tendo em vista que a zona urbana somente não passou por reduções maiores do que a área rural no intervalo quando se consideram os casos de chefias e de filhos e/ou filhas residentes em famílias com presença de cônjuge em condição de extrema pobreza na Bahia. Por fim, em 2015, na comparação de um arranjo com outro, seja no Brasil ou na Bahia, os maiores percentuais de chefias e de filhos e/ou filhas residentes extremamente pobres ou pobres se encontravam nas famílias monoparentais femininas, exceto quando no contexto de pobreza na zona rural.

O hiato médio do rendimento domiciliar per capita¹⁹, no contexto de extrema pobreza ou de pobreza, das famílias brasileiras e baianas, sejam monoparentais femininas ou compostas por cônjuges e filho(s) e/ou

19 O hiato médio indica a diferença da linha superior de pobreza ou de extrema pobreza em relação à renda domiciliar per capita média daquelas pessoas que permaneceram na situação de pobreza ou de extrema pobreza, respectivamente.

TABELA 25

Percentual de pessoas, segundo posição no arranjo familiar e condição de pobreza, por situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Extrema pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	6,1	4,6	5,5	3,9	10,8	11,0
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	8,5	6,2	7,7	5,3	14,8	14,0
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	4,9	3,0	3,0	1,8	13,9	9,5
Filho(s) e/ou filha(s) Integrantes de famílias com presença de cônjuge	7,6	4,4	4,5	2,5	19,7	13,0
Pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	10,3	7,2	9,4	6,6	18,7	13,7
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	13,2	9,9	12,1	9,0	22,4	18,2
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	11,3	6,3	8,4	4,3	24,3	16,6
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	15,6	8,9	12,0	6,2	29,3	21,2
Bahia						
Extrema pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	10,6	7,7	9,9	6,7	13,4	13,1
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	14,5	11,1	12,7	9,8	20,9	18,0
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	9,4	6,2	5,6	4,1	16,8	11,8
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	13,5	8,6	8,2	5,8	22,3	15,2
Pobreza						
Chefas de famílias monoparentais	18,7	11,3	17,8	10,4	22,0	16,7
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias monoparentais femininas	21,7	14,2	21,2	12,9	23,5	21,0
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	23,6	13,4	17,1	8,9	36,5	24,9
Filho(s) e/ou filha(s) integrantes de famílias com presença de cônjuge	29,7	17,3	22,6	11,9	41,3	29,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: os/as filhos(as) aqui considerados(as) foram aqueles(as) residentes.

filha(s) residentes, diminuiu em termos reais de 2007 a 2015. Assim, ao fim do período considerado, as famílias que permaneceram em situação de extrema pobreza ou de pobreza se revelaram, em média, menos extremamente pobres ou pobres. Entre os setores censitários, tal comportamento somente não foi observado nos arranjos monoparentais femininos em situação de pobreza da zona rural, já que, para estes grupos, o correspondente hiato médio exibiu aumento real nesse íterim.

Como se pode acompanhar pela Tabela 26, em qualquer dos anos examinados, seja no Brasil ou na Bahia, independentemente do tipo de arranjo familiar em foco, faltava, em média, menos para as famílias enquadradas na extrema pobreza superarem tal condição do que para as famílias classificadas como pobres romperem a fronteira da pobreza. Ou seja, o hiato médio do rendimento domiciliar per capita da extrema pobreza era menor do que o da pobreza, em qualquer dos contornos supracitados.

Num paralelo entre as estruturas familiares ora em tratamento, tanto em uma unidade geográfica quanto em outra, em 2015, verificou-se que o hiato médio da extrema pobreza entre as famílias monoparentais femininas se revelou menor do que aquele

entre as composições com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes. Quanto ao hiato médio da pobreza, decorreu o oposto. Nas regiões urbana e rural, o mesmo foi averiguado. Na Bahia, por exemplo, naquele ano, consoante Tabela 26, enquanto o hiato médio da extrema pobreza foi de R\$ 33,0, para os grupos monoparentais femininos, e de R\$ 36,4, para aqueles com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) residentes, o da pobreza ficou em R\$ 48,4 e R\$ 45,3, para cada um desses arranjos, respectivamente.

Com ênfase nos setores censitários, segundo a Tabela 26, nas famílias monoparentais femininas ou naquelas com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes, o hiato médio da extrema pobreza se mostrou menor na zona rural do que na urbana em 2015, tanto no Brasil quanto na Bahia. Entretanto, quando se trata do hiato médio da pobreza, o que se constatou foi que a zona urbana, em vez da área rural, evidenciou os menores valores no referido ano.

TABELA 26

Hiato médio do rendimento domiciliar per capita (em R\$ de 2015), segundo tipo de arranjo familiar, condição de pobreza e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Extrema pobreza						
Famílias monoparentais femininas	47,4	40,4	47,4	41,8	47,4	35,1
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes	46,1	41,0	49,1	46,2	43,1	36,0
Pobreza						
Famílias monoparentais femininas	50,0	46,2	50,2	45,2	48,9	51,5
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes	48,0	42,7	45,6	39,4	52,0	47,1
Bahia						
Extrema pobreza						
Famílias monoparentais femininas	45,7	33,0	47,2	34,4	41,4	28,9
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes	39,3	36,4	39,1	36,5	39,4	36,3
Pobreza						
Famílias monoparentais femininas	50,9	48,4	52,2	48,1	46,7	49,6
Famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) residentes	50,5	45,3	47,3	42,6	53,4	47,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

A Tabela 27 traz informações sobre o rendimento médio familiar per capita de cada arranjo familiar de interesse, apontando os valores totais e por decis, além das variações ocorridas no período estudado. A tabela em questão exibe, ainda, o percentual apropriado de renda por cada decil em ambos os anos considerados. Independentemente do tipo de composição familiar, vê-se, a princípio, que o rendimento médio em questão apresentou aumento real no total e em cada um dos decis, no Brasil e na Bahia, de 2007 a 2015. Para a RMS, de diferente, constata-se uma redução no último decil no âmbito das famílias formadas por casais com filho(s) e/ou filha(s).

A variação percentual real do rendimento médio familiar per capita foi maior na Bahia do que no país, no intervalo, tanto para os arranjos monoparentais femininos quanto para aqueles compostos por casais com filho(s) e/ou filha(s) – aproximando a realidade baiana da brasileira nesse aspecto. A RMS também exibiu variações inferiores às do território baiano como um todo. Entre as famílias monoparentais femininas, de 2007 a 2015, os referidos rendimentos se ampliaram em 19,1% no Brasil (de R\$ 732 para R\$ 872), 27,1% na Bahia (de R\$ 487 para R\$ 619) e 21,2% na RMS (de R\$ 652 para R\$ 790). Para o conjunto dos casais com filho(s) e/

TABELA 27

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015), segundo decis e tipo de arranjo familiar – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015v

DECIS	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS					CASAIS COM FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES				
	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)
	RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%		RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%	
Brasil	732	100,0	872	100,0	19,1	843	100,0	991	100,0	17,6
1ª	74	1,0	86	1,0	16,2	96	1,1	129	1,3	34,4
2ª	174	2,4	220	2,5	26,4	187	2,2	257	2,6	37,4
3ª	259	3,5	329	3,8	27,0	259	3,1	355	3,6	37,1
4ª	327	4,5	414	4,7	26,6	347	4,1	466	4,7	34,3
5ª	410	5,6	516	5,9	25,9	443	5,3	578	5,8	30,5
6ª	517	7,1	647	7,4	25,1	558	6,6	715	7,2	28,1
7ª	651	8,9	805	9,2	23,7	708	8,4	882	8,9	24,6
8ª	839	11,5	1.026	11,8	22,3	934	11,1	1.126	11,4	20,6
9ª	1.199	16,4	1.404	16,1	17,1	1.374	16,3	1.571	15,9	14,3
10ª	2.873	39,2	3.273	37,5	13,9	3.519	41,8	3.826	38,6	8,7
Bahia	487	100,0	619	100,0	27,1	509	100,0	645	100,0	26,7
1ª	44	0,9	67	1,1	52,3	66	1,3	81	1,3	22,7
2ª	101	2,1	140	2,3	38,6	122	2,4	167	2,6	36,9
3ª	160	3,3	234	3,8	46,3	162	3,2	230	3,6	42,0
4ª	216	4,4	315	5,1	45,8	203	4,0	285	4,4	40,4
5ª	282	5,8	393	6,3	39,4	249	4,9	357	5,5	43,4
6ª	333	6,9	453	7,3	36,0	317	6,2	452	7,0	42,6
7ª	425	8,7	562	9,1	32,2	405	8,0	562	8,7	38,8
8ª	558	11,5	717	11,6	28,5	524	10,3	709	11,0	35,3
9ª	754	15,4	937	15,2	24,3	756	14,9	980	15,2	29,6
10ª	1.993	41,0	2.363	38,2	18,6	2.281	44,8	2.621	40,7	14,9
RMS	652	100,0	790	100,0	21,2	890	100,0	997	100,0	12,0
1ª	52	0,8	101	1,3	94,2	114	1,3	164	1,6	43,9
2ª	128	2,0	216	2,7	68,8	196	2,2	277	2,8	41,3
3ª	202	3,1	303	3,8	50,0	257	2,9	366	3,7	42,4
4ª	271	4,1	392	4,9	44,6	331	3,7	459	4,6	38,7
5ª	325	5,0	447	5,7	37,5	410	4,6	559	5,6	36,3

(Conclusão)

TABELA 27

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015), segundo decis e tipo de arranjo familiar - Brasil, Bahia e RMS - 2007/2015v

DECIS	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS					CASAIS COM FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES				
	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)
	RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%		RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%	
6º	412	6,3	548	7,0	33,0	493	5,5	659	6,6	33,7
7º	540	8,3	678	8,5	25,6	626	7,0	801	8,0	28,0
8º	701	10,7	854	10,9	21,8	868	9,7	1.021	10,2	17,6
9º	1.056	16,3	1.209	15,2	14,5	1.367	15,4	1.448	14,5	5,9
10º	2.837	43,4	3.146	40,0	10,9	4.237	47,6	4.218	42,3	-0,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

ou filha(s) residente(s), seguindo a mesma ordem das unidades geográficas acima, tais valores aumentaram em 17,6% (de R\$ 843 para R\$ 991), 26,7% (de R\$ 509 para R\$ 645) e 12,0% (de R\$ 890 para R\$ 997). Ainda assim, como se pode averiguar, em 2015, o estado continuou com valores inferiores aos do Brasil e da área metropolitana em ambos os tipos de arranjos familiares.

Além do mais, como se pode extrair da Tabela 27, as expansões observadas no período se mostraram maiores na seara da monoparentalidade feminina do que na dos casais com filho(s) e/ou filha(s) residente(s). Mesmo assim, em 2015, o ganho médio per capita das famílias monoparentais femininas continuou abaixo do obtido por

aquelas com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s). Entre as unidades geográficas analisadas, em termos relativos, a Bahia foi a que apresentou a menor distância entre os rendimentos médios dos dois arranjos investigados, de forma que, em média, as famílias monoparentais femininas baianas auferiam 96,0% do obtido por aquelas constituídas por casais com filho(s) e/ou filha(s) residente(s) naquele ano.

Numa partição por decil, quanto ao rendimento médio familiar per capita, o primeiro decil foi o de maior crescimento real no âmbito das famílias monoparentais femininas, na Bahia e na RMS, de 2007 a 2015. No Brasil, por sua vez, a maior alteração real se deu no terceiro decil. Agora, em se tratando

dos grupamentos formados por casais e filho(s) e/ou filha(s), o segundo decil no Brasil, o quinto na Bahia e o primeiro na RMS foram aqueles com as altas mais vultosas no intervalo. As menores variações, por sua vez, aconteceram sempre na faixa do último decil, independentemente da unidade geográfica e do tipo de arranjo familiar.

Interessante destacar que, de 2007 a 2015, a renda apropriada se ampliou, ou pelo menos se preservou, do primeiro ao oitavo decil e encurtou no nono e décimo decis, em praticamente todos os enquadramentos - com apenas o penúltimo decil no contexto dos casais com filho(s) e/ou filha(s) residentes na Bahia tendo fugido ao padrão, já que, ao invés de recuar, aumentou. Além do mais, ainda com base nos dados trazidos pela Tabela 27, a diferença proporcional entre os rendimentos médios do primeiro e do último decil diminuiu, de 2007 a 2015, para as três esferas geográficas e os dois arranjos familiares. Dessa forma, em termos de rendimento médio familiar per capita, pode-se dizer que houve um estreitamento relativo do abismo entre os 10,0% de famílias mais pobres e os 10,0% daquelas mais ricas, no período. Na Bahia e na RMS, tal distância diminuiu mais entre as famílias monoparentais femininas do que entre aquelas com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s).

CONDIÇÕES DE MORADIA

Esta seção tem o intuito de avaliar se as pessoas em unidades familiares monoparentais femininas estão em situação de vulnerabilidade maior do que as que estão em famílias com a presença de cônjuges quando o quesito é a condição de moradia. Compararam-se as características habitacionais de dois tipos de unidades de referência: famílias não monoparentais e famílias monoparentais femininas. Nesta parte do estudo da SEI, “família não monoparental” significa família formada por casal com filho(s) e/ou filha(s) chefiada por homem ou mulher. E o termo “famílias monoparentais femininas” denota famílias chefiadas por mulheres, com filho(s) e/ou filha(s) e que não têm um cônjuge presente. Utilizaram-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos de 2007 e 2015 (2018). Analisou-se o tipo do domicílio; a condição de ocupação; o material predominante da cobertura e das paredes externas; a forma de iluminação; e o acesso aos componentes que definem a existência de saneamento básico e a bens.

Tipo de domicílio por zona

Em relação ao tipo de domicílio, houve pouca variação percentual na condição dos que viviam em famílias não monoparentais ou monoparentais femininas no total, no meio urbano e na zona rural, como exibem as tabelas 28 e 29. Tanto os integrantes de famílias não monoparentais quanto os das monoparentais residiam, majoritariamente, em casas urbanas. A casa era, também, o tipo de domicílio predominante nas zonas rurais.

Em 2015, a diferença relevante entre os dois grupos familiares em investigação era que, enquanto nas não monoparentais o total de integrantes em domicílios rurais correspondia a 29% do total, nas monoparentais femininas o índice

TABELA 28

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o tipo de domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

TIPO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todos	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Casa	8.425	93,4	7.843	93,6	5.219	90,1	5.427	91,2	3.206	99,4	2.416	99,6
Apartamento	562	6,2	508	6,1	555	9,6	503	8,4	7	0,2	5	0,2
Cômodo	32	0,3	x	x	21	0,4	x	x	10	0,3	x	x
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 29

Integrantes de famílias monoparentais ⁽¹⁾ (em milhares), segundo o tipo de domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

TIPO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todos	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Casa	2.474	92,1	2.690	92,8	1.908	90,0	2.224	91,4	566	100,0	466	100,0
Apartamento	197	7,3	201	6,9	197	9,3	201	8,3	x	x	x	x
Cômodo	14	0,5	x	x	14	0,7	x	x	x	x	x	x
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" - dado não apresentou significância estatística.

correspondente era de 16%. Os percentuais revelaram a predominância relativa de componentes de famílias monoparentais no ambiente urbano.

Condição de ocupação do domicílio por zona

Os integrantes de famílias não monoparentais e monoparentais femininas residiam, principalmente, em domicílios próprios já pagos. Houve uma redução no percentual de ambos os grupos para o total da Bahia de 2007 para 2015. Enquanto, em 2007, 80,6% dos integrantes de famílias não monoparentais habitavam em domicílio próprio já pago, em 2015, esse índice correspondia a 78,2% do total para a Bahia. Para as famílias monoparentais femininas, esse percentual correspondeu a 81,7%, em 2007, e apenas 78,2%, em 2015 (tabelas 30 e 31).

A posse dos domicílios era a situação preponderante nas zonas urbana e rural dos integrantes de famílias não monoparentais

TABELA 30

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a condição de ocupação do domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]
Todos	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Próprio - já pago	7.271	80,6	6.546	78,2	4.521	78,0	4.378	73,6	2.750	85,2	2.169	89,4
Próprio - ainda pagando	128	1,4	270	3,2	122	2,1	254	4,3	6	0,2	16	0,6
Alugado	820	9,1	981	11,7	778	13,4	956	16,1	43	1,3	25	1,0
Cedido por empregador	296	3,3	161	1,9	24	0,4	28	0,5	272	8,4	132	5,5
Cedido de outra forma	474	5,3	385	4,6	325	5,6	306	5,1	149	4,6	79	3,3
Outra condição	29	0,3	8	0,1	25	0,4	8	0,1	x	x	x	x
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 31

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a condição de ocupação do domicílio, por situação censitária - Bahia - 2007/2015

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]	PESSOAS	[%]
Todos	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Próprio - já pago	2.193	81,7	2.266	78,2	1.675	79,0	1.839	75,6	518	91,5	428	91,8
Próprio - ainda pagando	42	1,6	98	3,4	42	2,0	98	4,0	x	x	x	x
Alugado	298	11,1	360	12,4	289	13,6	353	14,5	9	1,6	7	1,5
Cedido por empregador	14	0,5	6	0,2	x	x	x	x	9	1,6	5	1,2
Cedido de outra forma	129	4,8	157	5,4	100	4,7	131	5,4	30	5,2	26	5,6
Outra condição	9	0,3	x	x	9	0,4	x	x	x	x	x	x
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" - dado não apresentou significância estatística.

e monoparentais femininas. No meio urbano, a segunda posição dominante era a de alugado, em ambos os tipos de famílias. Já no meio rural, o arranjo secundário era o de cedido por empregador, nas famílias não monoparentais, e cedido de outra forma, nas famílias monoparentais femininas.

Material predominante na cobertura

(telhado) do domicílio por zona

O material predominante das coberturas era a telha, seguida por laje de concreto, em ambos os tipos de família, para o total (tabelas 32 e 33). O percentual de componentes de famílias em domicílios com telhas era um pouco superior nas famílias não monoparentais para o total do estado. Houve decréscimo no percentual dos integrantes de famílias não monoparentais e

monoparentais cujo material predominante no telhado era a telha e acréscimo no índice das coberturas com laje de concreto, entre 2007 e 2015, refletindo no aumento da qualidade das habitações.

As zonas urbanas seguiram o mesmo padrão do total da Bahia. Predominou o percentual elevado de integrantes de famílias não monoparentais e monoparentais que residiam em domicílios com cobertura de telha ou laje de concreto. Todavia, sobre o meio rural, para os integrantes dos dois tipos de arranjos familiares, pode-se inferir apenas que predominou o telhado elaborado com telha.

TABELA 32

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o material predominante na cobertura (telhado) do domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

MATERIAL PREDOMINANTE NA COBERTURA (TELHADO) DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todos	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Telha	7.666	85,0	6.567	78,4	4.479	77,3	4.181	70,3	3.188	98,8	2.386	98,4
Laje de concreto	1.287	14,3	1.729	20,6	1.280	22,1	1.718	28,9	7	0,2	11	0,5
Madeira aparelhada	x	x	9	0,1	x	x	9	0,2	x	x	x	x
Zinco	25	0,3	22	0,3	12	0,2	6	0,1	12	0,4	16	0,7
Madeira aproveitada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Palha	7	0,1	x	x	x	x	x	x	7	0,2	x	x
Outro material	27	0,3	22	0,3	23	0,4	15	0,2	x	x	7	0,3
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 33

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o material predominante na cobertura (telhado) do domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015

MATERIAL PREDOMINANTE NA COBERTURA (TELHADO) DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todos	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Telha	2.191	81,6	2.175	75,1	1.631	76,9	1.722	70,8	560	99,0	453	97,2
Laje de concreto	478	17,8	694	24,0	474	22,4	691	28,4	x	x	x	x
Madeira aparelhada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Zinco	11	0,4	10	0,3	10	0,5	x	x	x	x	5	1,2
Madeira aproveitada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Palha	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Outro material	x	x	11	0,4	x	x	6	0,3	x	x	x	x
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" – dado não apresentou significância estatística.

Material predominante na construção das paredes externas do prédio por zona

Em relação ao material na construção das paredes externas, para o total da Bahia, não houve diferença ampla nos percentuais dos integrantes que habitam as residências, em 2015, para os dois tipos de famílias, quando o material predominante era a alvenaria (98%). Em 2007, os percentuais totalizaram índices bem próximos: 96,2% para os integrantes de famílias não monoparentais e 96,9% para os de famílias monoparentais (tabelas 34 e 35). A alvenaria predominou também nas

paredes externas das residências habitadas por integrantes dos dois tipos de famílias nas zonas urbana e rural.

TABELA 34

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o material predominante na construção das paredes externas do prédio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

MATERIAL PREDOMINANTE NA CONSTRUÇÃO DAS PAREDES EXTERNAS DO PRÉDIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Alvenaria	8.678	96,2	8.226	98,2	5.683	98,1	5.894	99,1	2.995	92,8	2.331	96,1
Madeira aparelhada	35	0,4	18	0,2	24	0,4	15	0,3	12	0,4	x	x
Taipa não revestida	168	1,9	32	0,4	32	0,6	x	x	136	4,2	32	1,3
Madeira aproveitada	86	1,0	6	0,1	50	0,9	x	x	36	1,1	x	x
Palha	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Outro material	51	0,6	69	0,8	8	0,1	17	0,3	43	1,3	52	2,1
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 35

Integrantes de famílias monoparentais ⁽¹⁾ (em milhares), segundo o material predominante na construção das paredes externas do prédio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

MATERIAL PREDOMINANTE NA CONSTRUÇÃO DAS PAREDES EXTERNAS DO PRÉDIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Alvenaria	2.603	96,9	2.842	98,1	2.075	97,9	2.404	98,9	528	93,3	438	94,1
Madeira aparelhada	22	0,8	9	0,3	20	1,0	7	0,3	x	x	x	x
Taipa não revestida	34	1,2	19	0,6	9	0,4	x	x	25	4,4	15	3,2
Madeira aproveitada	21	0,8	x	x	10	0,5	x	x	11	2,0	x	x
Palha	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Outro material	6	0,2	16	0,5	6	0,3	8	0,3	x	x	8	1,7
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" - dado não apresentou significância estatística.

Forma de iluminação do domicílio por zona

Houve quase uma universalização do acesso à iluminação elétrica para os integrantes de famílias não monoparentais e monoparentais femininas totais e zona urbana. O *gap* existiu nas zonas rurais, que, mesmo com a diferença, registraram percentuais de 97,3% para os componentes de famílias não monoparentais e 98,5% para as monoparentais (tabelas 36 e 37.).

TABELA 36

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de iluminação do domicílio e zona - Bahia - 2007/2015

FORMA DE ILUMINAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Elétrica (de rede, gerador, solar)	8.506	94,3	8.291	99,0	5.788	99,9	5.930	99,7	2.718	84,2	2.361	97,3
Óleo, querosene ou gás de botijão	451	5,0	38	0,4	7	0,1	x	x	444	13,8	38	1,6
Outra forma	61	0,7	23	0,3	x	x	x	x	61	1,9	23	0,9
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.
Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 37

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a forma de iluminação do domicílio e zona - Bahia - 2007/2015

FORMA DE ILUMINAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Elétrica (de rede, gerador, solar)	2.609	97,1	2.884	99,5	2.113	99,7	2.425	99,7	496	87,7	459	98,5
Óleo, querosene ou gás de botijão	71	2,6	x	x	x	x	x	x	68	12,1	x	x
Outra forma	x	x	5	0,2	x	x	x	x	x	x	5	1,2
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" - dado não apresentou significância estatística.

Forma de abastecimento de água por zona

A rede geral, com ou sem canalização interna, predominou como forma de abastecimento entre os integrantes de famílias não monoparentais e monoparentais femininas no total e na zona urbana (tabela 38 e 39). No total, houve melhora na forma de abastecimento para os integrantes residentes em domicílios com os dois tipos de família.

TABELA 38

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de abastecimento de água, por situação censitária – Bahia – 2007/2015

FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Rede geral com canalização interna	6.215	68,9	6.813	81,3	5.447	94,0	5.690	95,6	768	23,8	1.123	46,3
Poço ou nascente com canalização interna	856	9,5	639	7,6	95	1,6	102	1,7	761	23,6	537	22,1
Outra procedência com canalização interna	60	0,7	85	1,0	6	0,1	10	0,2	54	1,7	75	3,1
Rede geral sem canalização interna	303	3,4	167	2,0	108	1,9	34	0,6	195	6,0	132	5,5
Poço ou nascente sem canalização interna	898	10,0	263	3,1	70	1,2	48	0,8	829	25,7	215	8,9
Outra procedência sem canalização interna	686	7,6	383	4,6	70	1,2	45	0,8	616	19,1	338	13,9
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

TABELA 39

Integrantes de famílias monoparentais ⁽¹⁾ (em milhares), segundo a forma de abastecimento de água, por situação censitária – Bahia – 2007/2015

FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Rede geral com canalização interna	2.130	79,3	2.603	89,8	1.975	93,1	2.364	97,2	156	27,5	239	51,3
Poço ou nascente com canalização interna	139	5,2	120	4,2	30	1,4	20	0,8	109	19,2	101	21,7
Outra procedência com canalização interna	12	0,4	15	0,5	x	x	x	x	10	1,7	11	2,4
Rede geral sem canalização interna	106	4,0	32	1,1	56	2,6	11	0,5	51	9,0	21	4,6
Poço ou nascente sem canalização interna	114	4,3	41	1,4	10	0,5	10	0,4	104	18,4	31	6,8
Outra procedência sem canalização interna	182	6,8	79	2,7	46	2,2	17	0,7	137	24,2	62	13,3
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" – dado não apresentou significância estatística.

Apesar de o abastecimento por rede geral também sobressair nas zonas rurais entre os componentes de famílias não monoparentais, os dados revelaram uma situação mais favorável para os integrantes de famílias monoparentais femininas em 2015.

Forma de escoadouro do banheiro

ou sanitário por zona

As formas de escoadouro adequadas são a rede coletora e a fossa séptica (ligada ou não à rede coletora). Então, totalizando-se os índices para essas categorias, houve um acréscimo do percentual dos integrantes de famílias não monoparentais em residências com acesso a esgotamento apropriado no total do estado – de 55,2% (2007) para 67,8% (2015) (tabelas 40 e 41).

O mesmo fato ocorreu com os componentes de famílias monoparentais femininas, cujo percentual total em 2015 foi de 77,8%, ante 65,4% em 2007. Em relação a esgotamento, os dados revelaram situação mais favorável para os integrantes de famílias monoparentais femininas do que para as pessoas de famílias compostas por ambos os cônjuges e filhos e/ou filhas.

A situação adequada (rede coletora mais fossa séptica ligada ou não à rede) predominou como forma de escoadouro para integrantes de ambos os tipos de família

TABELA 40

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário, por situação censitária – Bahia – 2007/2015

FORMA DE ESCOADOURO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Rede coletora de esgoto ou pluvial	3.387	37,5	4.058	48,4	3.356	57,9	3.967	66,7	31	1,0	90	3,7
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	238	2,6	399	4,8	227	3,9	302	5,1	11	0,3	97	4,0
Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	1.363	15,1	1.226	14,6	981	16,9	689	11,6	381	11,8	537	22,1
Fossa rudimentar	2.366	26,2	2.157	25,8	917	15,8	853	14,3	1.449	44,9	1.305	53,8
Vala	310	3,4	128	1,5	74	1,3	55	0,9	236	7,3	73	3,0
Direto para o rio, lago ou mar	136	1,5	33	0,4	74	1,3	31	0,5	62	1,9	x	x
Outra forma	25	0,3	12	0,1	6	0,1	x	x	20	0,6	9	0,4
Não identificado	1.196	13,3	363	4,3	159	2,8	50	0,8	1.037	32,1	313	12,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

TABELA 41

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário, por situação censitária – Bahia – 2007/2015

FORMA DE ESCOADOIRO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Todas	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Rede coletora de esgoto ou pluvial	1.260	46,9	1.786	61,6	1.245	58,7	1.765	72,6	15	2,6	21	4,5
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	73	2,7	112	3,9	73	3,4	91	3,8	x	x	20	4,4
Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	425	15,8	355	12,3	356	16,8	230	9,5	69	12,2	125	26,8
Fossa rudimentar	535	19,9	518	17,9	276	13,0	293	12,1	259	45,7	224	48,2
Vala	65	2,4	33	1,1	47	2,2	16	0,6	19	3,3	17	3,7
Direto para o rio, lago ou mar	51	1,9	16	0,6	41	1,9	16	0,7	10	1,7	x	x
Outra forma	x	x	7	0,3	x	x	x	x	x	x	x	x
Não identificado	275	10,2	70	2,4	81	3,8	16	0,7	194	34,3	54	11,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

“X” – dado não apresentou significância estatística.

também no meio urbano. Em 2007, nas zonas urbanas, os percentuais são bem próximos para as famílias com cônjuges e as monoparentais femininas, respectivamente, 78,7% e 78,9%. Porém, em 2015, o índice dos integrantes de famílias monoparentais femininas ultrapassou o das famílias com cônjuges em cobertura sanitária apropriada em 2,5 pontos percentuais no meio urbano.

A situação se apresentou desfavorável para os integrantes dos dois grupos familiares na zona rural, onde predomina a fossa rudimentar. Em 2015, em relação a

saneamento adequado (rede coletora e fossa séptica), o índice dos componentes de famílias monoparentais femininas ultrapassou o de integrantes de famílias com cônjuge em 5,9 pontos percentuais, totalizando 35,7% de cobertura.

Banheiro ou sanitário no domicílio ou na

propriedade por zona

O percentual total de integrantes de famílias monoparentais femininas que possuíam banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade era mais elevado do que o das famílias com cônjuge. Em 2015, por exemplo, nas famílias com cônjuge, esse percentual correspondeu a 95,7%, enquanto nas monoparentais totalizou 97,6% (tabelas 42 e 43).

Em relação à zona urbana, para 2015, a diferença entre os dois grupos de famílias não era significativa (0,1 ponto percentual).

Para o rural, a diferença era de apenas 1,4 ponto percentual a favor dos componentes de famílias monoparentais femininas.

TABELA 42

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares) que têm banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, por situação censitária - Bahia - 2007/2015

TEM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Sim	7.826	86,7	8.013	95,7	5.636	97,2	5.900	99,2	2.189	67,9	2.113	87,1
Não	1.193	13,2	338	4,0	159	2,8	30	0,5	1.033	32,0	308	12,7
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" - dado não apresentou significância estatística.

TABELA 43

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares) que têm banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, por situação censitária - Bahia - 2007/2015

TEM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Sim	2.411	89,8	2.828	97,6	2.039	96,2	2.416	99,3	372	65,7	412	88,5
Não	274	10,2	63	2,2	80	3,8	9	0,4	194	34,3	54	11,5
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" - dado não apresentou significância estatística.

Destino do lixo domiciliar por zona

As formas designadas como coletado diretamente e indiretamente são consideradas como destinações adequadas do lixo domiciliar. Para o estado, a adição dos dois índices revelou situação mais favorável para os integrantes de famílias monoparentais femininas do que para os de famílias nas quais o cônjuge está presente. Em 2007, a diferença era de 12,9 pontos percentuais. Em 2015, a dessemelhança foi de 11,7 pontos percentuais. Predominou, nos dois grupos de famílias, a coleta direta dos resíduos sólidos domiciliares (tabelas 44 e 45).

Na zona urbana, as divergências não foram significativas entre os índices para os componentes de famílias com cônjuge e famílias monoparentais femininas, para os dois anos em análise no período em estudo. No meio rural, apesar do incremento do acesso à coleta de lixo para os integrantes dos dois grupos de famílias no período, a diferença era substancial a favor dos componentes de famílias monoparentais femininas. Em 2007, 17,6% dos integrantes

TABELA 44

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo o destino do lixo domiciliar e situação censitária – Bahia – 2007/2015

DESTINO DO LIXO DOMICILIAR	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
Coletado diretamente	5.013	55,6	5.291	63,2	4.532	78,2	4.749	79,8	481	14,9	543	22,4
Coletado indiretamente	1.164	12,9	1.185	14,1	1.076	18,6	1.089	18,3	88	2,7	96	4,0
Queimado ou enterrado na propriedade	2.245	24,9	1.750	20,9	102	1,8	70	1,2	2.142	66,4	1.680	69,3
Jogado em terreno baldio ou logradouro	590	6,5	114	1,4	79	1,4	23	0,4	511	15,9	91	3,8
Jogado em rio, lago ou mar	7	0,1	x	x	7	0,1	x	x	x	x	x	x
Outro destino	x	x	11	0,1	x	x	x	x	x	x	11	0,5
Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

TABELA 45

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo o destino do lixo domiciliar e situação censitária – Bahia – 2007/2015

DESTINO DO LIXO DOMICILIAR	TOTAL				URBANA				RURAL			
	2007		2015		2007		2015		2007		2015	
	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Total	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
Coletado diretamente	1.710	63,7	2.037	70,3	1.605	75,7	1.871	76,9	105	18,6	167	35,8
Coletado indiretamente	475	17,7	541	18,7	457	21,5	514	21,1	18	3,3	28	5,9
Queimado ou enterrado na propriedade	383	14,3	267	9,2	30	1,4	18	0,7	354	62,5	249	53,6
Jogado em terreno baldio ou logradouro	116	4,3	44	1,5	28	1,3	22	0,9	89	15,7	22	4,7
Jogado em rio, lago ou mar	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Outro destino	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" – dado não apresentou significância estatística.

de famílias com cônjuges e 21,9% dos integrantes de famílias monoparentais femininas possuíam coleta de lixo. Em 2015, 26,4% dos componentes de famílias não monoparentais e 41,7% dos integrantes das monoparentais femininas tinham os resíduos sólidos domiciliares coletados direta ou indiretamente.

Itens duráveis por zona

Em 2015, em relação à posse de bens duráveis, no total do estado, os percentuais para os componentes de famílias monoparentais

femininas superaram os de integrantes de famílias com a presença de cônjuge para quase todos os bens listados (tabelas 46 e 47), mas de forma não significativa. As exceções eram em relação à posse de microcomputador, situação em que o percentual dos integrantes das famílias com cônjuge (39,8%) superou o dos integrantes das

(Continua)

TABELA 46

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo os itens duráveis no domicílio e situação censitária - Bahia - 2007/2015

ITENS DURÁVEIS		TOTAL				URBANA				RURAL			
		2007		2015		2007		2015		2007		2015	
		PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Tem geladeira	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim, de 2 portas	881	9,8	2.522	30,1	850	14,7	2.284	38,4	31	1,0	238	9,8
	Sim, de 1 porta	5.818	64,5	5.455	65,1	4.228	72,9	3.553	59,7	1.590	49,3	1.903	78,4
	Não	2.320	25,7	374	4,5	718	12,4	93	1,6	1.602	49,7	281	11,6
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x
Tem televisão em cores	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	7.887	87,4	8.113	96,9	5.547	95,7	5.857	98,4	2.341	72,6	2.256	93,0
	Não	1.131	12,5	238	2,8	249	4,3	73	1,2	882	27,3	165	6,8
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x
Tem fogão de uma boca	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	112	1,2	29	0,3	10	0,2	21	0,4	103	3,2	8	0,3
	Não	173	1,9	23	0,3	52	0,9	x	x	120	3,7	18	0,7
	Não identificado	8.737	96,8	8.324	99,4	5.733	98,9	5.925	99,6	3.004	93,1	2.400	98,9
Tem fogão de duas ou mais bocas	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	8.733	96,8	8.299	99,1	5.733	98,9	5.904	99,2	3.000	93,0	2.395	98,7
	Não	285	3,2	52	0,6	62	1,1	26	0,4	223	6,9	26	1,1
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x
Tem telefone fixo convencional	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	2.552	28,3	1.500	17,9	2.444	42,2	1.420	23,9	109	3,4	80	3,3
	Não	6.466	71,7	6.851	81,8	3.352	57,8	4.510	75,8	3.114	96,5	2.341	96,5
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

TABELA 46

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), segundo os itens duráveis no domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015

ITENS DURÁVEIS		TOTAL				URBANA				RURAL			
		2007		2015		2007		2015		2007		2015	
		PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Tem telefone móvel celular	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	4.551	50,4	7.677	91,7	3.914	67,5	5.782	97,2	637	19,8	1.895	78,1
	Não	4.467	49,5	674	8,0	1.882	32,5	148	2,5	2.585	80,1	526	21,7
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x
Tem microcomputador	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	1.301	14,4	3.335	39,8	1.266	21,9	3.091	51,9	35	1,1	244	10,1
	Não	7.717	85,5	5.016	59,9	4.529	78,1	2.839	47,7	3.188	98,8	2.177	89,7
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x
Microcomputador é utilizado para acessar a Internet	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	950	10,5	2.939	35,1	943	16,3	2.782	46,7	7	0,2	158	6,5
	Não	351	3,9	395	4,7	323	5,6	309	5,2	28	0,9	86	3,6
	Não identificado	7.721	85,6	5.042	60,2	4.529	78,1	2.860	48,1	3.192	98,9	2.182	89,9
Tem máquina de lavar roupa	Total	9.022	100,0	8.376	100,0	5.796	100,0	5.950	100,0	3.226	100,0	2.426	100,0
	Sim	1.160	12,9	2.546	30,4	1.122	19,4	2.346	39,4	38	1,2	200	8,2
	Não	7.858	87,1	5.805	69,3	4.673	80,6	3.584	60,2	3.185	98,7	2.221	91,6
	Não identificado	x	x	25	0,3	x	x	20	0,3	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

famílias monoparentais femininas (34,1%) em 5,7 pontos percentuais; no acesso à internet através do microcomputador, com índices de 35,1% e 28,3%, respectivamente; e na posse de máquina de lavar roupa, com 30,4% para as famílias com cônjuges e 29,2% para as monoparentais femininas. Fogão de duas ou mais bocas, televisão em cores, geladeira e telefone celular eram,

nessa ordem, os bens mais comuns encontrados em ambos os tipos de família no total do estado. Em contrapartida, o uso de fogão de uma boca e de televisão em preto e branco não era mais comum entre os integrantes de famílias não monoparentais e monoparentais femininas na Bahia. Porém, para o mesmo ano, na zona urbana, o acesso a bens de consumo era geralmente um

pouco superior para os integrantes das famílias não monoparentais. A posse de bens no meio urbano ultrapassa a na zona rural nos dois tipos de família.

No meio rural, destaca-se a ampliação do acesso a geladeira e celular pelas famílias monoparentais femininas, conforme o Gráfico 6.

TABELA 47

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), segundo os itens duráveis no domicílio e situação censitária – Bahia – 2007/2015

ITENS DURÁVEIS		TOTAL				URBANA				RURAL			
		2007		2015		2007		2015		2007		2015	
		PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Tem geladeira	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim, de 2 portas	279	10	844	29,1	266	12,6	797	32,8	13	2,3	47	10,0
	Sim, de 1 porta	1.734	65	1.926	66,5	1.446	68,2	1.560	64,2	288	50,9	365	78,4
	Não	672	25	121	4,2	407	19,2	67	2,8	265	46,8	54	11,6
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
Tem televisão em cores	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	2.386	89	2.819	97,3	1.980	93,4	2.378	97,8	406	71,7	441	94,6
	Não	299	11	72	2,5	139	6,6	47	1,9	160	28,3	25	5,4
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
Tem fogão de uma boca	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	30	1	14	0,5	18	0,9	x	x	12	2,1	11	2,4
	Não	53	2	x	x	36	1,7	x	x	17	3,0	x	x
	Não identificado	2.603	97	2.882	99,5	2.066	97,5	2.429	99,9	537	94,9	453	97,3
Tem fogão de duas ou mais bocas	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	2.602	97	2.875	99,2	2.065	97,4	2.422	99,6	537	94,9	453	97,3
	Não	83	3	16	0,5	54	2,5	x	x	29	5,1	13	2,7
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
Tem telefone fixo convencional	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	874	33	533	18,4	852	40,2	515	21,2	22	3,9	18	3,9
	Não	1.811	67	2.358	81,4	1.267	59,7	1.910	78,5	544	96,1	448	96,1
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
Tem telefone móvel celular	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	1.473	55	2.671	92,2	1.355	63,9	2.319	95,4	118	20,8	351	75,5
	Não	1.212	45	220	7,6	764	36,0	106	4,3	448	79,2	114	24,5
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
Tem microcomputador	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	363	14	988	34,1	358	16,9	973	40,0	5	0,9	15	3,3
	Não	2.321	86	1.903	65,7	1.761	83,1	1.452	59,7	561	99,1	450	96,7
Microcomputador é utilizado para acessar a Internet	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x
	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	266	10	820	28,3	261	12,3	809	33,3	5	0,9	11	2,5
	Não	97	4	168	5,8	97	4,6	164	6,7	x	x	x	x
Tem máquina de lavar roupa	Não identificado	2.322	86	1.909	65,9	1.762	83,1	1.459	60,0	561	99,1	450	96,7
	Total	2.686	100	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	323	12	847	29,2	315	14,8	819	33,7	8	1,5	28	6,1
	Não	2.362	88	2.044	70,5	1.804	85,1	1.606	66,0	558	98,5	437	93,9
	Não identificado	x	x	7	0,2	x	x	7	0,3	x	x	x	x

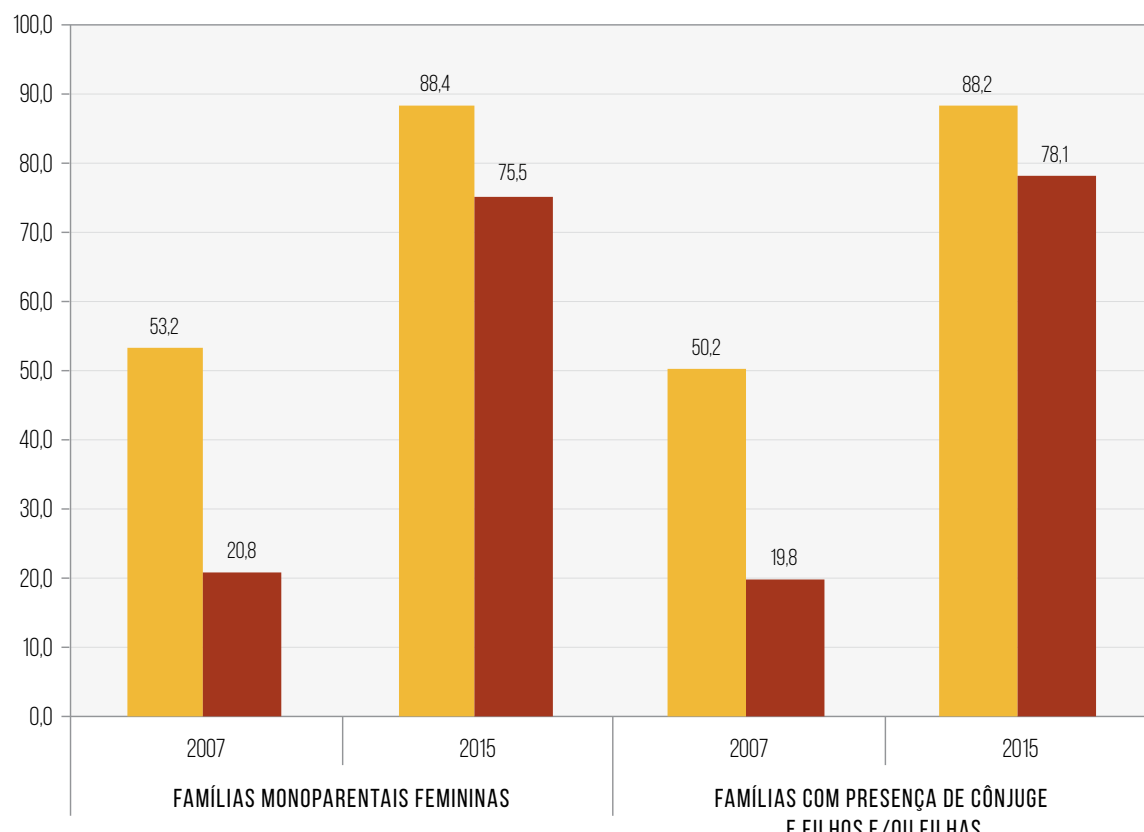
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 (mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente).

"X" – dado não apresentou significância estatística.

GRÁFICO 6

Percentual de chefas de famílias monoparentais com acesso a bens duráveis selecionados, meio rural – Bahia – 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Condição de moradia em síntese

Na França, estudos nos anos 1980 sobre a condição de moradia das famílias monoparentais e das compostas por casais demonstraram a situação desfavorável das constituídas por apenas um provedor (LEFAUCHEUR; MARTIN; 1993). Todavia, em relação à condição de moradia, nessa análise, para o total da Bahia (2007-2015), para os parâmetros investigados, não existiu diferença significativa para os integrantes residentes em domicílios de famílias não monoparentais e nas monoparentais femininas para a maioria dos itens em questão. De fato, de forma não expressiva, os integrantes de famílias monoparentais femininas estavam em posição mais favorável em relação a indicadores de saneamento e em desvantagem na posse de computadores e no acesso à internet.

O estudo de Sorj e Fontes (2006), para o Brasil, com dados da PNAD de 2005, no geral, encontrou condições superiores nos domicílios para as famílias monoparentais femininas em relação às com casal e chefe homem. Na Bahia, o fato de a monoparentalidade feminina ser um fenômeno urbano e de as condições de moradia serem mais favoráveis nessa zona do que na rural influenciou as melhores condições das famílias monoparentais femininas.

CHEFIA DE FAMÍLIA DE 18 A 49 ANOS DE IDADE

Nos capítulos anteriores foi possível constatar, para boa parte dos temas, a influência da diferença etária das chefas de família monoparentais femininas em relação às chefias das demais famílias consideradas. Observou-se que 45% das chefas das famílias monoparentais possuíam 50 anos ou mais, enquanto no grupo de comparação apenas 28% possuíam 50 anos ou mais. Isso explica a maior taxa de filhos e/ou filhas no grupo monoparental, assim como a presença de filhos mais velhos ou filhas mais velhas neste grupo. Explica também as diferenças de escolaridade em pró do grupo não monoparental, visto que, para o conjunto da sociedade, as pessoas com menor escolarização possuem idade mais avançada. O mesmo ocorre com a taxa de analfabetismo e seu efeito sobre os grupos de comparação. Nesse sentido, para uma análise mais precisa dos temas investigados, faz-se necessária uma

comparação que mitigue o efeito etário sobre os indicadores comparados entre famílias monoparentais femininas e as demais observadas no trabalho. Essa é a proposta das análises a seguir.

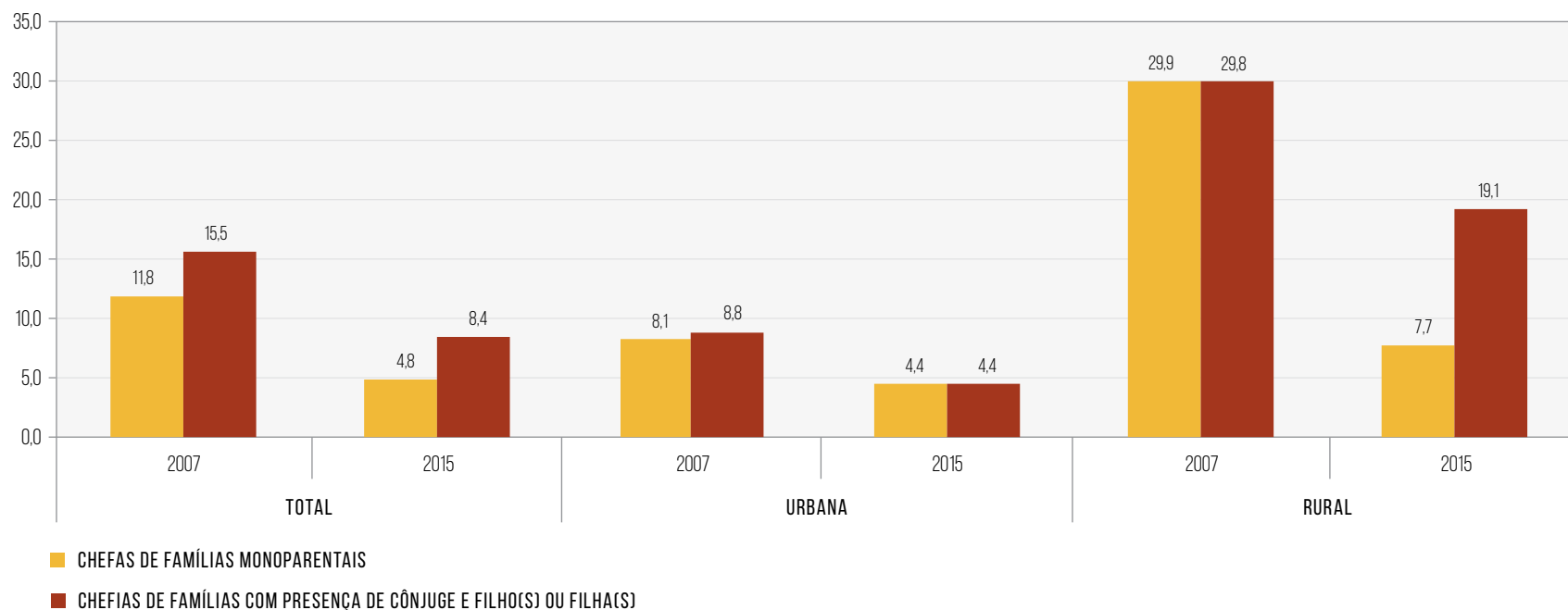
Educação

A taxa de analfabetismo das chefas de famílias monoparentais que possuíam entre 18 e 49 anos apresentou declínio entre 2007 e 2015, conforme se observa no Gráfico 7.

A Tabela 49 apresenta a condição de alfabetização e a taxa de analfabetismo das chefias de famílias na faixa etária de 18 a 49 anos. Neste recorte, em 2015, a Bahia continua com um maior índice de analfabetismo do que a média nacional. Na

GRÁFICO 7

Taxa de analfabetismo das chefias de família de 18 a 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, por situação censitária – Bahia – 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

RMS a taxa de analfabetismo do estrato com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) foi de apenas 1%, em contraposição à taxa para as famílias monoparentais, de 1,5%, evidenciando o único recorte geográfico, nesta faixa de 18 a 49 anos, no qual as famílias chefiadas com a presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) apresentaram pessoas de referência da família com

a taxa de analfabetismo menor do que a das famílias monoparentais. Desta forma, enquanto as famílias monoparentais da Bahia apresentaram taxa de analfabetismo de 4,8%, as famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) exibiram taxa de 8,4%. O Brasil apresenta cenário semelhante. Assim, as chefias de famílias monoparentais tinham taxa de analfabetismo

de 3,6%, e as chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) tinham 4,8%.

A frequência escolar bruta de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, dos filhos e/ou das filhas em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade revela que houve ampliação do acesso, sobretudo para

TABELA 48

Chefia de família de 18 a 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, condição de alfabetização e taxa de analfabetismo, por situação censitária – Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil						
Chefas de famílias monoparentais	6.144	6.020	5.583	5.496	561	524
Sabem ler	5.779	5.804	5.314	5.343	465	461
Não sabem ler	365	216	269	153	96	62
Taxa de analfabetismo (%)	5,9	3,6	4,8	2,8	17,1	11,9
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) ou filha(s)	21.037	20.739	17.365	17.328	3.672	3.411
Sabem ler	19.363	19.753	16.485	16.894	2.877	2.859
Não sabem ler	1.674	987	880	434	794	552
Taxa de analfabetismo (%)	8,0	4,8	5,1	2,5	21,6	16,2
Bahia						
Chefas de famílias monoparentais	510	547	424	476	86	71
Sabem ler	450	521	389	455	61	66
Não sabem ler	60	26	35	21	26	5
Taxa de analfabetismo (%)	11,8	4,8	8,1	4,4	29,9	7,7
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) ou filha(s)	1.477	1.523	1.003	1.110	474	413
Sabem ler	1.248	1.395	915	1.062	332	334
Não sabem ler	230	128	88	48	141	79
Taxa de analfabetismo (%)	15,5	8,4	8,8	4,4	29,8	19,1
RMS						
Chefas de famílias monoparentais	174	181	171	178	X	X
Sabem ler	166	178	164	175	X	X
Não sabem ler	8	3	8	3	X	X
Taxa de analfabetismo (%)	4,6	1,5	4,4	1,5	X	X
Chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) ou filha(s)	372	379	366	370	X	X
Sabem ler	362	375	356	367	X	X
Não sabem ler	10	4	10	3	X	X
Taxa de analfabetismo (%)	2,7	1,0	2,8	0,8	X	X

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: "X" – dado não apresentou significância estatística.

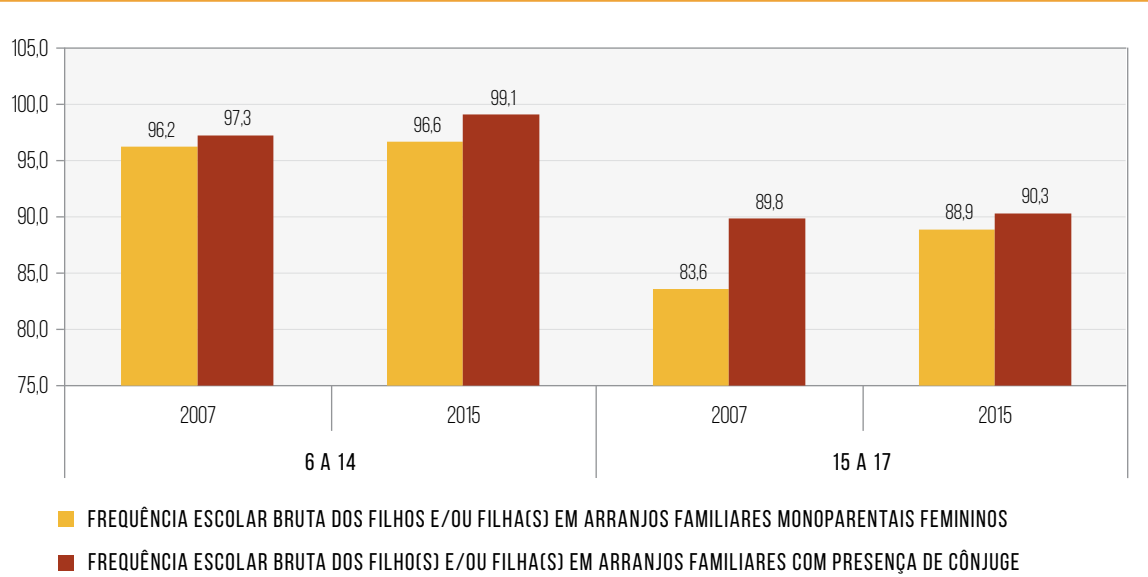
famílias monoparentais femininas, para o grupo de 15 a 17 anos, entre 2007 e 2015, que saiu de 83,6% para 88,9%, reduzindo assim a distância em pontos percentuais que se verificava no início da série, como pode ser observado no Gráfico 8.

A Tabela 49 mostra a frequência escolar bruta por faixa etária dos filhos e/ou filhas, segundo tipo de arranjo familiar, na faixa etária de 18 a 49. Neste recorte etário não houve evidência de diferenciação significativa nos indicadores representativos de toda a população, independentemente da faixa etária das chefias de famílias, sejam elas monoparentais ou não. Neste contexto, os filhos e/ou filhas na faixa etária de 0 a 3 anos continuam apresentando as menores taxas de frequência à escola em relação às faixas superiores de idade, em todos os arranjos familiares. No entanto, em 2015, o Brasil (27,7%), a Bahia (19,6%) e a RMS (32,2%), nos arranjos monoparentais femininos, apresentaram indicadores melhores nesta faixa de 0 a 3 anos do que nos arranjos familiares com a presença de cônjuge, sendo que o Brasil apresentou 1,9 ponto percentual acima; a Bahia, 3,9 pontos; e a RMS apresentou a diferença mais substancial, de 10 pontos percentuais.

Neste mesmo recorte de chefia de famílias com 18 a 49 anos, a frequência à escola dos filhos e/ou das filhas na faixa de 4 a 5 anos, no ano de 2015, basicamente em todos os agrupamentos geográficos ou familiares, ficou entre 84,5% e 90%, exceção da RMS, onde os filhos e/ou filhas das famílias monoparentais femininos tiveram 94,7% de frequência à escola, contra 89,8% das famílias com presença de cônjuge. Em relação aos filhos e/ou filhas da faixa de 6 a 14 anos, verifica-se que praticamente houve universalização do acesso ao ensino fundamental em todos os estratos, exceção para os filhos e/ou filhas de arranjos monoparentais femininos na Bahia, que atingiram 96,6% em 2015.

Para os filhos e/ou as filhas na faixa de 15 a 17 anos, no ano de 2015, observa-se que houve uma frequência entre 85,7% e 91,3% nos estratos estudados, porém os arranjos familiares com presença de cônjuge no Brasil (89,8) e na Bahia (90,3) tiveram indicadores superiores em relação às famílias monoparentais femininas, respectivamente em 4,1 pontos e 1,4 ponto, situação que se inverte na RMS, onde a frequência à escola dos filhos e/ou das filhas das famílias monoparentais femininas foi 91,3% contra 89,2%.

GRÁFICO 8
Frequência escolar bruta (%) dos filhos e/ou filhas em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade, segundo faixa etária – Bahia – 2007/2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.
Nota: “X” – dado não apresentou significância estatística.

TABELA 49
Filhos e/ou filhas (em milhares) em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, frequência à escola e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	0 A 3		4 E 5		6 A 14		15 A 17	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	1.644	1.433	903	787	4.776	4.271	1.402	1.568
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	359	397	652	665	4.614	4.193	1.181	1.344
Frequência escolar bruta dos filhos e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	21,9	27,7	72,2	84,5	96,6	98,2	84,3	85,7

TABELA 49

Filhos e/ou filhas (em milhares) em famílias em que a chefia possuía entre 18 e 49 anos de idade, segundo tipo de arranjo familiar, frequência à escola e faixa etária – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	0 A 3		4 E 5		6 A 14		15 A 17	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	7.850	7.252	4.099	3.522	19.667	16.400	4.854	4.861
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) frequentando a escola	1.269	1.875	2.873	2.976	19.191	16.232	4.310	4.365
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	16,2	25,9	70,1	84,5	97,6	99,0	88,8	89,8
Bahia								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	154	133	89	86	400	391	124	125
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	21	26	68	76	385	378	104	112
Frequência escolar bruta dos filhos e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	13,4	19,6	76,5	89,3	96,2	96,6	83,6	88,9
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	593	535	331	242	1.481	1.281	352	382
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) frequentando a escola	71	84	247	217	1.441	1.269	316	345
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	11,9	15,7	74,4	89,7	97,3	99,1	89,8	90,3
RMS								
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	45	40	20	25	120	117	37	42
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos frequentando a escola	11	13	17	24	117	115	32	39
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares monoparentais femininos	24,9	32,2	84,1	94,7	96,9	98,8	87,0	91,3
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	130	108	63	53	322	259	81	87
Filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) frequentando a escola	28	24	56	47	313	256	75	78
Frequência escolar bruta dos filho(s) e/ou filha(s) em arranjos familiares com presença de cônjuge	21,2	22,2	88,0	89,8	97,2	99,1	92,4	89,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Mercado de trabalho

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual (2018), na faixa etária na qual existem mais chefas de famílias monoparentais (18 a 49 anos de idade), a População em Idade Ativa (PIA – 18 a 49 anos) feminina superou a masculina no período analisado (2007-2015), para o Brasil, a Bahia e a Região Metropolitana de Salvador. Mas isso não significa que as mulheres estivessem mais engajadas que os homens no mercado de trabalho, visto que a População Não Economicamente Ativa (PNEA) do sexo feminino ultrapassava a do masculino (Tabela 50). Além disso, a população ocupada masculina superava a feminina no período.

As taxas de desemprego para a Bahia ultrapassaram as brasileiras, mas não superaram as da RMS. No período, o maior valor para o estado foi em 2015, quando atingiu o percentual de 12,6%. Esse foi o ano também no qual as taxas de desemprego feminina (16,5 %) e masculina (9,3 %) atingiram o ápice.

TABELA 50

População (em milhares) de 18 a 49 anos de idade, segundo sexo e perfil no mercado de trabalho – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL		MASCULINO		FEMININO		CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	93.191	97.890	45.272	47.905	47.919	49.985	6.144	6.020
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	18.338	20.303	4.021	5.023	14.317	15.280	1.257	1.248
População Economicamente Ativa (PEA)	74.853	77.588	41.251	42.883	33.602	34.705	4.887	4.772
População ocupada (ocupados)	68.459	69.439	38.744	39.230	29.715	30.209	4.340	4.149
População buscando ocupação (desocupados)	6.394	8.148	2.506	3.653	3.888	4.496	548	623
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	8,5	10,5	6,1	8,5	11,6	13,0	11,2	13,0
Bahia								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	7.000	7.193	3.445	3.438	3.555	3.754	510	547
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	1.517	1.641	356	409	1.161	1.232	123	133
População Economicamente Ativa (PEA)	5.483	5.551	3.089	3.029	2.394	2.522	387	414
População ocupada (ocupados)	4.908	4.853	2.863	2.748	2.045	2.106	336	343
População buscando ocupação (desocupados)	576	698	226	281	349	417	51	71
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	10,5	12,6	7,3	9,3	14,6	16,5	13,2	17,1
RMS								
População em Idade Ativa (PIA - 14 anos ou mais)	1.995	2.057	938	953	1.057	1.104	174	181
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	367	331	102	89	265	242	32	28
População Economicamente Ativa (PEA)	1.628	1.726	836	864	792	861	142	153
População ocupada (ocupados)	1.368	1.436	741	753	627	682	116	129
População buscando ocupação (desocupados)	260	290	95	111	165	179	26	24
% da PEA em busca de ocupação (taxa de desemprego)	16,0	16,8	11,3	12,9	20,8	20,8	18,4	15,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

A maior entre os gêneros, na Bahia, em 2015, totalizou 7,2 pontos percentuais, ante 7,3 em 2007.

No geral, os índices de desemprego apresentaram ampliação para as regiões em questão. A exceção foi para as mulheres e as mulheres chefas de famílias monoparentais da RMS, onde ocorreu, respectivamente, manutenção do valor de 2007 e regressão.

Para o Brasil, as taxas de desemprego das mulheres chefas de famílias monoparentais se assemelharam às femininas para o país e superaram as masculinas, em 2007 e 2015. Na Bahia, a diferença entre a taxa de desemprego feminina e a das mulheres chefas de famílias monoparentais correspondeu a 1,4 ponto percentual em 2007 e -0,6 ponto percentual em 2015. Porém, os índices para as mulheres, sejam elas chefas ou não, ultrapassaram os dos homens e os totais para o estado.

Na RMS, apesar de as taxas de desemprego das mulheres chefas de famílias monoparentais apresentarem valores inferiores às do feminino, ainda superaram as do masculino e as do total.

Horas trabalhadas e afazeres domésticos

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios anual (2018), o foco no grupo etário de pessoas entre 18 e 49 anos de idade, intervalo que engloba o maior número de famílias monoparentais femininas, revela que, no Brasil e na Bahia, os cônjuges mulheres dos chefes de famílias com presença de filhos e/ou filhas eram ainda os que mais se dedicavam às atividades domésticas entre mulheres e homens. Em 2015, no estado, essa média foi de 29,7 horas semanais. Para o país foi de 28,5 horas semanais (Tabela 51).

Os chefes do sexo masculino de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) eram os que mais se dedicavam aos trabalhos não domésticos e os que menos realizavam afazeres nos domicílios, na Bahia e no Brasil.

Em 2007 e 2015, entre as mulheres, em relação às horas não domésticas trabalhadas, a

TABELA 51

Horas trabalhadas e dedicadas a afazeres domésticos (média) pelas pessoas de 18 a 49 anos de idade, por semana, segundo arranjo familiar e situação censitária – Brasil e Bahia – 2007/2015

PAÍS / UF	CHEFAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS		CHEFES, DO SEXO MASCULINO, DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)		CÔNJUGES MULHERES DAS CHEFAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE FILHO(S) E/OU FILHA(S)		CHEFAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Brasil								
Horas dedicadas a trabalho(s)	39,6	37,6	46,7	43,5	35,0	35,0	38,5	36,4
Horas dedicadas a afazeres domésticos	24,6	23,0	9,8	10,3	31,7	28,5	30,1	27,6
Bahia								
Horas dedicadas a trabalho(s)	37,3	36,0	44,5	41,9	31,0	30,6	37,2	32,7
Horas dedicadas a afazeres domésticos	23,2	23,9	9,0	10,0	30,0	29,7	28,3	26,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

maior média nacional ficou com as chefas de famílias monoparentais na Bahia e no Brasil.

Rendimento

Para o mesmo bloco de indicadores, só que restrito às famílias chefiadas por pessoas de 18 a 49 anos, algumas constatações diferentes emergiram. Sob tal recorte etário, de 2007 a 2015, em termos relativos, a elevação do rendimento médio familiar per capita nos arranjos monoparentais femininos foi maior, agora, no Brasil do que

na Bahia – colocando esse grupo familiar numa situação ainda mais vulnerável no estado do que na esfera nacional ao final do intervalo. No entanto, quando se trata de casais com filho(s) e/ou filha(s), a variação se confirmou mais ampla no estado do que no país. No mais, comparativamente aos outros territórios geográficos, a RMS apresentou as menores variações no período, seja qual for o tipo de arranjo familiar.

Como se pode acompanhar pela Tabela 52, os incrementos reais do rendimento médio familiar per capita no período se revelaram, agora, maiores no contexto

dos casais com filho(s) e/ou filha(s) residente(s) do que no das entidades familiares chefiadas por mulher sem cônjuge e com pelo menos um descendente convivente – colocando ainda mais em desvantagem este arranjo perante aquele no referido quesito. Dessa maneira, na Bahia, por exemplo, o rendimento médio das famílias monoparentais femininas passou de 86,8% para 72,3% do auferido por aquelas compostas por cônjuges com filho(s) e/ou filha(s) residente(s) de 2007 a 2015 – atentando que, assim como na investigação sem limitação etária, a diferença

relativa entre os rendimentos médios dos arranjos foi menor em terras baianas do que no Brasil e na RMS.

Na passagem de 2007 a 2015, independentemente do arranjo familiar e da esfera geográfica, os dois últimos decis sempre exibiram queda na renda apropriada. Nos demais decis, geralmente, o que se viu foi acréscimo ou manutenção da renda apropriada, exceto no oitavo decil dos arranjos monoparentais femininos e no primeiro dos casais com filho(s) e/ou filha(s) na Bahia, os quais experimentaram redução no

período. Para completar, no comparativo entre os rendimentos médios do primeiro e do último decil, foi encontrado o mesmo que na análise sem controle etário: recuo da diferença relativa entre os rendimentos médios dos 10,0% de famílias mais pobres e dos 10,0% daquelas mais abastadas, no período, para os três cenários geográficos e ambos os arranjos familiares. Além disso, mais uma vez, na Bahia e na RMS, tal aproximação se deu de maneira mais intensa entre as famílias monoparentais femininas do que entre aquelas com cônjuges e filho(s) e/ou filha(s) (Tabela 52).

(Continua)

TABELA 52

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015) considerando chefias de 18 a 49 anos, segundo decis e tipo de arranjo familiar – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

DECIS	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS					CASAIS COM FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES				
	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)	2007		2015		VARIÇÃO 2007 - 2015 (%)
	RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%		RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%	
Brasil	561	100,0	600	100,0	7,0	726	100,0	851	100,0	17,2
1º	56	1,0	59	1,0	5,4	88	1,2	113	1,3	28,4
2º	127	2,3	137	2,3	7,9	172	2,4	230	2,7	33,7
3º	194	3,5	227	3,8	17,0	233	3,2	312	3,7	33,9
4º	263	4,7	301	5,0	14,4	307	4,2	406	4,8	32,2
5º	324	5,8	385	6,4	18,8	395	5,4	510	6,0	29,1
6º	394	7,0	460	7,7	16,8	497	6,8	628	7,4	26,4
7º	494	8,8	558	9,3	13,0	627	8,6	774	9,1	23,4
8º	644	11,5	710	11,8	10,2	819	11,3	984	11,6	20,1
9º	911	16,3	970	16,2	6,5	1.184	16,3	1.355	15,9	14,4
10º	2.203	39,3	2.198	36,6	-0,2	2.942	40,5	3.195	37,6	8,6

TABELA 52

Rendimento médio familiar per capita (em R\$ de 2015) considerando chefias de 18 a 49 anos, segundo decis e tipo de arranjo familiar – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

DECIS	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS					CASAIS COM FILHO(S) E/OU FILHA(S) RESIDENTES				
	2007		2015		VARIAÇÃO 2007 - 2015 (%)	2007		2015		VARIAÇÃO 2007 - 2015 (%)
	RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%		RENDIMENTO MÉDIO	%	RENDIMENTO MÉDIO	%	
Bahia	382	100,0	407	100,0	6,5	440	100,0	563	100,0	28,0
1º	36	0,9	52	1,3	44,4	60	1,4	73	1,3	21,7
2º	71	1,9	95	2,3	33,8	112	2,5	150	2,7	33,9
3º	111	2,9	145	3,6	30,6	149	3,4	207	3,7	38,9
4º	153	4,0	211	5,2	37,9	182	4,1	256	4,5	40,7
5º	206	5,4	272	6,6	32,0	217	4,9	310	5,5	42,9
6º	266	6,9	349	8,5	31,2	272	6,2	382	6,8	40,4
7º	323	8,4	409	10,1	26,6	349	7,9	488	8,7	39,8
8º	417	10,9	490	12,0	17,5	458	10,4	625	11,1	36,5
9º	619	16,3	643	15,8	3,9	680	15,5	866	15,4	27,4
10º	1.619	42,4	1.403	34,5	-13,3	1.919	43,6	2.277	40,4	18,7
RMS	528	100,0	543	100,0	2,8	725	100,0	809	100,0	11,6
1º	43	0,8	76	1,4	76,7	106	1,5	144	1,8	35,8
2º	100	1,9	167	3,1	67,0	182	2,5	253	3,1	39,0
3º	163	3,1	236	4,3	44,8	229	3,2	325	4,0	41,9
4º	219	4,1	296	5,4	35,2	296	4,1	405	5,0	36,8
5º	278	5,2	382	7,1	37,4	362	5,0	495	6,1	36,7
6º	319	6,0	416	7,6	30,4	434	6,0	585	7,3	34,8
7º	400	7,6	487	8,9	21,8	528	7,3	691	8,5	30,9
8º	566	10,9	592	10,8	4,6	712	9,8	864	10,7	21,3
9º	857	16,2	801	15,0	-6,5	1.106	15,3	1.218	15,2	10,1
10º	2.341	44,2	1.984	36,3	-15,2	3.289	45,4	3.113	38,4	-5,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Acesso a microcomputador

Uma análise apenas das chefias de família, em termos relativos, em relação à posse de microcomputador nos domicílios revela que, na faixa etária entre 18 e 49 anos, no Brasil e na Bahia, o percentual de acesso das chefias de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) supera o da posse entre

as chefas de famílias monoparentais. E, em termos absolutos, o acesso a essa tecnologia nas zonas urbanas é maior do que nas zonas rurais (Tabela 53).

Nas três unidades geográficas, em 2007 e 2015, o percentual das chefas de famílias com acesso a microcomputador entre todas as idades foi maior do que o da faixa etária que contém um percentual superior de chefas de famílias monoparentais (18 a 49 anos).

TABELA 53

Chefias de família (em milhares), segundo tipo de arranjo familiar e acesso a microcomputador no domicílio, por situação censitária. Brasil e Bahia, 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA			TOTAL				URBANA				RURAL			
			2007		2015		2007		2015		2007		2015	
			PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%	PESSOAS	%
Brasil	Chefas de famílias monoparentais	Total	6.131	100,0	5.997	100,0	5.571	100,0	5.473	100,0	560	100,0	524	100,0
		Sim	1.467	23,9	2.620	43,7	1.432	26	2.546	46,5	35	6,2	75	14,2
		Não	4.664	76,1	3.377	56,3	4.139	74	2.928	53,5	525	93,8	449	85,8
	Chefas de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	Total	20.990	100,0	20.691	100,0	17.326	100	17.284	100,0	3.664	100,0	3.406	100,0
		Sim	6.005	28,6	11.216	54,2	5.782	33	10.481	60,6	223	6,1	735	21,6
		Não	14.985	71,4	9.474	45,8	11.544	67	6.803	39,4	3.441	93,9	2.671	78,4
Bahia	Chefas de famílias monoparentais	Total	510	100,0	545	100,0	423	100	474	100,0	86	100,0	71	100,0
		Sim	68	13,3	184	33,7	67	16	182	38,5	1	0,6	1	2,0
		Não	442	86,7	361	66,3	356	84	291	61,5	86	99,4	70	98,0
	Chefas de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s)	Total	1.477	100,0	1.520	100,0	1.003	100	1.108	100,0	474	100,0	412	100,0
		Sim	212	14,4	617	40,6	205	20	575	51,9	7	1,5	42	10,3
		Não	1.265	85,6	902	59,4	798	80	533	48,1	467	98,5	370	89,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

À GUIA DE CONCLUSÃO

No presente texto, buscou-se trazer elementos quantitativos sobre o fenômeno da monoparentalidade, reunindo resultados estatísticos, em confronto com ocorrências e experiências verificadas nacionalmente e em outros países. Este primeiro passo teve como propósito a identificação da magnitude e das tendências desse fenômeno no estado da Bahia. O objetivo foi dimensionar as demandas por políticas públicas específicas para esse segmento particular de mulheres – as chefas de família –, que requer iniciativas governamentais que proporcionem os meios para sua inclusão produtiva, no caminho de sua autonomia econômica, social e política. Em outras palavras, pretende-se contribuir no delineamento de políticas, formuladas numa perspectiva interseccional, que considerem as mulheres em sua diversidade, observando suas trajetórias e experiências específicas. Nesse caso, deve-se atentar para as mulheres pobres, notadamente as autodeclaradas negras, que integram um segmento social cujos indicadores oficiais

apontam como o mais vulnerável economicamente no estado.

Dada essa condição social particular, as políticas públicas voltadas para as mulheres chefas de família deverão contemplar iniciativas que, para além da relevância da mulher na esfera privada, elevem seu protagonismo nos espaços de decisão, ou nas esferas públicas do poder, permitindo que se reconheçam e se exerçam como cidadãs. Para tanto, são necessárias ações que as apoiem segundo os papéis que já exercem efetivamente na família e na sociedade (mães/educadoras, trabalhadoras provedoras e gestoras). As iniciativas devem, pois, identificar, reconhecer, valorizar e viabilizar os vários e concomitantes papéis e funções efetivamente desempenhados por essas mulheres, em um contexto cultural de corte patriarcal, machista, misógino e androcêntrico.

Nesse sentido, propõe-se que, no campo das intervenções públicas dirigidas às mulheres baianas, sejam observados

novos recortes, visando atingir as especificidades desse contingente social. Sugere-se, por exemplo, selecionar crianças de famílias monoparentais femininas, dentro de uma faixa etária predeterminada, que estão desempenhando trabalho infantil, ou famílias monoparentais com crianças e/ou pessoas idosas dependentes. Propõe-se, assim, que as políticas para famílias monoparentais incluam serviços de atenção para a prole, a exemplo de creches, ou para pessoas idosas, cujos cuidados, em geral, figuram socialmente como atribuição feminina. Dessa forma, as mulheres chefas de família estariam liberadas para exercer atividades fora do lar, com a segurança de que seus filhos, filhas e demais dependentes se encontrariam protegidos e bem cuidados, aliviando o conflito emocional decorrente da pressão pelo cuidar.

A multiplicidade de dados e informações ora levantados permite que se produza um primeiro panorama desse modelo diferenciado de família, bem como um quadro prospectivo e indicativo de demandas que orientem o Governo do Estado da Bahia na construção de políticas de curto e médio prazos, em atendimento às necessidades e interesses específicos desses segmentos sociais.

Não obstante o reconhecimento dos diferentes arranjos familiares, indicando uma diversidade de modelos de família, as práticas sociais não acompanham tais mudanças no mesmo compasso, persistindo permanências e rupturas frente às concepções tradicionais e patriarcais de gênero. Tais transformações são lentas e difíceis, pois que envolvem quebras dos padrões culturais e normativos, através dos quais são constituídas as identidades e as subjetividades de homens e mulheres. Mediante dispositivos disciplinares (presentes na família, escola, igreja e em todo o aparato institucional jurídico e organizacional), homens e mulheres são formados e adestrados. Na identidade feminina está presente o sonho e a realização da família nos moldes patriarcais, segundo os quais o homem é o chefe e provedor. Desta forma, mesmo quando sustentam economicamente a família, as mulheres continuam atribuindo ao homem a chefia do lar, pois se sentem socialmente rebaixadas quando o companheiro não atende ao modelo idealizado de organização familiar.

Entretanto, o crescimento da chefia feminina e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pobres na condição de chefas de família permitem que essas mulheres se redescubram como sujeitos, percebendo-se

capazes de assumir suas famílias com independência e autonomia. Por outro lado, a realidade dessas mulheres demonstra suas potencialidades e indica os meios e as alternativas que elas utilizam para realizar suas necessidades de reprodução social. Este é, sem dúvida, o ponto de partida na definição de políticas públicas e no delineamento de estratégias e ações para essas mulheres chefas de família.

Reafirma-se, entretanto, que tais políticas deverão adotar uma perspectiva de gênero interseccional – abordagem que questiona a pseudoigualdade dessas mulheres, vistas sob um perfil artificial uniforme ou homogêneo –, contemplando sujeitos situados. No estado da Bahia, as famílias chefiadas por mulheres são heterogêneas, diferenciadas do ponto de vista da classe, da raça ou etnia, das sexualidades, idades e gerações, entre outros marcadores sociais. Isso significa, por exemplo, que nem todas as mulheres baianas chefas de família são pobres, embora essa condição deva ser objeto de especial atenção. Nesse caso, deve-se considerar, primeiro, o grande contingente da população feminina que ainda sobrevive em condições de pobreza no estado e, segundo, que privilegiar os segmentos de mulheres mais vulneráveis significa garantir a reprodução social de

suas famílias, ampliando o raio de atendimento estatal, além de oportunizar a essas mulheres acessarem direitos e exercerem sua cidadania.

Ademais, as políticas públicas devem atentar para o fato de que a pobreza se expressa de forma diferenciada, indicando desigualdades segundo o sexo, mesmo entre homens e mulheres situados nas mesmas condições e nos mesmos contextos. Nesse sentido, tais políticas precisam buscar uma maior aproximação das diferentes dimensões da vida dos sujeitos, no sentido de identificar mais fielmente a raiz das desigualdades e das diferenças e traçar estratégias de enfrentamento que agreguem e satisfaçam seus interesses e suas reais demandas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.;
BARROS, L. F. W. *A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Texto para discussão, 30). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49328.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento*. Washington, D.C.: The World Bank, 2011. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/4391/WDR%202012%20Overview-Po.pdf?sequence=14&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BERNARDI, L.; MORTELMANS, D.;
LARENZA, O. Changing lone parents, changing life courses. In: BERNARDI, L.; MORTELMANS, D. (Ed.). *Lone parenthood in the life course*. New York: Springer, 2017. p. 1-26. (Life course research and social policies, 8). Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-63295-7_1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.475*: dispõe sobre o auxílio à mãe solteira em situação de hipossuficiência e dá outras providências. Brasília, 01 out. 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594251>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao-compilado.htm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BRASIL, Emanuelle. *Comissão aprova auxílio de até R\$300 para mãe solteira*

carente. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/535815-COMISSAO-APROVA-AUXILIO-DE-ATE-R\\$-300-PARA-MAE-SOLTEIRA-CARENTE.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/535815-COMISSAO-APROVA-AUXILIO-DE-ATE-R$-300-PARA-MAE-SOLTEIRA-CARENTE.html)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, p. 30-36, fev. 1994. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/913/919>>. Acesso em: 28 dez 2017.

BUDLENDER, D. *Financial support for single parents in caring for their children*: private child support and social assistance. Barbados: Unicef: UN Women, 2015. Disponível em: <<http://socialprotection-humanrights.org/wp-content/uploads/2016/06/16012808Financial-Support-for-Single-Parents-in-Caring-for-their-ChildrenLR.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CAMPBELL, M. et al. Lone parents, health, wellbeing and welfare to work: a systematic review of qualitative studies. *BMC Public Health*, London, v. 16, n. 188, p. 1-10, 2016. Disponível em: <<https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/track/>

[pdf/10.1186/s12889-016-2880-9?site=b-mcpublihealth.biomedcentral.com](https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/track/)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: famílias e domicílios – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amos-tra.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GABE, T. *Welfare, work, and poverty of female-headed families with children*: 1987-2013. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2014. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/misc/R41917.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Família*: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais – SIS*: 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=downloads>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. 39 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revis-ta.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n1/a04v49n1.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LEFAUCHEUR, N.; MARTIN, C. Lone parent families in France: situation and research. In: HUDSON, J.; GALAWAY, B. (Ed.). *Single parent families*: perspectives on research and policy. Toronto: TEP, 1993. p. 31-50. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Claude_Martin2/publication/271210673_Lone_parent_families_in_France_situation_and_research/links/54c2372f0cf219bbe4e64797/Lone-parent-families-in-France-situation-and-research.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MACEDO, M. dos S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a

crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MARCONDES, M. M. (Org.) et al. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH (Japan). *Social security in Japan*. Tokyo: IPSS, 2014. Disponível em: <<http://www.ipss.go.jp/s-info/e/ssj2014/PDF/ssj2014.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: 1992-2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. 2012-2017. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por

[Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/](#)>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SARDENBERG, Cecília M. Bacelar; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Org.). *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA/NEIM, 2011. p. 33-48.

SANTOS, J. B. dos; SANTOS, M. S. da C. S. Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 10, n. 92, p. 01-30, out. 2008/jan. 2009. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/209/198>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2008. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt14-19/2421-bila-sorj-familias/file>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED: microdados (2012-2017)*. Salvador: SEI, 2018.

UNITED STATES. Department of Commerce Economics and Statistics Administration. Executive Office of the President. Office of Management and Budget. *Women in America: indicators of social and economic well-being*. Washington, D.C: USESA, 2011. Disponível em: <<http://www.esa.doc.gov/sites/default/files/womeniname-rica.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

WANG, W.; PARKER, K.; TAYLOR, P. *Breadwinner moms*. 29 may 2013. Disponível em: <<http://www.pewsocial-trends.org/2013/05/29/breadwinner-moms/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

WELLS, M. B.; BERGNEHR, D. Families and family policies in Sweden. In: ROBILA, M. *Handbook of family policies across the globe*. New York: Springer, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256304538_Families_and_Family_Policies_in_Sweden>. Acesso em: 4 jan. 2018.

APÊNDICES

TABELA 1

Frequência escolar líquida das chefias de família de 18 a 24 anos no ensino superior – Brasil, Bahia e RMS – 2007/2015

PAÍS / UF / REGIÃO METROPOLITANA	CHEFAS DE FAMÍLIAS MONPARENTAIS		CHEFIAS DE FAMÍLIAS COM PRESENÇA DE CÔNJUGE E FILHO(S) E/OU FILHA(S)	
	2007	2015	2007	2015
Brasil				
Chefias de família que frequentavam o ensino superior e possuíam entre 18 e 24 anos (em milhares)	29	25	27	44
Chefias de família (exclusive os que já concluíram o ensino superior, ou nível mais alto, em milhares)	839	629	1.376	1.116
Frequência escolar líquida (%)	3,4	4,0	2,0	3,9
Bahia				
Chefias de família que frequentavam o ensino superior e possuíam entre 18 e 24 anos (em milhares)	x	x	x	x
Chefias de família (exclusive os que já concluíram o ensino superior, ou nível mais alto, em milhares)	75	71	106	97
Frequência escolar líquida (%)	1,7	1,6	0,2	0,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Nota: “x” – dado não apresentou significância estatística

TABELA 2

Integrantes de famílias com presença de cônjuge e filho(s) e/ou filha(s) (em milhares), ocupados, segundo o deslocamento para o trabalho e situação censitária - Bahia - 2007/2015

DESLOCAMENTO		TOTAL				URBANA				RURAL			
		2007		2015		2007		2015		2007		2015	
		PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho	Total	5.135	100,0	4.695	100,0	3.769	100,0	3.641	100,0	1.366	100,0	1.054	100,0
	Até 30 minutos	3.505	68,3	3.367	71,7	2.520	66,9	2.573	70,7	985	72,1	794	75,3
	Mais de 30 até 1 hora	1.153	22,5	983	20,9	844	22,4	777	21,4	309	22,6	206	19,5
	Mais de 1 até 2 horas	372	7,3	286	6,1	318	8,4	245	6,7	54	4,0	42	3,9
	Mais de 2 horas	104	2,0	58	1,2	87	2,3	46	1,3	18	1,3	13	1,2
Morava em domicílio que estava no mesmo terreno ou área do estabelecimento em que tinha trabalho	Total	5.585	100,0	4.568	100,0	3.236	100,0	3.151	100,0	2.350	100,0	1.417	100,0
	Sim	1.367	24,5	868	19,0	244	7,5	309	9,8	1.123	47,8	559	39,4
	Não	4.218	75,5	3.701	81,0	2.992	92,5	2.843	90,2	1.226	52,2	858	60,6
la direto do domicílio em que morava para o trabalho	Total	5.654	100,0	5.114	100,0	4.180	100,0	3.955	100,0	1.474	100,0	1.159	100,0
	Sim	5.135	90,8	4.695	91,8	3.769	90,2	3.641	92,1	1.366	92,6	1.054	90,9
	Não	519	9,2	419	8,2	410	9,8	314	7,9	109	7,4	105	9,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

TABELA 3

Integrantes de famílias monoparentais (1) (em milhares), ocupados, segundo o deslocamento para o trabalho e situação censitária – Bahia – 2007/2015

DESLOCAMENTO		TOTAL				URBANA				RURAL			
		2007		2015		2007		2015		2007		2015	
		PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)	PESSOAS	(%)
Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho	Total	1.001	100,0	2.898	100,0	868	100,0	945	100,0	129	100,0	89	100,0
	Até 30 minutos	710	70,9	689	23,8	617	71,0	626	66,2	94	72,5	63	71,1
	Mais de 30 até 1 hora	228	22,8	272	9,4	192	22,2	255	26,9	36	27,5	17	19,2
	Mais de 1 até 2 horas	55	5,5	74	2,5	51	5,8	65	6,9	x	x	9	9,7
	Mais de 2 horas	8	0,8	x	x	8	0,9	x	x	x	x	x	x
Morava em domicílio que estava no mesmo terreno ou área do estabelecimento em que tinha trabalho	Total	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	127	4,7	71	2,5	42	2,0	46	1,9	85	15,0	26	5,5
	Não	588	21,9	662	22,9	484	22,9	603	24,8	103	18,3	60	12,8
la direto do domicílio em que morava para o trabalho	Total	2.686	100,0	2.898	100,0	2.120	100,0	2.432	100,0	566	100,0	466	100,0
	Sim	1.001	37,3	1.039	35,8	868	40,9	949	39,0	133	23,6	89	19,1
	Não	86	3,2	69	2,4	77	3,6	67	2,8	9	1,6	x	x

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração da SEI.

Notas: 1 mulheres chefas de família que residem com os filhos e/ou filhas e não têm um cônjuge presente.

“x” – dado não apresentou significância estatística.

